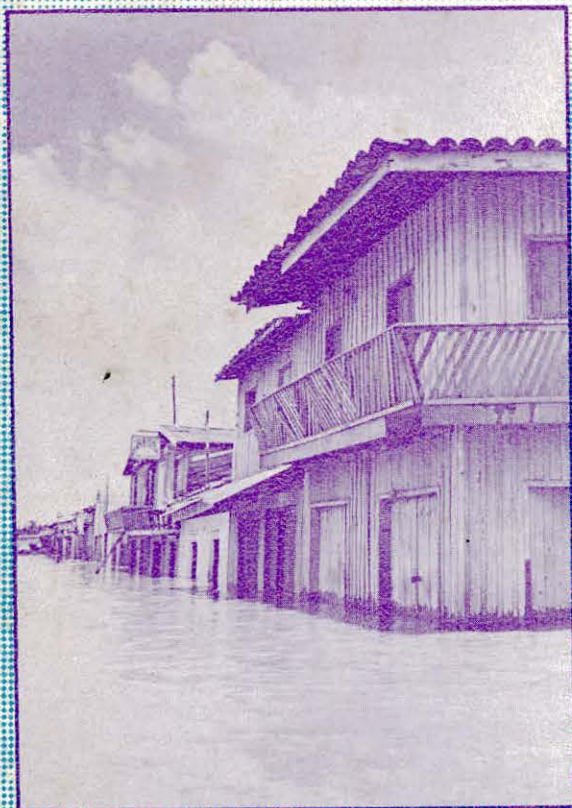


proposta

EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

Barragens

Questão ambiental
e luta pela terra



Faça a sua assinatura e entre na Rede nacional e internacional de assinantes da revista **PROPOSTA**.

Como assinante você recebe quatro números por ano e nossos catálogos atualizados.

A **FASE** tem outras informações que você poderá ter acesso.

A revista **PROPOSTA** é publicada trimestralmente, abordando temas ligados aos movimentos sociais do campo e da cidade.

Escolha sua forma de pagamento:

- () cheque nominal a **FASE**
- () Vale postal (ag. Largo do Machado)

Use o telefone se preferir



 **FASE**

Rua Bento Lisboa, 58
22221 – Rio de Janeiro – RJ



O Governo Collor e a Dívida Externa

Marcos Arruda

Rio de Janeiro, PACS/FASE, 1990

Os primeiros passos do governo Collor já revelam a natureza política de seus planos. Diz defender verbalmente os “descamisados”, mas na prática molda-se aos interesses das elites e dos credores da dívida externa...

Desafia os movimentos sociais, que temporariamente saíram de cena com a derrota eleitoral da Frente Brasil Popular, a retomar a questão da dívida externa.

Preço Cr\$ 180,00

Pedidos à  **FASE**

Rua Bento Lisboa, 58
22221 – Rio de Janeiro – RJ



SÉRIE **ECONOMIA POPULAR**



O GOVERNO COLLOR E A DÍVIDA EXTERNA

Marcos Arruda

PACS •  **FASE**

BARRAGENS - QUESTÃO AMBIENTAL E LUTA PELA TERRA

SUMÁRIO

Cartas 3

Editorial

Cidadania e desenvolvimento
(Conselho Editorial) 4

Educação popular

O movimento de atingidos por
barragens e a Questão Ambiental
(Aurélio Vianna) 5

Organizar o imprevisível?
Metodologia da luta popular
contra Itaipu
(Werner Fuchs) 9

Vitória em Capanema
(Pedro Tonelli e
Neuri Luiz Mandovani) 16

História da luta contra as barragens
da Bacia do Rio Uruguai
(Claudio Brontani) 24

O sertão virou mar: a luta
em Itaparica
A luta dos atingidos
(Celso Pereira de Souza) 33

A luta dos atingidos
na fala das lideranças 40

Os índios e a luta contra as barragens
(Leinad Santos
e Lúcia Andrade) 47

Lutas de resistência ou lutas por um
novo modelo de sociedade?
(Aurélio Viana, Jean Pierre Leroy
e Ricardo Tavares) 54

O que há para ler sobre movimentos
de atingidos por barragens
(Leila Monteiro da Silva) 58

Próximo número:

Depois das chuvas: movimento
comunitário e projeto habitacional
na Baixada Fluminense



Lideranças dos movimentos de atingidos por barragens em vários pontos do país contam com emoção a sua trajetória de lutas (página 5)

Em Capanema, toda a população se uniu contra a barragem que destruiria as terras mais férteis do Paraná: vitória total contra o setor elétrico do governo (página 16)



Indicando para os camponeses o caminho da luta ou defendendo eles próprios suas terras contra projetos de barragem, os índios são parte fundamental da luta por um novo modelo de desenvolvimento no Brasil (página 47)

proposta

Atendimento ao Assinante

Se você necessita de alguma informação de sua assinatura da revista **Proposta**, escreva para o setor de distribuição de publicações da FASE no seguinte endereço:



Rua Bento Lisboa, 58 - 4º andar
22221 - Rio de Janeiro - RJ
ou pelo telefone: (021) 285-2998 ramal 405
Responsável: **Adelir Pires Rodrigues**



Se você mudou de endereço, envie para o responsável acima no mesmo endereço da FASE, o comunicado de alteração de endereço:

Nome do assinante:
Endereço anterior Rua Nº Apto.....
CEP: Cidade Estado..... Tel.: ().....
Endereço atual Rua Nº Apto.....
CEP: Cidade Estado..... Tel.: ().....

FASE

A SERVIÇO DA
EDUCAÇÃO POPULAR

Escritório Nacional
Rua Bento Lisboa, 58
Catete
22221 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 285-2998

Escritórios Regional Norte
Rua Bernal do Couto, 1329
66030 - Belém - PA
Tel.: (091) 222-0318

Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330
68440 - Abaetetuba - PA
Tel.: (091) 751-1181

Caixa Postal 73, Folha 27,
Quadra 07 ou Lote 07
68500 - Marabá - PA
Tel.: (091) 322-1591

Av. Presidente Médice, 1992
68700 - Capanema - PA
Tel.: (091) 821-1716

Av. Getúlio Vargas, 1295
Caixa Postal 2259
69013 - Manaus - AM
Tel.: (092) 234-6761

Rua Leônicio Pires Dourado, 880
Caixa Postal 375
65900 - Imperatriz - MA
Tel.: (098) 721-4474

Rua Osvaldo Cruz, 1314
Centro
65020 - São Luís - MA
Tel.: (098) 221-1175

Rua Darci de Freitas Queiroz, 1160
78250 - Pontes e Lacerda - MT
Tel.: (065) 266-1146

CARTAS é um espaço aberto aos leitores de Proposta para troca de informações, críticas, polêmicas, sugestões, etc. As cartas devem vir assinadas e com endereço do remetente. Podem ser selecionadas para publicação do todo ou em parte. Podem ser enviadas para revista Proposta, Conselho Editorial, Rua Bento Lisboa, 58 - Catete Rio de Janeiro RJ CEP 22221.

Debate franco

O tom desarrazoado e rancoroso usado pelo Autor na secção CARTAS sob o título "Assalariados Rurais: polêmica", em **proposta** nº 44, leva-nos a tecer algumas considerações e reafirmar os princípios que norteiam a intervenção educativa da FASE-Jaboticabal.

Não podemos ignorar a existência, no interior do sindicalismo brasileiro, de dirigentes (ainda em número expressivo) que têm o sindicato como meio de vida e que, para nele se manterem, lançam mão de todos os meios, corrompem, ameaçam, promovem eleições fraudulentas, semeiam a discórdia. O pretexto de salvaguarda da unidade da classe trabalhadora e em defesa de uma unidade sindical que lhes assegure privilégios, tais dirigentes aliam-se à classe pratonal e insistem em negar

aos trabalhadores os avanços organizativos na luta, contrariando o direito constitucional de livre organização.

É dentro da realidade de forte exploração dos trabalhadores, no complexo agro-industrial da região de Ribeirão Preto, que a FASE vem se posicionando no cotidiano ao lado daqueles que realmente lutam para conquistar o direito à cidadania, apoiando-se nas lúdimas regras democráticas que há tantos anos a sociedade brasileira busca.

Trabalhamos pela unidade da classe dos trabalhadores, independente de suas matrizes ideológicas, propugnando por um debate amplo e franco que favoreça o avanço nas conquistas daqueles que vêm sendo marginalizados pelo processo autoritário e excludente de desenvolvimento.

Reafirmamos o propósito de continuar apoiando os trabalhadores e as lideranças que os representam de fato, ajudando-os na formação de uma consciência crítica das causas de dominação e exploração e na construção de uma organização sindical participativa e ágil que garanta sempre maiores conquistas nas lutas.

Finalizando, sugerimos que a revista **proposta** programe novo número sobre a organização sindical em que se tornem explícitas as práticas sindicais, tanto urbanas como rurais, dentro da pers-

pectiva adotada pela revista de ser um canal de comunicação entre "experiências em educação popular".

Moacir Botelho
Equipe FASE/
Jaboticabal
Jaboticabal SP



Escritórios Regional Nordeste
Rua Professor João Bosco, 73
Parque Araxá
60430 - Fortaleza - CE
Tel.: (085) 223-4056

Rua Dr. Inácio Dias, 2148
63430 - Icó - CE
Tel.: (085) 731-1064

Rua Barão de São Borja, 495
Boa Vista
50070 - Recife - PE
Tel.: (081) 221-5478

Rua Gonçalves Dias, 62
Farol
57055 - Maceió - AL
Tel.: (082) 221-0667

Rua Barão do Rio Branco, 93
Califórnia
45600 - Itabuna - BA
Tel.: (073) 211-4498

Escritórios Regional Sul-Sudeste
Rua Antonio Aguirre, 117
Centro
29015 - Vitória - ES
Tel.: (027) 223-7436

Av. Pres. Wilson, 113 - Conj. 1302
20030 - Rio de Janeiro - RJ
Tels.: (021) 220-7198 / 262-2565

Rua Lofegren, 1651 - Casa 06
Vila Clementino
04040 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 549-3888

Rua Mimi Alemagna, 37
Centro
14870 - Jaboticabal - SP
Tel.: (0163) 22-5219

Rua Gaspar Martins, 470
90220 - Porto Alegre - RS
Tel.: (0512) 25-0787

Cidadania e desenvolvimento

O tema das barragens coloca no palco do cenário recente da história brasileira atores que, lutando contra a expropriação da terra, trazem à tona novos elementos para que a sociedade amplie a sua compreensão sobre o campo.

Os movimentos de atingidos por barragens, que nos últimos anos se articularam nacionalmente, trouxeram no processo de construção de suas identidades questionamentos do modelo autoritário de planejamento do Estado brasileiro, em particular, da política energética governamental.

Transformaram bandeiras como "Terra por Terra na Beira do Lago" em "Terra por Terra" e, num momento seguinte, passaram em muitos casos a se antecipar à construção de barragens hidrelétricas, questionando e impedindo as construções que desalojariam milhares de camponeses e destruiriam todo um modo de vida. Estão inseridos, portanto, na luta pela cidadania de todo o povo brasileiro.

Não se trata somente de uma luta de camponeses, muito embora sejam eles a base social fundamental dos movimentos. Envolve também outros setores sociais interessados na contestação do modelo de desenvolvimento vigente em nosso país, que expropria o campesinato, destrói a natureza e está articulado a uma política industrial que vem colocando o Brasil inserido no sistema capitalista internacional como grande exportador de energia em seus produtos, sem falar dos desperdícios internos de energia.

A questão pública colocada pela luta dos camponeses contra a expropriação de suas terras pelos projetos energéticos é uma questão de toda a sociedade brasileira. A política energética precisa ser democratizada e envolve vários aspectos, entre eles a construção de barragens e a produção de energia nuclear. São questões de toda a sociedade. Os movimentos de atingidos estão contribuindo para chamar a atenção sobre a urgência deste questionamento.

Os movimentos de atingidos também colocam questões novas para a educação popular. São milhares de pessoas, em todas as regiões do país, ameaçadas de perder não só a terra mas, acentuamos, todo um modo de vida. As suas lutas vêm mostrando que não basta ao movimento social assumir um caráter exclusivamente reativo diante das políticas estatais. Por isso mesmo, procuram se articular em termos propositivos, tornando-se cada vez mais um ator relevante no planejamento energético. Trata-se de um processo bastante diferenciado em termos nacionais, mas que parece caminhar na direção de uma crescente institucionalização dos movimentos. A prática e a teoria se tornam ambas instrumentos fundamentais no processo das lutas.

Por todos esses motivos a FASE, embora não tenha trabalho direto de educação popular junto aos movimentos de atingidos, decidiu trazer à luz através de **proposta**, uma sistematização, ainda que parcial, de algumas lutas desses movimentos ao longo dos últimos 10 anos. Essas lutas são parte da luta mais geral do povo brasileiro pela cidadania e pela democracia, apontando para a necessidade de construção de alternativas concretas ao modelo de desenvolvimento dominante.

Conselho Editorial

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS P/ ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL
Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
Rio de Janeiro, RJ, 22221

Diretoria Executiva da Fase
Jorge E. Saavedra Durão (Coordenador Nacional)
Maria Emília L. Pacheco (Coordenadora Nacional Adjunta) · Virgílio Rosa Neto (Diretor Administrativo e Financeiro) · Mateus Enricus Oterloo (Coordenador Regional Nordeste)
Lorenzo Zanetti (Coordenador Regional Sudeste - Sul)

proposta

Experiências em Educação Popular
Uma publicação trimestral da Fase

Conselho Editorial

Alberto Lopez Mejia - Alfons Klausmeyer -
Haroldo Baptista de Abreu - Jean-Pierre Leroy - João Ricardo Domelles -
Jorge E. Saavedra Durão - Lourdes M. Gryzbowski - Marília Emília L. Pacheco -
Pedro Claudio Cunha Bocayuva - Ricardo Tavares

Coordenação Geral
Maria Emília L. Pacheco

Editor-responsável
Ricardo Tavares
(Mtb. 18135)

Planejamento Gráfico e Editorial
Alfons Klausmeyer

Edição de Arte e Capa
Marcelo Riani

Organização
Aurélio Viana (CEDI)
Jean-Pierre Leroy (Sepede/FASE)

Foto da Capa
Antônio A. Dorgivan/AJB
Rogério Reis/AJB

Editoração Eletrônica
Printz Marketing Editorial

Ilustrações
Amorim

Edição de Fotografia
Lourdes Grzybowski

Revisão
João Luiz Pacheco
Inácio Dourado

Promoção e Divulgação
Felicía A. de Moraes

Redação
Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
Rio de Janeiro - RJ - 22221
Tel.: (021) 285-2998

O movimento de atingidos por barragens e a questão ambiental

● Aurélio Vianna*

A década de 1980 trouxe muitas novidades no campo político brasileiro, destacando-se dentre elas dois novos movimentos que ganham visibilidade: o dos atingidos por barragens e o ecológico. Além disso, a década inaugurou uma nova estrutura legal no país, consubstanciada na Constituição Federal.

O movimento dos atingidos começou a ser articulado em áreas inundadas por grandes barragens. Camponeses atingidos pelas águas levantaram bandeiras de justa indenização e reassentamento.

Assim, este movimento camponês - apesar de às vezes abranger pequenos comerciantes e cidadãos - teve na luta pela terra sua principal bandeira.

O movimento ecológico surgiu como uma reação à degradação ambiental, à poluição, que afeta os grandes centros urbanos e a quase totalidade do país. Este, com "base" essencialmente urbana, foi o resultado da sensibilização de camadas médias dos grandes centros.

Esta também foi a década da instituição da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981). Esta lei, que avançou em questões relativas à proteção ambiental, foi o resultado da pressão do movimento ecológico (internacional e nacional) em relação, principalmente, à falta de atenção à problemática ambiental nos grandes pro-

jetos de desenvolvimento. Esta pressão começou a dificultar a captação de recursos financeiros provenientes dos bancos multilaterais (Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, por exemplo), o que apressou a regulamentação de uma legislação ambiental pelo governo brasileiro.

Licenciamento ambiental

A partir das exigências da legislação ambiental e da formação de uma opinião pública favorável ao ambientalismo, o Estado começou a se articular institucionalmente para melhor responder a esta

* Antropólogo, assessor do Programa Movimento Camponês/Igrejas do Cedi (Centro Ecumênico de Documentação e Informação).



nova conjuntura. O setor elétrico, em especial, reestruturou-se para responder, dentre outras medidas, à exigência do **licenciamento-ambiental** como pré-requisito para a instalação de hidrelétricas. Esta licença, segundo a legislação, passou a ser fornecida pelos órgãos ambientais estaduais (ou federais) desvinculados do setor elétrico. Assim, foram criados departamentos e assessorias de meio ambiente na Eletrobrás e empresas subsidiárias (Chesf, Furnas, Eletrosul e Eletronorte) que, dentre outras medidas, elaboraram manuais de estudos dos efeitos ambientais de hidrelétricas. A partir daí, o tratamento da população atingida deixa de ser apenas um "problema" a ser resolvido pelos departamentos de patrimônio das empresas (indenizações, etc.), passando a contar com interlocutores da área ambiental.

Com o aprimoramento da legislação ambiental através das resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e da consolidação dessas leis na Constituição Federal, a participação dos movimentos frente ao Estado e empresas começou a ser regulamentada. Foi criada a figura do Relatório de Impacto Ambiental (Rima), documento síntese, em linguagem de fácil entendimento, dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), pré-requisito para a obtenção do licenciamento para a instalação de empreendimentos degradadores ou poluidores do meio ambiente.

Assim, todas as interferências decorrentes da implantação de usinas hidrelétricas que afetem a população humana, a fauna, a vegetação, a qualidade da água, devem ser estudadas visando a avaliação da oportunidade deste empreendimento pelos órgãos ambientais. Além disso, foi aberta a possibilidade da instauração de audiências públicas aos interessados - movimentos sociais e outros - onde o Rima é apresentado.

Como se pode verificar, esta legislação vem em função de um conjunto de fatores e, dentre eles, da pressão dos movimentos ecológicos e dos atingidos. No entanto, a relação dos movimentos com a legislação ambiental e dos movimentos entre si foi apenas iniciada.

O movimento ecológico começou a se utilizar da legislação ambiental como forma de denúncia e pressão sobre o Estado e empresas, conseguindo algumas vitórias localizadas. Como um movimento

essencialmente urbano, a relação com a legislação foi mediada pela cidadania plena (ou quase) conseguida. Por outro lado, o movimento de atingidos, como um movimento camponês, não se relacionou rapidamente com a legislação. Com efeito, o movimento de atingidos não se auto-identificou como um beneficiário desta legislação, talvez por não se considerar um movimento ambientalista.

É interessante destacar que o movimento ecológico também não conseguia ver nos atingidos seus aliados em uma luta ambientalista. Percebendo o movimento dos atingidos através de sua auto-identificação - movimento de luta por terra - esqueceu-se que, quando a luta era contra a instalação de uma hidrelétrica, a proteção aos rios, fauna e flora da região estava embutida.

Curiosamente, só os financiadores internacionais e, em determinadas situações, o setor elétrico, consideravam o movimento ecológico e o movimento dos atingidos juntos como parte da questão ambiental. Por isso, apesar do descompasso entre os movimentos, os dois eram alvos das mesmas críticas e levantavam questões semelhantes.

O movimento de atingidos passou a se estruturar antes da construção das barragens e se organizar em comissões regionais e em uma comissão nacional levantando a bandeira: "Terra Sim, Barragens Não!" Assim, começou a questionar a fundo o planejamento energético e, por conseguinte, o modelo de desenvolvimento. O movimento de atingidos passou a dificultar a implantação do modelo de desenvolvimento capitalista vigente, não permitindo o aumento da geração de energia elétrica nos níveis planejados e a construção de megaempreendimentos, passando então a ser acusado de um movimento contra o **progresso**.

**Apesar da principal
bandeira de luta ser a
terra, os movimentos de
atingidos por barragens
são também grandes
movimentos ecológicos**

O movimento ecológico, com sua luta de proteção ao meio ambiente, também foi acusado nos mesmos termos. Com efeito, a luta pela preservação ambiental em muitos casos não permitiu a instalação de projetos de indústrias e complexos agroindustriais poluentes.

O que estaria em jogo, nos dois casos, era o questionamento profundo de um modelo de desenvolvimento econômico que coloca o Brasil, na nova divisão internacional do trabalho, como um novo país industrializado. Seguindo este modelo o Brasil deveria assumir - e efetivamente está assumindo - uma posição destacada no mercado internacional na produção de produtos eletrointensivos (com grande utilização de energia). Cabendo por sua vez aos países desenvolvidos a elaboração de produtos de alta tecnologia e baixo conteúdo energético. Daí o crescente percentual de MWh por dólares de produtos exportados pelo Brasil e por outro lado a relativa estabilidade energética dos países desenvolvidos. O Brasil, e outros países, estaria exportando muita energia em seus produtos.

Terra e ecologia

Em paralelo ao crescimento desses movimentos, no movimento sindical de trabalhadores rurais crescia a figura de Chico Mendes. Os seringueiros organizados em sindicatos lutavam pela terra e também pela preservação do meio ambiente, através de uma exploração racional da floresta, viável economicamente e não degradadora do meio ambiente. Surge então a proposta da criação de reservas extrativistas nos seringais do Acre (e de outros estados da região amazônica). Esta proposta, depois consubstanciada em legislação específica articulou, na prática, o movimento de luta pela terra com o movimento ecológico. Os seringueiros do Acre, com sua luta de resistência na terra contra o avanço dos latifundiários criadores de gado e destruidores da floresta, articularam-se com os ambientalistas dos grandes centros urbanos. A prática dos seringueiros levou a uma conjugação da luta pela terra com a luta ecológica e a uma articulação do movimento ecológico com os trabalhadores rurais em luta de resistência na terra.

A experiência dos seringueiros deixou marcas no movimento sindical de

trabalhadores rurais, chegando também ao movimento de atingidos por barragens.

A partir de 1989, em várias regiões do país, mais particularmente na área de atuação da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os atingidos começaram a discutir em seminários a questão ambiental e a utilização da legislação ambiental pelo movimento de atingidos.

Em outubro de 1989 a Comissão Regional de Atingidos por Barragens promoveu em Erechim (RS) um Encontro Sobre Legislação Ambiental para trabalhadores atingidos pelas barragens planejadas para a bacia do rio Uruguai.

Trabalhadores rurais e assessores da área de atuação da CRAB discutiram as novidades da legislação ambiental, que recentemente havia sido consolidada na Constituição Federal. E mais: debateram o uso da legislação pelo movimento de atingidos e ainda a relação da CRAB com a luta pela defesa do meio ambiente e com os movimentos ecológicos.

Assim, a CRAB, que em sua prática de luta contra a instalação das barragens da bacia do rio Uruguai, já defendia a proteção dos rios, lagoas, matas ciliares, fauna, etc., que seriam inundados com a formação de reservatórios para a geração de energia elétrica, começou uma reflexão sobre a possibilidade de articulação deste conteúdo ecológico à luta de resistência dos atingidos. Mas uma primeira questão que se colocou no encontro foi relativa à utilização da legislação pelo movimento de atingidos.

Uma primeira discussão recuperou um breve histórico da relação dos movimentos populares com a lei. Via de regra, e em especial no regime autoritário, a lei é usada contra a população e os movimentos populares. Assim, a utilização da lei em favor dos movimentos é quase colocada fora de questão. No entanto, foi visto que com a participação de deputados comprometidos com os movimentos na elaboração de novas leis e ainda com a mudança da conjuntura que levou ao término do regime autoritário, existem brechas que podem ser utilizadas pelo movimento levando a uma reinterpretação das leis.

Desta forma, chegou-se à conclusão que o uso da lei pelo movimento de atingidos pode ser importante visando

abrir novos canais de denúncia e a formação de uma opinião pública favorável, re-interpretar a lei em favor dos atingidos, mover ações legais que contribuam para o questionamento da implantação de hidrelétricas e proteção do movimento através do uso de dispositivos legais. Contudo, foi que o uso da lei deve estar subordinado à luta política mais geral. As ações legais não devem ser as únicas formas de luta.

Em relação à legislação ambiental propriamente dita, foram analisados pontos favoráveis e desfavoráveis ao movimento de atingidos.

Como pontos favoráveis foram considerados: a exigência de licenciamento ambiental antes da construção das hidrelétricas e fornecido por órgãos independentes do setor elétrico (secretarias de meio ambiente ou similares), a obrigatoriedade da elaboração de estudos sócio-ambientais analisando os efeitos da implantação da hidrelétrica (Estudos de Impactos Ambientais - EIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA), que devem ser tornados públicos, podendo vir a ser objeto de audiência pública com os interessados e, por último, a possibilidade da negação da licença ambiental pelo órgão ambientalista oficial - o que exigiria a não construção daquela hidrelétrica e a conseqüente mudança no planejamento em função dos efeitos sócio-ambientais apresentados.

Como pontos desfavoráveis foram listados a elaboração dos estudos sócio-ambientais por empresas pagas dire-

tamente pelo setor elétrico e comprometidas com a construção das obras (sempre concordando com a implantação das hidrelétricas), a realização de estudos para cada hidrelétrica e não para toda a bacia do rio com os efeitos da construção de todas as hidrelétricas e, por último, a não participação da população atingida na aprovação dos estudos sócio-ambientais e conseqüente licenciamento da obra. Na verdade, os governos estaduais (ou federal, no caso de usinas binacionais) é que têm a palavra final.

Depois da discussão do uso da legislação pelos movimentos populares e especificamente das vantagens e desvantagens presentes na legislação ambiental, passou-se ao debate sobre a defesa do meio ambiente e o movimento ecológico. Isto porque o movimento de atingidos poderia utilizar a legislação ambiental sem discutir efetivamente as questões ambientais.

Foi visto que a luta dos movimentos de atingidos, e particularmente da CRAB, tem como bandeira principal a luta pela terra. Com efeito, os movimentos de atingidos por barragens têm sua principal "base" na área rural, entre camponeses. A luta tem sido uma luta de resistência na terra, contra a inundação das áreas de pequenos produtores. Isto faz com que aconteçam grandes mobilizações dos camponeses atingidos. Por outro lado, como já foi indicado anteriormente, as lideranças verificaram que apesar da principal bandeira de luta ser a terra, o movimento de atingidos na prática é também um grande movimento ecológico em defesa dos ecossistemas dos rios.

Assim, iniciou-se um debate sobre a explicitação deste conteúdo ecológico da luta dos atingidos, destacando-se que o importante não seria apenas levantar palavras de ordem em defesa do meio ambiente, mas discutir com a população atingida sua condição de vida e a relação disto com a preservação do meio ambiente. Foi dado o exemplo do uso indiscriminado de agrotóxicos por pequenos produtores da região e a necessidade de uma maior conscientização para se alterar esta situação.

Com estas discussões, não apenas o movimento de atingidos está avançando e colocando a luta contra as barragens articulada a uma luta maior, como ainda possibilita a abertura de alian-



ças com os movimentos ecológicos. O movimento dos atingidos, com "base" essencialmente rural, abre uma porta para alianças junto aos movimentos ecológicos, com "base" urbana. Assim, abre-se a possibilidade da articulação desses movimentos no questionamento deste modelo de desenvolvimento que coloca para segundo plano as condições de vida da população e o meio ambiente.

Mas a CRAB não parou nas discussões. O curso também avançou em propostas concretas, das quais destaca-se a participação dos atingidos nas leis orgânicas municipais, onde se tentou avançar nos itens relacionados a licenciamento de obras poluidoras ou degradadoras do meio ambiente (inclusive barragens).

Além disto, no caso específico da hidrelétrica de Garabi (binacional Brasil/Argentina, no rio Uruguai), elaborou-se denúncia da ilegalidade da obra que está sendo encaminhada sem o licenciamento ambiental necessário, o que possibilita uma ação na Justiça contra a obra, e também o encaminhamento de denúncias internacionais visando dificultar a tomada de empréstimos externos. ■

Fernando Pereira/AJB



MORAR: SONHO OU REALIDADE?

VÍDEO QUE RETRATA A VIDA E A
LUTA DOS MORADORES DE
LOTEAMENTOS CLANDESTINOS E
IRREGULARES DO RIO DE JANEIRO

PRODUÇÃO: FASE - Setor de Audiovisual / Equipe Rio

COMO ADQUIRIR OU ALUGAR ESTE E OUTROS VÍDEOS:

Setor de Audiovisual
Rua Bento Lisboa, 58 • Catete
CEP 22221 • Rio de Janeiro • RJ
Tel.: (021) 285-2998

- Solicite também o catálogo de vídeo das produções da FASE.



Organizar o imprevisível?

Metodologia da luta popular contra Itaipu

•
Werner Fuchs*

Na história recente do Sul do Brasil eclodiram e firmaram-se, numa região rica em produção agrícola e avanço tecnológico, diversos movimentos sociais no campo. Era imprevisível que viessem a desenvolver uma consciência de classe tão bem articulada e a exercer tamanha pressão política de transformação. Até hoje destaca-se o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MST), que alcançou expressão nacional na luta pela reforma agrária.

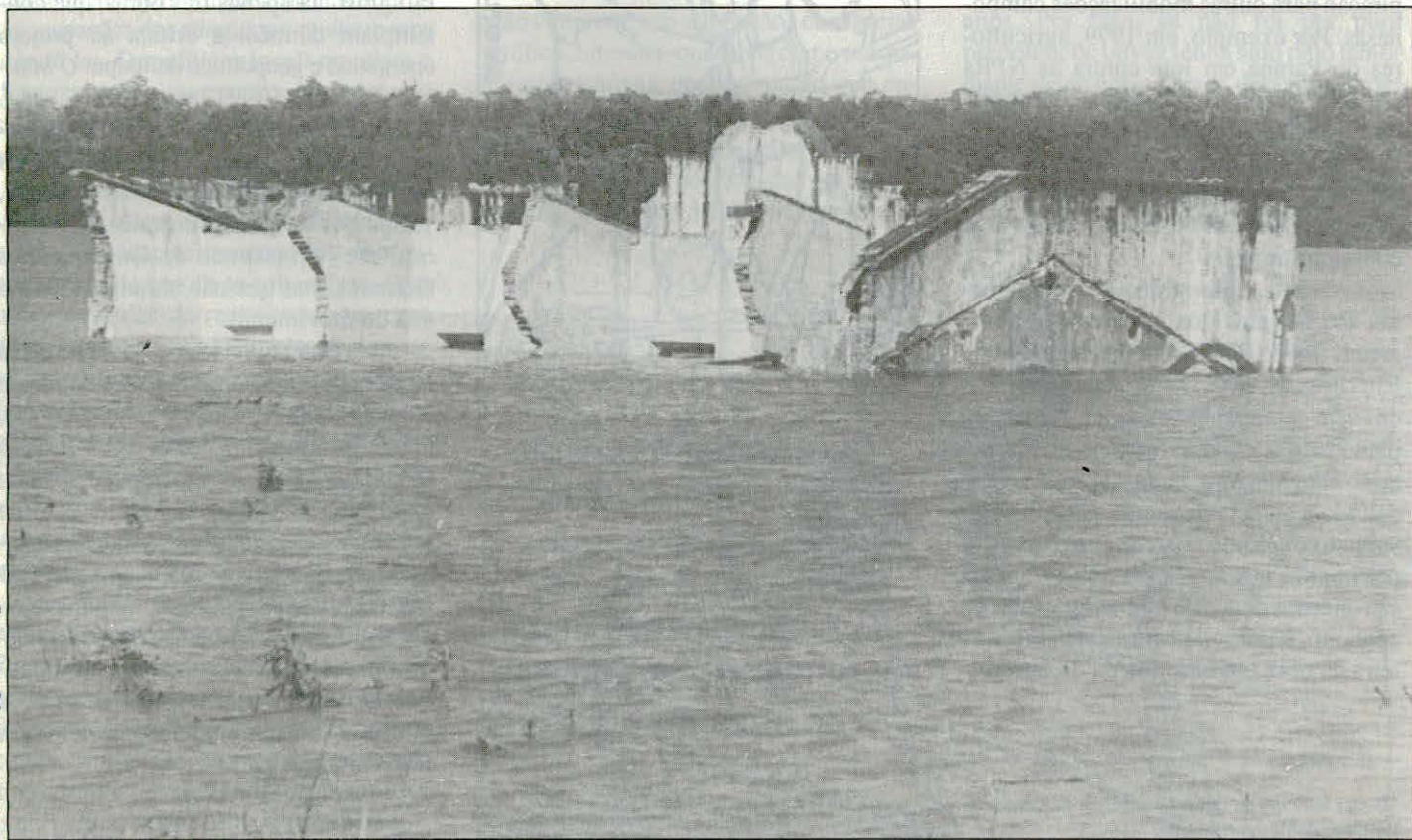
Contudo, aquilo que hoje denominamos de “movimento” teve sua ges-

tação em experiências penosas de resistência e luta que se tornaram paradigmáticas, porque ingressaram na consciência camponesa como saldo organizativo e modelo para outras ações vitoriosas.

As explicações sociológicas do surgimento do movimento camponês geralmente desconhecem que não foi a rápida mecanização agrícola dos anos 70, concentradora da terra e geradora de êxodo e migração, que produziu tais experiências de luta. Nem o foram as secas de 1977 e 78, que puseram a nu a descapitalização do arrendatário, posseiro e pequeno pro-

prietário, fazendo-os migrar passivamente, como “retirantes”, ao Paraguai e ao noroeste do país, numa época em que a fronteira agrícola estava se esgotando. E muito menos podia a pálida lembrança dos movimentos camponeses sob o populismo dos anos 50 inspirar a organização recente. Desnecessário mencionar que o sindicalismo rural, atrasado e pelego, não oferecia outro modelo de luta do que encaminhar petições, normalmente engavetadas pelos governantes.

Surpreendentemente foi o índio, pintado para a guerra, que ensinou o colono



a lutar. Em 1975 surgiam o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), com uma proposta pastoral de autodeterminação indígena, e o movimento caingangue pela reconquista de suas terras. Após várias medidas de pressão (ida a Brasília, embargo da produção, queima de construções, exigências à Funai, etc.), os índios expulsaram, em 1978, centenas de famílias de ocupantes brancos das reservas de rio das Cobras (PR) e Nonoai (RS). Colonos expulsos de Nonoai sofreram todo infortúnio de manobras governamentais, mas resistiram. Em geral não desprezavam o índio com que conviveram e cujos direitos admitiam.

Lembrados da ação direta dos índios que, com as próprias mãos, tiraram do papel as promessas da Funai, e revoltados com o descaso dos governantes, esses colonos resolveram "tirar a reforma agrária do papel", formando o grupo inicial das primeiras ocupações de terra no Planalto Médio do Rio Grande do Sul e do acampamento da Encruzilhada Natalino (79/80).

Embora nos anos seguintes grandes arrendatários, grupos madeireiros, a Funai e caciques oportunistas tirassem maior proveito da vitória dos índios que a comunidade indígena, naquela época as notícias das expulsões serviram de inspiração para outras mobilizações camponesas. Por exemplo, em 1979, agricultores do Paraná em luta contra as NPRs (Notas Promissórias Rurais), discutindo uma cartilha de conscientização da CPT, reagiram assim (sem dissimular o preconceito): "Se esses bugres ignorantes conquistaram seus direitos, nós temos que conseguir também".

A segunda matriz dos movimentos são as lutas dos atingidos por barragens (Passo Real, Salto Santiago, Itaipu, Rio Uruguai, etc.). Os projetos hidrelétricos vêm acompanhados de um cuidadoso plano para quebrar a resistência da população atingida. Mas, outra surpresa: apesar de toda a ciência de dominação, as lutas surgem com força. É porque a agressão ao patrimônio e a ameaça à sobrevivência são intensas demais e o agressor é visível, concreto. É uma empresa estatal, empreiteira da obra e promotora da desapropri-

ação, que faz com que o camponês perca a terra. Diante de outras adversidades, como o clima, ele apenas tenta resistir e se conforma, mas quando está com a água à altura do pescoço e a injustiça do agressor é mais forte que qualquer argumento, então ele assume a luta organizada.

Nos aspectos práticos essa experiência passa a integrar a memória coletiva dos oprimidos. Por exemplo, um indenizado de Itaipu, que tinha participado apenas passivamente da mobilização, ao ser enganado por uma colonizadora no Mato Grosso, reúne os companheiros e lhes ensina a fazer um "acampamento de bloqueio" diante do escritório da empre-



**Surpreendentemente
foi o índio pintado
para a guerra, que
ensinou o colono
a lutar. Em 1978 eles
expulsaram os colonos
de suas reservas**

sa, uma das medidas bem sucedidas contra Itaipu. E o "resto" dos pequenos agricultores que lutaram contra Itaipu ajudou a formar núcleos do primeiro movimento de agricultores sem-terra do Paraná, o Mastro, que em fins de 1981 contava com nada menos de 6 mil membros organizados em quatro municípios do Oeste e a partir de 1983 realizou diversas ocupações de terra.

A luta contra Itaipu, autodenominada em 1980 de "Movimento Justiça e Terra" (MJT), foi a luta popular e camponesa mais importante entre 1978 e 1982. Em seus vários períodos envolveu pelo menos 3 mil das 8 mil famílias atingidas, beneficiando um círculo bem maior. Para aquela época do regime militar, no início da "abertura", foi uma mobilização audaciosa, em consonância com a gravidade das angústias geradas pela empresa binacional. Mas o MJT foi surpreendentemente pacífico, sem violência por parte dos agricultores e sem necessidade de intervenção direta das forças repressivas de prontidão. Gerou também amplo noticiário na imprensa, mas infelizmente existem poucos estudos sobre ele. Além de raros ensaios, quase todos de pessoas ligadas à Comissão Pastoral da Terra (CPT), e do filme *Desapropriado*, de Frederico Fullgraff, há apenas três obras, que contemplam também a crítica ao projeto energético e geopolítico de Itaipu: *O Mausoléu do Faraó* (CPT, agosto 1978, 50p.), *A Taipa da Injustiça*, de Juvêncio Mazzarollo (Foz do Iguaçu, 1980, 110p.) e *Os Expropriados de Itaipu* (Porto Alegre, 1982, 2 vols, mimeo.), exaustiva e valiosa tese de mestrado de Guiomar Inez Germani, mas que não abrange o último ano do movimento.

Diante da circunstância de que a história de Itaipu ainda não foi totalmente contada na perspectiva de suas vítimas, torna-se também difícil fazer uma avaliação metodológica dessa luta popular, mesmo para quem a viveu intensamente e lhe prestou assessoria como agente de pastoral. É preciso restringir-se a alguns episódios e a observações pessoais. Nesta retrospectiva ficarão mescladas opções pessoais, premissas teóricas, dados informativos, narração e análise, sob o risco de se omitirem ou diminuir outros fatores importantes.

*Pastor luterano da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB)

A fala libertada (1978-79)

O projeto Itaipu, ainda incompleto e aprovado às pressas pelo Senado mediante parecer favorável daquele que depois se tornou seu presidente, Ney Braga, foi festivamente celebrado como Tratado Binacional em 26 de abril de 1973, pelos generais-presidentes Médici e Stroessner. As desapropriações para o canteiro de obras iniciaram em 1975 e para a formação do lago, em 1977. A estratégia do departamento jurídico de Itaipu, para debilitar a resistência dos atingidos, consistia de: a) maciça campanha publicitária tranquilizadora com reuniões nas comunidades; e b) retirada da infra-estrutura, pagando primeiro farmácias, moinhos, escolas, etc. Em seguida foram indenizados alguns agricultores esparsos, às vezes a preços vantajosos, para desarticular as comunidades. Mas logo se soube de casos de flagrante injustiça na avaliação, na medição, nas opções de reassentamento, nos bancos que descontavam do cheque promissórias não vencidas, etc.

Como as decisões eram tomadas em gabinete fechado, os escritórios locais de Itaipu não eram capazes de entender as preocupações dos atingidos e muito menos atendê-las. Os políticos locais repetiam o discurso de Itaipu e assim também não sabiam dar respostas reais ao povo angustiado.

Embora tentasse desarticular ou ignorar os interesses coletivos, como de clubes e escolas, Itaipu certamente subestimou o fato de que ali se concentravam as maiores forças de resistência. No caso dos cemitérios, por exemplo, somam-se os laços comunitários às obrigações familiares. Daí a constante pergunta: “E os nossos mortos, vão ficar debaixo d’água? O cemitério também vai ser atingido pelo lago. E muitos não têm dinheiro para levar seus parentes falecidos para outros lugares...”

Como o povo, também as Igrejas estavam despreparadas para esse dilúvio. Pegaram o bonde andando e foram aprendendo no processo. “O caminho se faz caminhando”, era uma frase muito citada. Um grupo de padres e pastores, sintonizados com seus fiéis mediante uma prática de educação de base (CEBs rurais,

círculos bíblicos) concebeu o projeto “Arca de Noé”. Visava apenas realizar reuniões por comunidade local, em preparação de uma “reunião com todos os agricultores da margem do rio Paraná, para reivindicar melhor preço... e outra área de terra”, segundo o convite para o dia 16-10-78 em Santa Helena.

Essa “reunião”, logo que convocada, alarmou os órgãos de segurança. O bispo de Foz foi pressionado para cancelá-la, ao que ele se negou alegando a autonomia da CPT. O pastor Kurt Hattje, que a coordenaria, foi intimado a comparecer à delegacia de Marechal Rondon no exato horário da assembléia de Santa Helena.

Era evidente que entre os 1.300 agricultores misturavam-se agentes da polícia disfarçados. Desmacará-los foi um subproduto da assembléia, pois, visando dar voz ao povo, a coordenação da assembléia dividiu os presentes em grupos de vizinhança, para estudo dos problemas e das reivindicações: quem não tinha vizinho, sobrou no meio do pátio!

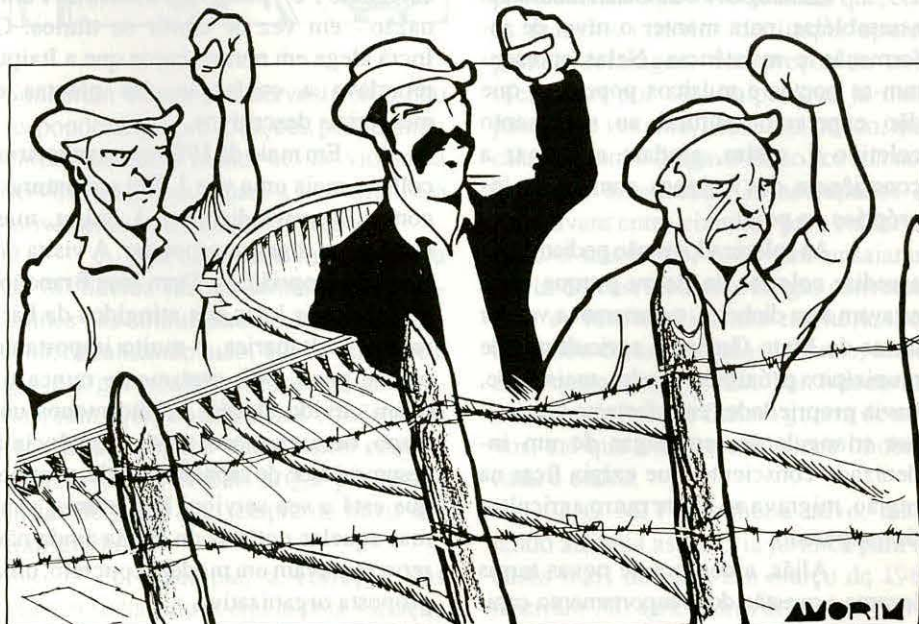
A plenária da tarde transformou-se em “muro de lamentações”: homens e mulheres que talvez pela primeira vez usavam um microfone, trêmulos, constataavam que não estavam sozinhos em sua angústia. A assembléia possibilitou uma “catarse”, abrindo caminho para a ação conjunta, sob as bênçãos das Igrejas católica, luterana, quadrangular e outras. Formou também uma comissão que entregaria o documento abaixo-assinado das reivindicações ao presidente Geisel na semana seguinte, por ocasião do desvio do leito do rio. A comissão conseguiu

uma audiência de três horas com o ministro Ueki, das Minas e Energia. Nas negociações que se seguiram, ampliou conhecimentos sobre a Itaipu e se articulou melhor.

Um proprietário de uma emissora de rádio trouxe um professor de direito de São Paulo, que explicou em reuniões populares a tramitação legal de uma indenização. Foi então que se descobriu que Itaipu vinha realizando simples compras de terra, mediante pressão psicológica. Não existia decreto de utilidade pública das terras! Duas semanas após essa denúncia, o presidente Geisel tira da gaveta o tal decreto (março de 1979). Descobriu-se também que uma das colonizadoras “idôneas” (dentre 50 interessadas) selecionadas e recomendadas por Itaipu exigia procurações dos compradores que lhe permitiam transacionar adiante com a mesma terra! (ver box)

A desapropriação, prevista pelo Art. 153, parágrafo 22, da Constituição então vigente, é ainda hoje regida por uma lei de 1946, do tempo da ditadura de Vargas. O presidente da República simplesmente decreta a utilidade pública ou interesse social de uma área, sem uma discussão pelo Poder Legislativo, muito menos pela população atingida.

A validade do decreto é de cinco anos. Por isso, se não foi por pura prepotência, talvez tenha sido pelo temor diante desse prazo para as desapropriações que Itaipu retardou a edição do decreto. Contudo, o decreto precisa conter as coordenadas da linha poligonal envolvente. Para tanto, a empresa construtora (da



barragem, da linha de transmissão, etc.) faz a demarcação, invadindo as propriedades e destruindo plantações.

Em lutas contra outras barragens, por exemplo no rio Uruguai, alguns anos mais tarde, os colonos simplesmente arrancaram os marcos ou impediram a medição. Outro dispositivo legal, além da indenização prévia e justa, é o pagamento de lucros cessantes, de acordo com o Estatuto da Terra. Não consta que Itaipu os tenha pago a nenhum proprietário, parceiro ou arrendatário.

Uma segunda assembléia com três mil participantes em abril de 1979 não dá a palavra aos políticos e dirigentes sindicais convidados (Itaipu não comparece), mas eles têm que ouvir o povo durante horas e somente depois podem dizer do seu compromisso com as reivindicações. No dia seguinte Itaipu anuncia aumento nos valores ofertados para a desapropriação "amigável". Mas muitos problemas persistem, por exemplo, a reivindicação de terras no Paraná.

Uma audiência conseguida em junho com o diretor geral da Itaipu é parcialmente frustrada pela postura dócil dos dirigentes da federação sindical (Fetaep). Na verdade, durante toda a luta o relacionamento com os sindicatos teve altos e baixos, em geral o MJT os puxava e dizia o que deles esperava. Mas em outros momentos cediam aos interesses dos poderosos (Itaipu, Incra, governo). Apesar disso, Itaipu percebe a força da resistência popular, promete melhores preços, mas interrompe as indenizações por meio ano.

Os atingidos continuam realizando assembléias, para manter o nível de informação e resistência. Nelas apresentavam-se poetas e músicos populares que dão expressão cultural ao sofrimento coletivo e, assim, ajudam a formar a consciência dos colonos com os meios próprios do povo.

As colonizadoras não podiam mais assediá-los da Itaipu porque estes estavam sem dinheiro, e passaram a vender terras do Mato Grosso a agricultores de municípios próximos. Assim, mais tarde, havia propriedades em oferta no Oeste e, por triangulação, em lugar de um indenizado consciente, que exigia ficar na região, migrava ao Norte outro agricultor despreparado.

Aliás, a compra de novas terras levanta a questão do comportamento capi-

talista do agricultor. Residindo em média há 20 anos no mesmo lugar, e tratando com os bancos há bem menos tempo, não tinha em geral a mesma agilidade que os vendedores de imóveis. Inseguro e cansado de procurar, talvez acabasse comprando a pior área, saudosos das terras fertilíssimas que deixava. Itaipu forçou o campesinato a dar um salto para tornar-se empresário rural. Alguns se deram bem, como alguns de nós conseguiriam saltar sobre um fosso de cinco metros (o recorde mundial de salto em distância é maior, não é?). A maioria, porém, caiu no valo e foi esquecida...

Dada a extensão da área atingida, os agentes de pastoral não conseguem muito mais do que identificar as lideranças comunitárias. Atendem somente os casos mais agudos, de preferência problemas coletivos, de um grupo maior. A força e o respeito que a CPT conquista diante das autoridades devem-se a que o agente não comparece sozinho, mas sempre acompanhado dos próprios atingidos, ou de uma comissão deles, fazendo com que eles falem pela sua causa, até mesmo à imprensa.

Os colonos identificam seus aliados e aprendem que é possível resistir. Mas quando as indenizações reabrem, parece que Itaipu consegue debilitar a luta, pois muitos aceitam os preços defasados. Fiel à opção pelos mais fracos, a CPT tinha se voltado para o problema dos 1.700 posseiros e proprietários sem documento, desencadeando um movimento específico no Oeste, dirigido contra o Incra, cujos funcionários "só bebiam cafezinho" e "pescavam à beira do Paranazão" em vez de emitir os títulos. O Incra alega em muitos casos que a Itaipu retardava a confecção das plantas e memoriais descritivos.

Em maio de 1980 esses posseiros colhem mais uma vez 1.200 assinaturas, com suas reivindicações à Itaipu, mas esta não se digna a responder. A visita do bispo de Propriá (SE), Dom José Brandão, que relata as lutas dos atingidos da barragem de Itaparica, é muito importante para o povo, pois certamente nunca tinham ouvido alguém, muito menos um bispo, descrever com tanta veemência a desumanidade do capitalismo e do governo, que está a seu serviço. Importante, sim, mas aquelas notícias da Bahia ainda não representavam um modelo concreto, uma proposta organizativa.

Parecia de fato que "está tudo morto, aqui não vai acontecer mais nada", como dizia a pesquisadora Guiomar ao se despedir em fins de junho. Os grupos de base e os líderes, os paroquianos cordiais e os proprietários maiores, todos faziam acordo com Itaipu. A fala tinha sido libertada e fora ouvida, sim, mas os dirigentes da Itaipu já haviam esvaziado a força de resistência. Afinal, todos precisavam sair, e queriam fazê-lo o quanto antes.

Avaliando hoje aquele momento, reconhece-se que o líder do grupo de base, por mais consciente que estivesse, não tinha como lutar. Manejava um facão para enfrentar um tanque. Fazia falta uma ferramenta mais poderosa, uma alavanca para virar o tanque. Aos agentes só restava perseverar na opção pelos mais indefesos, os posseiros, para os quais nem sequer existia a opção de entregar sua propriedade por um terço do valor.

A massa faz-se alavanca (julho de 1980 a 1982)

O dia 14 de julho de 1980 surpreende a todos com o estouro de uma imprevisível ação popular massiva. Acampamento diante do escritório da Itaipu em Santa Helena. Quem estava indo para a roça ouviu no rádio e rumou para lá. Os 350 que esperavam pelo cheque, atrasado mais de 90 dias, esqueceram o acordo e vieram para a luta. Os velhos líderes juntaram-se aos novos. Cerca de mil agricultores bloqueando o escritório. Dois dias de tensa negociação, cercada dos gritos organizados de "Justiça e Terra".

Os advogados de Itaipu, mais acostumados ao "tapetão", tentavam ganhar tempo. Mas os colonos, para cada dia de demora, acrescentavam uma nova reivindicação: a melhor defesa é o ataque. Organizaram serviço de som, celebrações diárias, passeatas, subcomissões para comida, segurança, estratégia, finanças, casos individuais, etc. Era uma atividade febril de 16 dias, numa escola de partilha, de companheirismo, de criatividade e luta comunitária. Agora vamos fazer "a nossa greve", diziam entusiasmados. Pois não conheciam a palavra "movimento".

Tinham na memória apenas notícias das greves dos metalúrgicos do ABC do final dos anos 70 (piquetes, repressão, negociações difíceis).

Guiomar voltou para ajudar, realizando agora de fato pesquisa participante. Apoios vinham de todos os lados: Contag, CPT-Nacional, bispos, telegramas, etc. O dia 25 de julho, dia do agricultor, registrou a maior concentração popular da história de Santa Helena. O governador Ney Braga não compareceu, e Itaipu comunicou sua decisão em Foz do Iguaçu, à imprensa, num documento sem assinatura, negando o aumento de 100%, o preço justo reivindicado sem margem de barganha.

O movimento decide marchar sobre Foz. Com isso os diretores da Itaipu não calcularam! Voltam atrás (diz-se que foi até por pressão do Conselho de Segurança Nacional) e chamam uma comissão de cinco líderes (a comissão de negociação era formada por 12) na noite antes da marcha. Cinco agricultores, sem assessoria nenhuma, enfrentaram um general e oito advogados. Conseguiram 80% de aumento e voltaram para substituir a marcha por uma assembléia, que decidiu pelo retorno para casa. Observadores diziam que poderiam ter conquistado os 100%, por causa do ímpeto da massa organizada e dos abalos que uma marcha sobre Foz traria à imagem internacional da obra do século.

De onde veio essa repentina disposição de lutar, de passar da fala para a ação? Veio de setores atingidos até então pouco notados. Itaipu vinha negando uma tabela especial aos proprietários de chácaras em torno de Santa Helena, que na época da colonização tinham pago três vezes mais que para terra rural. No desespero, decididos a ações extremas, procuraram-me numa tarde de domingo. Levei-os a Itacorá, uma das comunidades que esperava titulação e por isso não tinha sido debilitada por indenizações. Os líderes deixaram de lado o trabalho e combinaram o que fariam, enquanto fui olhar a criação de porcos. Decidiram por uma ação sigilosa. Na sexta-feira à noite reuniram um grupo maior no porão de um chacreiro, e ali planejaram o bloqueio para a segunda-feira. Deus parou a chuva e o vento secou as estradas. A Itaipu soube do plano na madrugada, mas isso não alterou a disposição dos agricultores.

De repente houve uma ação popular massiva de um setor até então pouco notado: os proprietários de chácaras em torno da cidade



Souberam conter seu nervosismo e não responderam às provocações, pois tinham entendido que o menor ato de violência serviria de pretexto para a repressão, e o movimento não teria prosperado.

A luta continuou difícil. Cerca de 80 líderes faziam semanalmente reuniões nas comunidades e em Santa Helena, fiscalizando tudo, "Itaipu quer que a gente jogue sozinho, de pernas amarradas, com o juiz do lado deles", diziam. De fato, a luta popular não é como campeonato. Antes é preciso brigar por regras justas de jogo, que sempre de novo são transgredidas.

Por exemplo, a correção dos valores tinha sido acertada pela variação

da ORTN, mas esta de repente ficou congelada. Em janeiro de 1981, 40% das propriedades ainda não tinham sido indenizadas, o que revela a "retranca" do time do povo, e obrigava Itaipu a revisar seu cronograma.

Os colonos levaram seis meses de reuniões para descobrir que Itaipu não os respeitava mais e que era preciso acionar a alavanca de novo. Deram prazo, reuniram-se em Itacorá em 16 de março de 1981, e de lá marcharam para Foz do Iguaçu. Estavam apreensivos: será que a Polícia Rodoviária e a PM, que os escoltavam, os deixariam chegar até a Itaipu? "Para carregarem mil de nós, precisam de cinco mil soldados, se estivermos com os braços firmemente entrelaçados", foi o argumento tático que reanimou os temerosos.

Na entrada de Foz, a polícia quis desviar o comboio para o pátio de uma igreja. Novamente surgiu uma solução imprevista. Um líder alegou que teriam que fazer uma assembléia ali na beira da estrada, para decidir. Quando todos tinham descido dos veículos, seguiram a pé! A polícia ficou fora de ação, pois não podia impedir o direito de ir e vir em via pública. No "trevo da vergonha", diante da Itaipu, os colonos acamparam 54 dias. O grito "Justiça e Terra - o Preço da Paz" abriu brechas consideráveis na bem remunerada defesa jurídica e retórica de Itaipu. Angústia do povo não se pode apagar simplesmente com "a pedidos" nos jornais.

Essencial foi que os agricultores pressionaram o governo estadual que, com os mesmos critérios de Itaipu, apurou grande defasagem dos preços de terra oferecidos por ela. Itaipu, que já tinha passado o vexame, cedeu um pouco, mas calculou com o desgaste físico dos colonos. Este não aconteceu. Os acampados se revezavam entre vizinhos para cuidar do gado e das casas, e no fim ensaiaram novas táticas; mediante longas conversas com os funcionários nos escritórios, ou seguindo-os nas estradas vicinais, impediam que pudessem trabalhar. Marcavam homem a homem e faziam guerra de nervos, até que a binacional ficou imobilizada e cedeu.

O MJT continuou ativo, mantendo até uma assessoria jurídica para os casos mais difíceis. Em março de 1982 restavam 700 agricultores dispersos. Vários

Líderes tinham se mudado. Ninguém acreditava que uma nova marcha sobre Foz fosse possível. Mas aos velhos problemas (por exemplo situações pendentes em áreas de posse) somavam-se novos (como a falta de acesso a terras remanescentes). E o MJT se mobilizou mais uma vez.

Líderes antigos, já sem suas comunidades, organizando gente que, em parte, participava pela primeira vez. Comunicaram as reivindicações e sua decisão de marchar ao encontro do presidente Figueiredo, que viria a Cascavel(PR). Novamente a Comissão do MJT foi chamada para Foz do Iguaçu na noite antes da marcha. O diretor jurídico atendeu a todas as reivindicações integralmente! Ele, que durante dois anos tinha impedido minha participação, desta vez me admitiu à reunião. Ele, que sempre tinha insistido em acordos individuais, agradeceu em tom cordial à boa colaboração do movimento organizado que teria facilitado os trabalhos.

Suspeitamos que o departamento jurídico estava sendo preterido na distribuição das verbas da obra, e que a nova mobilização lhe deu argumentos para conseguí-las de imediato. A comissão do MJT pôde outra vez substituir a marcha por uma assembléia de prestação de contas.

Organizar o imprevisível?

Apesar do grande saldo positivo do MJT é preciso reconhecer as falhas e dificuldades. A nova consciência tinha pouca profundidade, sobretudo na comunidade envolvente. Esta simpatizava com o MJT, mas pouco o compreendia. Raros participantes do MJT conseguiram dar o salto qualitativo da luta econômica (visando o benefício pessoal) para uma militância politizada (visando o bem coletivo). Conseguiu-o quem tinha uma bagagem de engajamento cristão e quem cresceu através de uma reflexão teórica sobre a prática.

Por exemplo, um líder comunitário propositalmente comprou terras na área de uma futura barragem no rio Uruguai. Outro, que tinha anotado todos os passos da luta contra Itaipu num caderno escolar, desenvolveu uma visão de classe e engajou-se na organização do movimento dos sem-terra no lugar em que veio a

Para organizar o imprevisível é preciso uma opção clara de fidelidade aos mais marginalizados



residir. Assim o fizeram outros, em maior ou menor grau, levando a memória da luta a outros atingidos por barragens, aos sem-terra, à luta sindical, etc.

Não é possível dizer quantos foram, nem é necessário. Pois como se buscou demonstrar, a luta popular é feita também do elemento surpresa (ou da mão de Deus que atua nos fracos), que gera mudanças históricas imprevisíveis.

Merece registro a ampla utilização do filme "Desapropriado", para mostrar a outra face de Itaipu à opinião pública, até mesmo no exterior, e para o trabalho de base em geral. Serviu sobre-

tudo na conscientização dos atingidos de outros projetos de barragens do Sul ao Norte do país. No rio Iguaçu, os colonos conscientizados com o exemplo de luta e organização das vítimas de Itaipu conquistaram a suspensão da construção da hidrelétrica do Salto Capanema. (Ver próximo artigo)

Em Araucária(PR), o filme foi projetado e debatido entre os atingidos com a construção de um grande reservatório de água para Curitiba. Eram na maioria pacatos descendentes da mais antiga colônia polonesa do país. Na hora de discutir o que fazer diante da sua própria situação extrema, ninguém conseguia falar. Uma mulher, que vinha insistindo em vão com o marido para que se manifestasse, levantou-se ela própria e, em poucos segundos, sugeriu a formação de uma comissão e desapareceu do salão. A ameaça do despejo fez com que ela rompesse com uma tradição secular daqueles imigrantes, de que mulher não fala em público. Mas o agente da CPT aproveitou a sugestão e a comissão foi formada, somente por homens (ver boxe).

As Igrejas, que tiveram uma rara oportunidade de participar no centro dos acontecimentos históricos, tiveram que redefinir suas prioridades pastorais. Mas sente-se hoje que isso ficou muito restrito ao episódio de Itaipu, sem consequências maiores.

Algumas pastorais, contudo, avançaram em termos metodológicos. Deixando de lado o significativo aprendizado de organização e mobilização, que não são especificamente esferas da pastoral, é preciso destacar, por um lado, a descoberta da importância de construir sobre os elementos que constituem a resistência popular: valores culturais (arte popular), religiosos (a "mística", reforçada, por exemplo, nas romarias da terra) e comunitários (por exemplo, relações de vizinhança).

Por outro lado, as pastorais souberam relativizar o método "Ver-Julgar-Agir", oriundo da Ação Católica, porque constataram que, além de não ser ideologicamente neutro e pressupor uma "cultura de reuniões" (cursos), poderia vir a ser uma camisa-de-força para a caminhada do povo. Na situação emergencial de Itaipu, o método resultante da luta deveria, talvez, ser chamado de "Agir-ver no que deu-Agir de novo" (o círculo de prática-teoria-prática).

O povo em geral não adquire visão crítica, de conjunto ou de conjuntura, lendo boletins e jornais (como os agentes, que elaboram as cartilhas para reuniões) e sim pela troca de experiências, contando e ouvindo contar "causos" (os seus e os de outras lutas). Por isso a troca de experiências e o intercâmbio pela base vieram para ficar. Constituem hoje os instrumentos mais eficazes para o avanço qualitativo e quantitativo do movimento popular.

Não é possível organizar o imprevisível. Metodologia alguma ensina isso. Para o imprevisível é preciso uma opção clara, que pode ser explicitada pela metodologia. Tanto o agente como o militante popular precisam dessa opção firme, de fidelidade aos companheiros, de respeito às decisões conjuntas (mesmo que pessoalmente se discorde), e de atenção para os mais marginalizados, dos quais podem vir as maiores surpresas.

Dai a atitude de aprendizado constante das partes envolvidas. O agente e o político precisam clarear em sua opção e sua prática o respeito para com as decisões livres do povo organizado, pois o risco, a maior parte do sacrifício e do sofrimento é dele.

A caminhada dos movimentos populares no campo transmite uma certeza e esperança: enquanto vivermos neste sistema econômico que explora e marginaliza o camponês e que por seus projetos agride de forma tão brutal a índios e agricultores, não faltarão lutas que, aos poucos, de baixo para cima, construirão o poder popular.

"Desapropriado": imagens do dilúvio

"Desapropriado (A hidrelétrica de Itaipu sob o ponto de vista dos camponeses)", filme de Frederico Fullgraff, cineasta e jornalista, foi produzido em 1983, baseado na história do movimento Justiça e Terra (MJT). Teve locações em Foz do Iguaçu, Santa Helena, Arapoti e Santa Izabel d'Oeste, no Paraná, e no Projeto Pedro Peixoto, no Acre.

Dividido em seis blocos - "O Mausoléu dos Faraós", "A Expropriação", "Justiça e Terra", "A última Colheita", "As Águas Sobem" e "A Terra Prometida" - o filme procura mostrar didaticamente a saga dos camponeses desapropriados pela construção de Itaipu. Foi muito utilizado pelos movimentos de atingidos por barragens do Sul do país. A comissão Pastoral da Terra (CPT) estimou que mais de 300 mil pessoas já viram o trabalho em exhibições seguidas de debate.

O parecer da Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal, dado em 1983, proibiu o filme para menores de 18 anos, apresentando como justificativa a abordagem de "problemática político-social", revelando mais uma estratégia de controle repressivo utilizada.

As imagens dos camponeses que foram expulsos do Paraná pela Itaipu e foram parar no Acre, experimentando péssimas condições de vida, sendo forçados a retornar, são um dos pontos fortes do filme, que ajudou a conscientizar muitos camponeses sobre o caráter ilusório e enganador das promessas feitas pelas empresas do setor elétrico.

A produtora do filme é a Quarup, localizada na Av. Paulo de Frontin, 581 C/8, Rio Comprido, Rio de Janeiro, CEP 20260, tel. (021) 293-0442.

Camponeses paranaenses expulsos
de Itaipu foram parar no Acre



Frederico Fullgraff/Quarup

Vitória em Capanema

Pedro Tonelli*
Neuri Luiz Mandovani**

O programa energético da Eletrobrás previa para a década de 90 a entrada em operação da usina hidrelétrica de Salto Capanema, no rio Iguaçu região sudoeste do Paraná. A construção de mais esta usina no rio Iguaçu estava prevista no "Plano de Atendimento aos Requisitos de Energia Elétrica até 1995", da Eletrobrás, projetada para ter uma capacidade geradora de 1.200MW.

Mas a usina hidrelétrica de Salto Capanema nunca foi além do estudo de viabilidade, concluído em outubro de 1980. A obra não foi sequer iniciada em função da resistência imposta pelas comunidades locais, particularmente os agricultores, que seriam diretamente afetados. Foi adiada e, posteriormente, cancelada.

O êxito do movimento de resistência à construção da barragem de Capanema serviu para alertar os burocratas e tecnocratas de Brasília, acostumados a conceber obras refestelados em suas poltronas em gabinetes refrigerados, sem se importar com as consequências sobre as populações afetadas. A luta contra a construção desta hidrelétrica veio na esteira da implantação do projeto da usina de Itaipu, que implicou na desapropriação de uma população de mais de 40 mil pessoas, sendo a grande maioria pequenos e médios agricultores, gerando um problema social de graves proporções.

O projeto da usina de Capanema previa a inundação de 8.050ha, desalojando mais de duas mil famílias de pequenos agricultores. O "levante" contra a barra-

gem partiu exatamente destes agricultores, alertados pela ameaça de perder suas terras e ter o mesmo destino dos desapropriados de Itaipu. A luta popular começou tão logo surgiram os boatos da construção da barragem em Salto Capanema, cinco quilômetros ao norte da cidade de mesmo nome. As primeiras informações sobre o projeto desta nova usina começaram a se espalhar na região no final do ano de 1979.

O processo de implantação do projeto da usina de Itaipu foi traumático. Iniciado no período mais duro do autoritarismo, quando o projeto desenvolvimentista ainda era a base de sustentação do regime, a construção da "maior usina do mundo" foi imposta pelo poder central à revelia das comunidades atingidas. O processo de desapropriação e indenização fez aumentar o contingente de sem-terras no Paraná - problema que viria a explodir no começo dos anos 80, com a formação de grandes acampamentos de sem-terra em várias regiões do estado.

Esta situação era do conhecimento dos agricultores da região sudoeste do Paraná. Historicamente, essa população tem uma tradição de luta e de organização, que começou com a luta pela conquista da posse da terra, na década de 50, durante a colonização da região.

Articulação do movimento

Com o surgimento de boatos sobre a existência de um projeto para a construção de uma usina em Capanema, os pequenos agricultores começaram a se preocupar e logo trataram de obter informações corretas sobre o fato. Um pequeno grupo de agricultores de diversas

comunidades do município - as chamadas "capelas" (verboxe) -, apoiado pela CPT, se reuniu para analisar a questão. A primeira medida adotada coletivamente foi a elaboração de um abaixo-assinado pedindo informações corretas aos órgãos competentes sobre a existência deste projeto e quais as suas características. Nesta época, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) já tinha uma inserção muito grande entre os pequenos agricultores.

No documento, que posteriormente foi encaminhado ao governo do estado, à Secretaria de Agricultura, ao Ministério das Minas e Energia, à Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), a Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) e ao Incra, os agricultores expressavam o sentimento de angústia, insegurança e medo face às notícias sobre a construção de barragem para instalação de uma usina hidrelétrica nas proximidades do município.

Este abaixo-assinado, datado do dia 19 de novembro de 1980, já deixava claro que o projeto, se verdadeiro, encontraria frontal oposição da comunidade. O documento registrava com estas palavras os sentimentos dos agricultores:

"Nossa angústia, insegurança e medo se fundamentam no fato de termos que ver tanto esforço, tanto trabalho e tantos frutos de sofrimento nosso e de nossos antepassados correrem o risco de ser destruídos de uma hora para outra. Nossa segurança e tranquilidade foram afetadas. E isso se agrava quando os fatos ocorridos nas áreas onde estão sendo construídas usinas hidrelétricas ameaçam se repetir nesta área, em nossas propriedades, em nossos lares.

"Ficamos perplexos ao verificarmos que, nos locais em que estão sendo construídas usinas hidrelétricas, todas as medidas que facilitam a construção de barragens são tomadas, mas nenhuma no sentido de garantir tranquilidade futura das famílias desalojadas. É isso que nos causa medo, nos deixa intranquilos. Em razão disso, nossa posição é de que não seja construída nenhuma barragem nesta área da bacia do rio Iguaçu, onde nossas famílias vivem".

Em razão desta ameaça, os agricultores exigiram o direito de ter acesso às informações sobre o projeto, com especificação dos prazos previstos para início e conclusão das obras, altura da barragem e dimensões da área a ser inundada.

*Ex-assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores na Assembleia Legislativa do Paraná.

** Ex-assessor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capanema, ex-diretor da CUT regional do sudoeste do Paraná e assessor parlamentar

O que são “capelas”

O município de Capanema, como de resto toda a região sudoeste do Paraná, foi colonizado por agricultores gaúchos e catarinenses. Este processo de ocupação efetiva do território paranaense começou na década de 40 e se acentuou na década de 50. A organização social destas primeiras comunidades teve forte influência dos estados de origem dos colonizadores - Santa Catarina e, principalmente, Rio Grande do Sul.

A Igreja sempre exerceu papel influente na vida destas comunidades. O termo **capela**, que é empregado como sinônimo de comunidade ou vila, é uma terminologia religiosa que reflete a própria organização da Igreja. Normalmente, na sede do município funciona a paróquia, que é o núcleo principal da organização da Igreja. O vigário (padre), ao lado do prefeito, do delegado e do gerente de banco, sempre foi uma das lideranças mais importantes nesta organização social - hoje profundamente modificada pela massificação cultural promovida pelos meios de comunicação de massa.

Mas em Capanema, como nos demais municípios da região, a estrutura social mantém estas características. As **capelas** são pequenas comunidades rurais, onde o núcleo é sinalizado por uma pequena igreja - a capela -, onde as pessoas se reúnem para a prática religiosa. Capanema conta com cerca de 30 capelas. A Igreja ainda exerce forte influência nestas comunidades. O vigário faz visitas periódicas às capelas.

Além de traduzir uma organização da comunidade católica, a **capela** passou a ser a referência também para a organização política e administrativa do município. Região tipicamente agrícola, o sudoeste do Paraná ainda preserva a tradição das propriedades familiares, com boa parte da população fixada na área rural. As **capelas** agregam estes agricultores, dando o sentido de comunidade às suas relações.



A partir deste abaixo-assinado, começou efetivamente a ser articulado o movimento dos agricultores de resistência à construção da barragem. Inicialmente, o movimento não obteve a adesão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capanema, com base de pequenos produtores, o que foi conseguido mais adiante pela pressão exercida pela oposição à diretoria da entidade. Mas o abaixo-assinado com o pedido de informações feito pelos agricultores do Salto de Capanema já seguiu com as assinaturas do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capanema, do presidente do Sindicato Rural, e do representante da CPT.

Os representantes das localidades de Cristo Rei, Santa Maria, Marechal Lott, São Pedro, São Sebastião, Flor da Serra, Santa Ana e Duas Barras - todas pequenas comunidades de agricultores do município de Capanema, às margens do rio Iguaçu também subscreveram o documento. A resposta ao pedido de informação não veio em 60 dias, conforme prazo estipulado pelos requerentes. Mas as autoridades consultadas se manifestaram nos meses seguintes, confirmando efetivamente o projeto de construção da barragem.

Em ofício dirigido à Superintendência Regional do Incra, datado de 13 de março de 1981, o então presidente da Eletrosul, Telmo Thompsom Flores, confirmou a existência de projeto de aproveitamento do potencial hidrelétrico do rio Iguaçu em Capanema e adiantou alguns dados preliminares do estudo. Informou que a Eletrosul concluiu e apresentou ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), ligado ao Ministério das Minas e Energia, em outubro de 1980, o relatório de viabilidade da implantação do aproveitamento hidrelétrico de Capanema.

Nesta ocasião, a Eletrosul já previa que o nível da água no reservatório atingia a cota de 259,0 metros acima do nível do mar. A barragem projetada teria uma altura de 58 metros e a área alagada alcançaria 8.390 hectares, atingindo além de Capanema os municípios de Capitão Leônidas Marques, Realeza, Nova Prata, Planalto e Céu Azul. O Parque Nacional do Iguaçu, uma das raras áreas de preservação do Sul do país, teria 1370 ha de sua área inundados pela represa da usina de Capanema.

Todas estas informações chegaram ao Sindicato dos Trabalhadores Ru-

rais de Capanema, via Inbra. A Copel, também oficiada pela comissão formada pelos agricultores, completou os dados sobre o projeto. Em ofício datado de 6 de janeiro de 1981, o presidente da Copel, Douglas Souza Luz, informou que durante o estudo de viabilidade da usina de Salto Caxias, em 1977/78, foi realizada uma revisão dos estudos existentes sobre a usina de Capanema. A usina, tal como estudada pela Copel, teria seu reservatório com o nível máximo normal na cota 259, cerca de 45 metros acima do nível médio do rio no local previsto para a barragem ao norte da cidade de Capanema.

Ainda pelos estudos da Copel, o reservatório se estenderia rio acima até a futura usina de Salto Caxias, numa extensão de cerca de 60 quilômetros ao longo do leito. Porém, até esta data, o Ministério das Minas e Energia não havia concedido o aproveitamento hidrelétrico daquele trecho do rio Iguaçu a qualquer empresa de energia elétrica. A concessão do projeto da usina hidrelétrica de Capanema seria feita somente em 24 de março de 1984, quando o presidente da República assinou o Decreto nº. 89.581, cedendo à Eletrosul a exploração deste trecho do rio Iguaçu.

A partir de 1934, com a assinatura do Código de Águas (Decreto 26234), as quedas d'água com potencial energético deixaram de pertencer ao proprietário da área onde se localizam. Assim, consagrou-se o regime de concessões para aproveitamentos hidrelétricos. O Ministério das Minas e Energia é quem autoriza o aproveitamento às empresas de energia elétrica.

As formas de luta

Os agricultores de Capanema perceberam desde logo que só conseguiriam impor resistência ao projeto da barragem com muita organização e mobilização. E começaram a fazer isso denunciando as experiências de implantação de outros projetos, especialmente da Itaipu. Enquanto o presidente da Eletrosul confirmava ao Inbra que o estudo de viabilidade desta nova usina já estava concluído e entregue ao DNAEE desde outubro de 1980, o diretor de planejamento e engenharia da empresa, Geraldo Queiroz

Siqueira, comunicou outra versão para os agricultores de Capanema.

Em correspondência datada de 14 de janeiro de 1981, dirigida ao sindicato dos trabalhadores rurais, ele garantiu que a usina de Capanema se encontrava na fase de estudo de viabilidade e que a sua construção só deveria ser programada para ter início após 1990. Mas já aproveitava para enfatizar as “vantagens do projeto”, fazendo a seguinte consideração: “A construção da usina hidrelétrica de Capanema, último aproveitamento do trecho nacional do rio Iguaçu, é considerada extremamente vantajosa, de vez que, beneficiando-se da regularização dos reservatórios de montante e de estar localizada em vale geomorfologicamente favorável, permite gerar energia a um custo bastante baixo.

“A implantação de um empreendimento deste vulto certamente trará para a região grandes benefícios sócio-econômicos, não só durante a construção, pela grande aplicação de recursos, como após sua conclusão, pela melhoria do atendimento de fornecimento de energia elétrica à região”. O diretor da Eletrosul enfatizou ainda a grande preocupação com “as implicações sócio-econômicas e ecológicas da implantação do reservatório”, adiantando que a parcela do Parque Nacional do Iguaçu que seria inundada, seria compensada com projetos de reflorestamento.

A confirmação do projeto, já em “fase de estudo de viabilidade”, conforme dava conta a Eletrosul, foi o suficiente para desencadear a ofensiva do movimento de resistência à construção da barragem. Neste momento, começa efetivamente a organização deste movimento, com a constituição de comissões locais

As comunidades decidiram só conversar sobre indenizações coletivamente, impedir qualquer início de obra e unir os sindicatos para fortalecer a luta

nas comunidades e de uma comissão central. O apoio dos sindicatos e da CPT é acrescido do apoio de prefeitos e lideranças políticas da região, da Cooperativa de Capanema (Coagro) e da Associação Comercial. A oposição ao projeto ganha força em toda a região. Os procedimentos dos técnicos que fazem levantamento na área começam a ser dificultados, numa verdadeira operação de “empate” (ver boxe) - como fizeram os seringueiros liderados por Chico Mendes para impedir as derrubadas de mata, no Acre.

O primeiro desafio que o movimento teve que vencer foi a desconfiança daqueles que não acreditavam na construção da barragem, achando que tudo não passava de boatos, alardeados por gente interessada em promover agitação política. Uma das estratégias definidas para vencer esta resistência e conscientizar toda a comunidade foi organizar comissões locais em cada “capela”.

Inicialmente, oito pequenas comunidades de agricultores foram envolvidas neste trabalho. A comissão central do Movimento de Resistência à Construção da barragem realizou reuniões com estas comunidades, assessorada pela CPT. Em cada comunidade, foram escolhidas pessoas para integrar a comissão local. Ao lado da principal bandeira de luta do movimento, que é lutar contra a construção da barragem, os agricultores definiram algumas estratégias concretas para opor resistência ao projeto.

Entre as formas de luta escolhidas, as comunidades adotaram as seguintes decisões: não aceitar negociações e acordos individuais; qualquer proposta de indenização ou compra das terras deve ser tomada em conjunto; procurar se unir aos sindicatos atingidos para fortalecer a luta; impedir a chegada das máquinas e não deixar que qualquer obra seja iniciada sem que os direitos dos trabalhadores sejam plenamente atendidos; encaminhar documentos às autoridades manifestando inquietação diante do projeto de barragem e pedindo esclarecimentos; unir-se a outras lutas dos trabalhadores, especialmente no caso de outras usinas.

As comunidades de Santa Ana, Flor da Serra, São Pedro, Cristo Rei, Santa Maria, Duas Barras, Marechal Lott e São Sebastião foram as primeiras a se integrarem nesta luta. A maioria estava

diretamente ameaçada de desaparecimento, se a barragem fosse construída. Em 1982, foram realizadas reuniões no município de Capitão Leônidas Marques, ampliando a base de sustentação do movimento de resistência à construção da barragem.

Em 1982, em ofício dirigido à Copel, o prefeito de Capanema pedia informações sobre o andamento do projeto da usina. O presidente da Copel, Paulo Procopiak de Aguiar, respondeu dizendo que o Ministério das Minas e Energia ainda não havia outorgado a concessão para a construção da usina de Capanema e que a previsão mais recente indicava que a nova hidrelétrica deveria entrar em operação por volta de 1994/95. Em função disso, a sua construção deveria ser iniciada no final da década de 80. Esta perspectiva manteve aceso o movimento de resistência à construção da barragem, mas foi somente no ano de 1984 que o assunto ganhou ênfase, levando a Eletrosul a um confronto aberto com a comunidade.

Declaração de guerra

O estopim para a declaração de guerra contra a Eletrosul - então já concessionária para construção da Usina de Capanema - pelo movimento que se opunha ao projeto, foi uma entrevista concedida pelos engenheiros da empresa, Marcos Schwartz e Gilberto Canali, à Rádio Capanema, em agosto de 1984. Nesta entrevista, eles anunciaram que no mês de setembro a Eletrosul instalaria um escritório em Capanema, iniciando o estudo de campo para execução do projeto. Os técnicos da empresa adiantaram ainda que em seis meses seria possível saber quem seria atingido pelas águas da barragem.

Na mesma entrevista, ambos asseguraram que o estudo estaria concluído em dois anos e em dez anos a usina já estaria em funcionamento. Esta foi a gota d'água para que o projeto da usina viesse abaixo. Dias depois da entrevista, a comissão contra a barragem voltou a se reunir e o movimento ganhou força, se espalhando pela região. No dia 4 de setembro de 1984, a comissão se reuniu e definiu um programa de visitas às comunidades atingidas dos municípios de Capanema, Capitão Leônidas Marques, Realeza e Planalto. Ao todo, 38

O "empate" das obras

Um dos principais instrumentos utilizados pelos agricultores para lutar contra a construção da barragem foi impedir a qualquer custo a conclusão dos trabalhos de levantamento e o início das obras. De acordo com decisões tomadas coletivamente, os agricultores passaram a não permitir a circulação de pessoas estranhas nas suas propriedades. Também passaram a se recusar a emprestar barcos e outros instrumentos aos técnicos que trabalhavam na fase de levantamento do projeto.

Esta organização alcançou tal nível de consciência que os agricultores conseguiram bloquear todas as tentativas de instalação dos escritórios da Eletrosul no município. Os proprietários de imóveis urbanos que eram procurados para alugar algumas salas supostamente destinadas a acomodação do escritório da Eletrosul, eram pressionados para que não aceitassem qualquer proposta. Da mesma forma, os agricultores se preocuparam em não vender suas propriedades a pessoas estranhas. Isto foi feito a partir de experiências colhidas junto a outras comunidades atingidas por barragens, onde os agricultores eram iludidos para vender suas propriedades.

Quando o movimento contra a barragem tinha alcançado força suficiente para desencadear uma ofensiva contra o projeto, os agricultores decidiram destruir todos os marcos plantados em suas propriedades na fase de levantamento. O trabalho dos técnicos, que levou meses, foi inútil diante da firme disposição dos agricultores de não permitir o andamento do projeto.

Este boicote organizado surtiu efeito. A Eletrosul passou a medir as consequências da sua decisão de insistir no projeto à revelia da vontade unânime da comunidade. A persistência dos agricultores foi mais forte e a Eletrosul teve que se render aos fatos, retirando os seus técnicos da região.

Depois dos primeiros empates, 8 mil pessoas se reuniram contra a barragem (23 de setembro de 1984)



Arquivo Assessor (PR)

comunidades de pequenos agricultores foram incluídas neste roteiro.

Em quatro dias, todas estas comunidades foram visitadas e no dia 10 a comissão central voltou a se reunir para fazer uma avaliação do nível de mobilização. O trabalho de divulgação junto à imprensa paranaense do Movimento de Resistência à Construção da Barragem de Capanema passou a ser priorizado e em poucos dias a questão ganhou repercussão em todo o estado.

Em todas as comunidades visitadas a posição era uma só: impedir de todas as formas a construção da usina; impedir os levantamentos, não deixando os técnicos entrarem nas propriedades; não emprestar qualquer tipo de material aos técnicos da Eletrosul; não deixar abrir o escritório da empresa no município; não vender terras a pessoas estranhas e recusar qualquer proposta de indenização e contactar as autoridades comunicando que não se aceita a barragem de forma alguma.

A união da comunidade na luta contra a barragem foi definida como prioridade do movimento. Neste momento, todas as forças democráticas foram convocadas para assumir esta luta, incluindo a Igreja, sindicatos, partidos políticos, associações e cooperativas. As comissões locais foram incumbidas de repassar informações, procurando convencer as pessoas indiferentes ao problema ou inicialmente favoráveis à barragem.

No dia 17 de setembro de 1984, foi realizada na cidade de Realeza uma ampla reunião do movimento, com a participação da comissão central de resistência à barragem e das autoridades dos municípios atingidos e vizinhos. Esta reunião serviu para selar uma aliança dos políticos da região contra a barragem, inclusive do prefeito de Capanema, Egom Grams, que estava em cima do muro, engrossando o movimento de resistência ao projeto. Neste encontro também foi apresentado o documento que o movimento pretendia levar ao governador do estado, José Richa. Os prefeitos da região decidiram se engajar e se comprometeram a acompanhar as lideranças dos trabalhadores na audiência com o governador, na semana seguinte.

Depois da reunião de Realeza (PR), o movimento passou a atuar em duas frentes: buscar o apoio do governo do estado e organizar uma grande mani-

festação em Capanema. Com este objetivo, a comissão reunida no dia 17 definiu dar apoio total e jogar força na realização da passeata no dia 23 de setembro de 1984, organizada pelos grupos de jovens (Igreja Católica) da região. Nesta reunião, um desapropriado de Itaipu que mora no município de Planalto faz um relato sobre a sua experiência, alertando sobre as táticas das empresas de barragens. O depoimento foi divulgado para mobilizar a comunidade.

A passeata foi programada para o dia 23 de setembro, em Capanema. Os trabalhadores rurais de todos os municípios da região atingida foram mobilizados. Os dizeres escolhidos pelos próprios trabalhadores para as faixas refletiram bem o amadurecimento da luta: "Onde há democracia, quem decide é a maioria - barragem não"; "Agricultores do sudoeste estão contra a inundação das terras mais férteis do mundo" e "Capital do feijão ameaçada de inundação".

A manifestação foi realizada com participação de mais de 8 mil pessoas, entre agricultores, líderes sindicais, cooperativistas, grupos de jovens, profissionais liberais, ambientalistas, prefeitos e políticos da região e membros da Igreja. Com esta manifestação, a maior já realizada na história de Capanema, a comunidade denunciou que a construção da barragem provocaria a inundação de 8.050 hectares de terras férteis, sendo 4.420 hectares no município de Capanema (10% do seu território), 1.750 hectares do município de Capitão Leônidas Marques, 460 hectares do município de Realeza e 50 hectares do município de Nova Prata, e mais 1.370 hectares do Parque Nacional de Iguaçu, no município de Céu Azul. A

A forte mobilização popular fez com que muitos políticos que estavam em cima do muro endossassem as posições do movimento

imprensa, especialmente a TV, sofreu fortes pressões e não compareceu, apesar de prometer estar presente.

A região que seria inundada é ocupada por pequenos produtores, a grande maioria dos quais desbravadores que lutaram pela posse e regularização de suas terras. Esses agricultores cultivam principalmente cereais como milho e feijão. A manifestação alcançou grande repercussão. A inundação de parte do Parque Nacional de Iguaçu também foi denunciada e sensibilizou os movimentos de defesa do meio ambiente. Os agricultores chegaram a fazer ameaça de invadir o parque, se o governo permitisse que a construção da barragem fosse realizada. O IBDF chegou a autorizar a Eletrosul a realizar os levantamentos na área do parque, o que foi considerado um ato ilegal pelo movimento.

Negociações e alianças

Respaldados pela repercussão da passeata, lideranças do movimento de resistência à construção da barragem foram a Curitiba apresentar esta posição da comunidade ao governador José Richa. A audiência foi realizada no dia 24 de setembro de 1984, com membros da comissão central e representantes dos prefeitos da região. Richa ouviu o relato do movimento e manifestou sua posição de impedir que o Paraná se transforme num grande conjunto de lagos artificiais.

O governador também estranhou a concessão da obra à Eletrosul, uma vez que existia um acordo garantindo que a Copel teria prioridade na construção de novas usinas no estado. O próprio estado, no governo José Richa, rompeu um contrato com a União que obrigava o Paraná a comprar energia do governo federal. Richa interpretou a concessão do Ministério das Minas e Energia à Eletrosul como uma atitude de revanchismo.

Assegurado o apoio do governador, a comissão discutiu ainda o assunto com os secretários de estado: Nelson Friedrich, do Interior e Claus Germer, da Agricultura. Ambos assumiram uma posição intransigente de apoio à luta contra a construção da usina de Capanema. Friedrich defendeu a participação da comunidade na discussão de qualquer projeto

energético. Compromisso semelhante foi firmado por Claus Germer.

Além do apoio do governo do estado, o movimento conseguiu adesão de significativo número de deputados. A Associação Nacional de Defesa e Educação Ambiental também se somou ao movimento, condenando o projeto da usina, principalmente pelo comprometimento do Parque Nacional de Iguaçu. Outras entidades também tomaram posição e a imprensa paranaense passou a dar mais destaque a esta questão. A Associação de Defesa e Educação Ambiental de Maringá, através de seu presidente, Alberto Contar, sugeriu aos líderes do movimento que fosse movida uma ação popular contra a construção da usina, usando como principal argumento os prejuízos que ela traria para o Parque Nacional de Iguaçu. A proposta foi levada para discussão.

Com a unanimidade regional e com o respaldo das autoridades estaduais, o movimento de resistência à barragem começou a levar vantagem na “queda de braço” contra a Eletrosul. O movimento decidiu confeccionar cartazes e adesivos com o slogan: “Somos contra a barragem”. No dia 27 de setembro, a comissão central se reuniu para avaliar a passeata e os contatos políticos realizados em Curitiba.

Um novo documento, colocando claramente a posição da comunidade contrária à construção da usina, foi enviado ao Ministério das Minas e Energia, à Eletrosul e à Eletrobrás. Ao lado desta iniciativa, a mobilização da comunidade foi reforçada, com a adesão dos setores urbanos. A Associação Comercial tomou partido contra a usina e buscou o apoio de todos os comerciantes. O Rotary e o Lions também foram convocados para aderir ao movimento. Em agosto e setembro de 1984, o movimento viveu o seu período de maior efervescência.

Contudo, o desfecho começou a se desenhar somente em princípios de outubro. No dia 4 de outubro de 84 foi realizada nova reunião da comissão central, desta vez com a presença de autoridades e dos representantes da Associação Comercial. Entre as deliberações desta reunião, ficou decidido que todos os proprietários de imóveis no município seriam conscientizados para não alugarem nada a pedido da Eletrosul, como forma de impedir que o escritório fosse instalado. O problema do alagamento de parte

do Parque Nacional de Iguaçu seria comunicado ao Conselho Nacional de Meio Ambiente.

A campanha contra a construção da barragem mobilizou todos os habitantes do município de Capanema e das comunidades vizinhas que também seriam atingidas. Mas a campanha não evitou que o medo da construção da barragem passasse a produzir reflexos negativos para a economia do município, com o desestímulo a novos investimentos. Para fazer frente a este quadro de pessimismo, o movimento decidiu dar uma ênfase positiva à campanha, destacando a capacidade de organização da comunidade. O prefeito se encarregou de pedir o apoio da associação dos prefeitos da região sudoeste do Paraná.

A comunidade manteve rígido controle do movimento de pessoas estranhas no município, supostamente a serviço da Eletrosul. Até os postos de medição do nível das águas do Iguaçu, alguns mantidos pela Superintendência de Recursos Hídricos do Paraná (Surehpa), serviram para despertar a desconfiança dos agricultores, que exigiam esclarecimento do órgão sobre a finalidade destes postos e em muitos casos puseram os técnicos para correr.

No dia 19 de outubro de 1984, a comissão voltou a se reunir para definir os rumos do movimento. A proposta do advogado Alberto Contar, presidente da ADEA (Associação de Defesa e Educação Ambiental) de Maringá, de se mover um ação popular na Justiça Federal contra a Eletrosul, alegando que a barragem projetada alagaria o Parque Nacional de Iguaçu, foi aceita pela comissão, que decidiu apenas aguardar o resultado da reunião com o diretor da Eletrosul, Ar-

turo Andreolli, que seria realizada na semana seguinte.

No dia 23 de outubro de 1984, uma terça-feira, o diretor de engenharia e construção da Eletrosul, Arturo Andreolli, participou da reunião decisiva com os coordenadores do movimento e lideranças políticas da região. Ele reconheceu que a Eletrosul criou uma imagem antipática perante a população, porque constrói usinas que sempre implicam no alagamento de terras, obrigando muita gente a sair de sua propriedade contra a vontade. Andreolli reconheceu também que a Eletrosul sempre fez o seu trabalho escondido, sem dialogar com a população.

A exposição do representante da Eletrosul foi longa, mas insuficiente para reverter o quadro de oposição da comunidade. No final da sua exposição, ele anunciou o que todos os presentes queriam ouvir: a Eletrosul iria retirar a sua equipe do município e paralisar o estudo de viabilidade da usina hidrelétrica de Capanema. A decisão foi comunicada ao presidente da Eletrosul.

No final deste encontro, foi firmado um termo de compromisso, onde a Eletrosul se comprometia em retirar da região a sua equipe, por 10 anos, aguardando futuro posicionamento dos órgãos superiores do governo federal. A Eletrosul se comprometeu também a enviar aos órgãos do governo o posicionamento da população local, ressaltando os problemas sociais que a implantação da usina geraria em função da característica agrícola dos municípios na área a ser alagada e da presença do Parque Nacional de Iguaçu. “Qualquer nova ação da Eletrosul, com relação ao assunto, será empreendida somente após consulta prévia à comissão”, estabeleceu ainda o acordo.

Estava vencida a batalha, embora o projeto da usina de Capanema continuasse nas gavetas da Eletrosul e da Eletrobrás. Mas desde a celebração deste termo de compromisso, que representou a capitulação da Eletrosul diante de uma comunidade que soube se organizar e resistir a um projeto que seria imposto de cima para baixo, sem qualquer respeito às suas peculiaridades, a barragem não voltou a ser cogitada e os agricultores continuaram cultivando e produzindo alimentos nas suas terras. A Eletrosul comunicou então que a barragem está fora dos planos por mais 10 anos.

A organização popular construiu alianças amplas na sociedade civil e no Estado, encurralando e derrotando os projetos da Eletrosul

A resistência da população local ao projeto da usina hidrelétrica de Capanema derrotou um dos últimos bastiões do regime militar. A implantação de projetos semelhantes, sem qualquer preocupação com os impactos ecológicos e com as consequências sócio-econômicas, foi uma prática comum no Brasil durante muitos anos. O Paraná viveu as consequências perversas desta política, tendo como melhor exemplo o projeto de Itaipu. O homem sempre foi colocado em último lugar, mas em Capanema a população deu uma lição: o desenvolvimento não pode ser colocado acima dos valores das comunidades locais, que devem ter direito a escolher.

Força sindical

A resistência dos agricultores de Capanema contra a construção de uma barragem que alagaria boa parte das suas

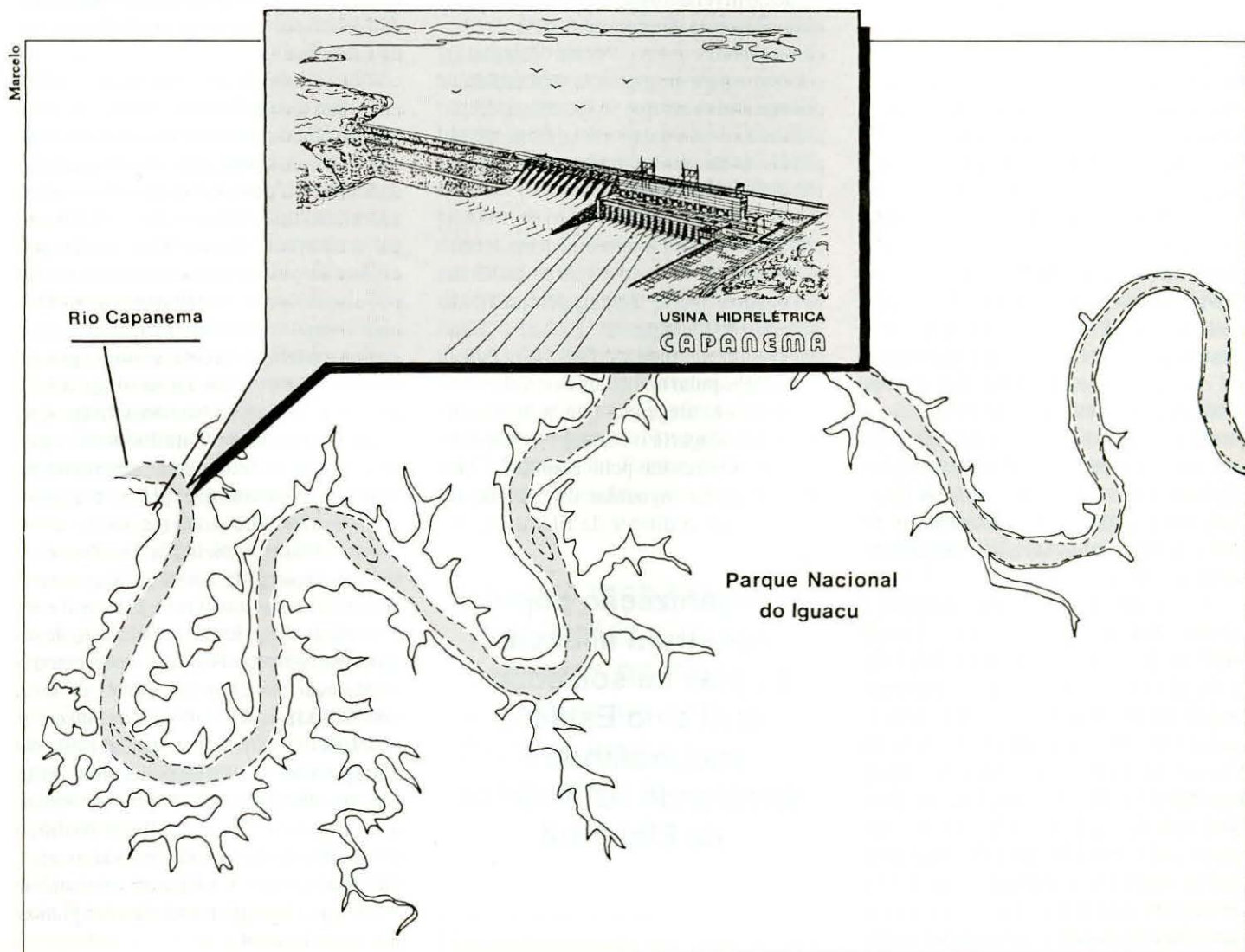
terras também representou a reação do Paraná ao comprometimento das regiões mais férteis do seu território com a construção de dezenas de usinas hidrelétricas. Estudos realizados ainda na década de 70 indicavam a existência de um potencial hidrelétrico no estado da ordem de 26.000MW. A bacia do Rio Paraná é, isoladamente, o maior potencial hidrelétrico paranaense. Porém, no seu trecho internacional, a exploração deste potencial só pode ser feita em consórcio com o Paraguai, como é o caso de Itaipu.

O rio Iguaçu, com sua bacia hidrográfica de 68.800 quilômetros quadrados, dos quais 66.000 em território brasileiro, apresenta um potencial aproveitável da ordem de 10 milhões de kw. Nesta área, foi prevista a construção de 24 usinas, sendo sete no rio Iguaçu e 16 nos seus principais afluentes. Diversas destas usinas foram construídas e estão gerando energia, como a usina de Salto Santiago e

a usina de Foz do Areia. Outras, como a usina de Segredo, estão em construção e a maioria não passou de projetos, como a usina de Capanema.

Somente o reservatório de Itaipu provocou a expulsão de mais de 40 mil pequenos produtores, tornando improdutivos 83.500ha. Contudo, o dado mais revelador é este: as mais de 50 usinas construídas, em construção ou planejadas para o Paraná alagariam cerca de um quinto do seu território. Esta perspectiva é pouco otimista para um estado que tem a sua maior força na agricultura e que assistiu nas últimas décadas a um profundo êxodo rural, levando mais de cem mil pequenos produtores rurais a perderem suas propriedades, só na década de 70.

O Paraná procurou reagir a esta situação através de denúncias feitas pelos seus representantes. Mas o máximo que foi conseguido é o pagamento de royalties pela União aos municípios prejudica-



dos por inundações decorrentes de construção de usinas. Esta lei foi recentemente sancionada e dará ao Paraná cerca de US\$ 300 milhões por ano - uma quantia insignificante diante das perdas causadas pela inundação de tantas terras férteis. Os mesmos políticos que lutaram pelo pagamento dos royalties se encarregaram de colocar um dispositivo na Constituição Estadual de 89 que destina estes recursos para o Fundo de Desenvolvimento Estadual, administrado pelo Baderp (Banco do Desenvolvimento Econômico do Paraná). Significa que tais recursos vão financiar projetos empresariais, ao invés de serem aplicados para melhorar as condições de vida das populações diretamente afetadas pela construção das barragens.

A vitória dos agricultores de Capanema contra a construção da barragem é uma vitória ímpar contra o tratamento espoliativo da União. É uma vitória do esforço e da organização popular.

Em janeiro de 1990, a Eletrobrás anunciou oficialmente o cancelamento de cinco usinas hidrelétricas, entre elas a de Capanema. Esta decisão foi tomada depois de uma revisão do Plano 2010, que previa para a década de 90 a construção de 126 novas usinas. Finalmente, a Eletrobrás se rendeu às evidências e reconheceu que a implantação de qualquer projeto deve levar em conta a quantidade das pessoas a serem realocadas, a dimensão da área a ser alagada e a interferência sobre a vida das comunidades.

As cinco hidrelétricas canceladas - usinas Santa Isabel, Pedra Branca, Belém, Ilha Grande e Capanema - implicariam na realocação de 300 mil pessoas, na inundação de extensas áreas férteis e na ocupação de parte do Parque Nacional de Iguaçu pela represa da usina de Capanema. A Eletrobrás também admite assumir uma nova postura frente ao problema do meio ambiente. Está em fase de conclusão a terceira versão do plano diretor de meio ambiente do setor elétrico.

Não é possível determinar até que ponto a resistência da população de Capanema e região à construção da usina tenha influenciado esta autocritica da Eletrobrás. O fato concreto é que o cancelamento definitivo deste projeto sela uma expressiva vitória da organização popular e sindical.

O motivo principal pelo qual foi cancelado o projeto da hidrelétrica de

Capanema foi a disposição firme da população de impedir a qualquer custo a execução da obra.

A organização sindical dos pequenos agricultores, que seriam os mais afetados com a construção da barragem, foi fundamental para que a luta contra a hidrelétrica fosse vitoriosa.

O sindicato de Capanema exerceu o papel de aglutinador e coordenador das forças contrárias à construção da barragem. O sindicato funcionou como verdadeiro "quartel-general" do movimento de resistência ao projeto. No início, o movimento contra a barragem foi puxado pela Igreja, através da CPT.

Porém, a partir do momento que o sindicato assumiu esta luta, o movimento ganhou força. A organização do movimento ganhou contornos mais definidos e as ações passaram a ser planejadas. A divulgação de informações sobre as consequências da barragem serviram para alertar toda comunidade sobre o problema.

Em pouco tempo, esta luta ganhou a adesão de outros sindicatos rurais dos municípios vizinhos, que também seriam afetados pela construção da barragem. É por isso que a organização sindical dos pequenos proprietários rurais foi decisiva para que o movimento alcançasse as dimensões que alcançou e tivesse êxito. Com o passar do tempo, toda a comunidade se conscientizou da necessidade de impedir a construção da barragem. A organização dos agricultores foi reforçada com a adesão dos comerciantes e profissionais liberais. Enfim, toda a população aderiu ao movimento, dando respaldo para que a posição fosse sustentada até o fim. ■



- Você já imaginou o custo total de uma pesquisa? Ela demanda:
 - muito dinheiro
 - muito tempo
 - muito saber acumulado
- **TRAVESSIA** não lhe oferece os recursos para pesquisa; ela oferece de forma ágil e acessível, os resultados
- É mais cômodo, até prazeroso ler informativos... dê um passo a mais — **FORME-SE!**
- **Assinatura anual: 10 BTN's**
Nº avulso: 5 BTN's
 (envie cheque nominal ao CEM)
- Uma publicação quadrimestral do Centro de Estudos Migratórios
 Rua Vasco Pereira, 33-B —
 CEP 01514 São Paulo — SP
 — Fone: (011) 278-6227

História da luta contra as barragens da bacia do rio Uruguai

•
Claudio Brontani*

Em 1977 o Ministério das Minas e Energia autorizou a Eletrosul a realizar estudos de aproveitamento energético da Bacia do Rio Uruguai. Os estudos sobre o aproveitamento do potencial energético do Rio Iguaçu já estavam totalmente elaborados. As atenções voltaram-se então para o rio Uruguai “enquanto último bloco de energia hidráulica disponível na região Sul”.

A implantação das barragens da Bacia do Rio Uruguai pela Eletrosul tem como objetivo assegurar uma reserva de energia elétrica para o país; estabelecer a interligação entre os sistemas de energia a nível nacional, principalmente com os da região Sudeste; e concretizar o aproveitamento energético de uma bacia a custos inferiores à média nacional.

Para isto está prevista a construção de 22 barragens nacionais e outras três no trecho internacional do Rio Uruguai, com execução a cargo da Eletrobrás em convênio com a Aguas y Energia (AYE), ligada ao governo argentino.

A construção das 25 barragens na Bacia do Rio Uruguai ficaria a cargo da Eletrosul, subsidiária da Eletrobrás, a qual se encontrava subordinada ao Ministério das Minas e Energia, hoje Ministério da Infra-Estrutura.

Estas barragens fazem parte do Plano 2010 da Eletrobrás para o setor energético. As barragens, no total,

abrangem uma área de 75.300km² dos quais 46.600km² no Estado de Santa Catarina e o restante no estado do Rio Grande do Sul. Cerca de 200 mil pessoas vivem nessa área. Quarenta mil famílias serão expulsas de suas terras sem ter lugar certo para ir.

A luta dos atingidos

Em fins dos anos 70, início da chamada “abertura política”, os agricultores da região Alto Uruguai foram surpreendidos pelas notícias de que estava

sendo planejada uma grande inundação da região.

O início da luta se deu através de agrônomos, técnicos e professores que denunciavam a existência de um plano do governo para a construção de 25 barragens na Bacia do Rio Uruguai. As mobilizações iniciais foram feitas para saber que fundamentos tinham estas informações.

No início, o trabalho de mobilização para enfrentar as barragens foi lento. Com o incentivo da CPT (Comissão Pastoral da Terra), das Igrejas, de alguns sindicatos combativos e de professores das faculdades de Erechim (Fapes), partiu-se para a conscientização das comunidades, em especial as do meio rural.

Nas reuniões discutia-se o projeto destacando-se o sofrimento enfrentado pelos agricultores na construção de outras barragens, como Salto Santiago, Itaipu etc. Sempre que possível, esses atingidos relatavam suas experiências. Isso ajudou para que os atingidos da Bacia do Rio Uruguai sentissem a necessidade de se organizar antes do início das obras, pois se deixassem para depois poderia ser tarde demais.

A reunião de Concórdia, Santa Catarina, em 1979, foi especialmente importante. Com a presença de aproxi-



Arquivo CRAB

*Assessor de Formação da CRAB(Comissão Regional de Atingidos por Barragens). Colaborou para o texto final a jornalista Consuelo Pamplona.

madamente 350 agricultores e representantes de entidades decidiu-se criar uma Comissão - a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) - para encaminhar a luta. E saiu o documento "Manifesto dos Agricultores do Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense sobre Barragens". Colocou-se em dúvida a utilidade de novas centrais, questionou-se o modo como o projeto foi elaborado, sem consulta aos interessados, e chamou-se a atenção para os direitos da população residente na região.

Em 1980 foi feito um encontro (seminário) para estudar o porquê da construção das barragens. Discutiu-se o que estava programado em âmbito internacional a respeito do Sul do Brasil e da

América Latina para o avanço do capitalismo. E surgiu a proposta de outros encontros mais amplos.

No final de 1980 avaliou-se que muitas comissões municipais estavam sendo formadas "por decreto", isto é, sem a participação dos atingidos. Quem estava assumindo essas comissões eram, na maioria dos casos, pessoas que buscavam tirar vantagem disso. Definiram-se então linhas gerais de encaminhamento: as comissões devem ser compostas por pessoas atingidas; investir na formação de comissões locais fazendo com que o movimento seja assumido por todos e não apenas por um grupo.

Em agosto de 1981, mais de 300 agricultores atingidos e líderes de 17

sindicatos de trabalhadores rurais reuniram-se em assembléia na cidade de Marcelino Ramos(RS). Elaboraram um documento chamado a "Carta de Marcelino Ramos", no qual são apresentados os posicionamentos e reivindicações dos atingidos, entre eles: exigir a demarcação imediata das áreas atingidas; impedir o início das obras antes de definir os critérios; troca de terra por terra ou indenização em dinheiro desde que observadas determinadas condições; com relação aos que não possuem terra (posseiros, arrendatários, peões, parceiros, índios, etc.) o direito de serem reassentados na região Sul com terra financiada, assistência técnica, infra-estrutura e indenização das benfeitorias; e acertos coletivos nas negociações

Marcelo

Nome	Data para entrar em operação	Rio	Potência MW
1. Machadinho	1990	Pelotas	1200
2. Itá	1991	Uruguai	1620
3. Campos Novos	1992	Canoas	726
4. Itapiranga	1993	Uruguai	1160
5. Iraí	1994	Uruguai	—
6. Monjolinho	1994	Passo Fundo	72
7. Barra Grande	1994	Pelotas	880
8. Garabi (binacional)	1995	Uruguai	1800
9. São Roque	1995	Canoas	360
10. Garibaldi	1996	Canoas	430
11. Pai Querê	1997	Pelotas	288
12. Foz do Chapecozinho	1999	Chapecó	1228
13. Voltão Novo	1999	Chepecozinho	45
14. Nova Erechim	2000	Chapecó	198
15. Xanxerê	2000	Chapecozinho	25
16. Passo da Caldeia	—	Pelotas	104
17. Roncador (binacional)	—	Uruguai	—
18. São Pedro (binacional)	—	Uruguai	—
19. Barra do Pessegueiro	—	Canoas	—
20. Aparecida	—	Chapecó	64
21. Abelardo Luz	—	Chapecó	84
22. São Domingos	—	Chapecó	55
23. Quebra Queixo	—	Chapecó	162
24. Gabiroba	—	Chapecozinho	—
25. Bom Jesus	—	Chapecozinho	—



com fiscalização e assessoria de outras entidades como Igrejas, cooperativas etc.

Em setembro de 1981 começou a circular uma publicação da Comissão Regional de Barragens intitulada *A Enchente do Uruguai*. A princípio com periodicidade irregular, hoje é uma publicação mensal. A partir do número cinco aumentou sua tiragem e ampliou os temas tratados, formando um boletim não só informativo, mas também formativo.

Nos primeiros anos o movimento foi integrado principalmente por agricultores atingidos pela barragem de Machadinho, a primeira nos planos do governo. Era o caso que precisava com a maior urgência da organização dos atingidos, pois a Eletrosul estava indo às casas dos agricultores com propostas de comprar as terras para obter área para o canteiro de obras.

A comissão era formada por poucas pessoas, tinha pouco apoio e sua força era pequena. No caso do canteiro de obras de Machadinho, o que se fez foi exigir um preço justo pelas terras, através de uma negociação conjunta. Ficou como saldo negativo o fato dos atingidos não exigirem terra por terra como foi decidido no encontro de Marcelino Ramos(RS). A luta de **terra por terra** passou a ser uma bandeira de luta do movimento.

O pessoal da barragem de Itá, a segunda a ser construída, veio engrossar a comissão, tornando-a mais forte. Mas a CRAB ainda era vista como um grupo de apoio e não como a organização dos atingidos. Poucos agricultores iam às reuniões. A luta era puxada pelos presidentes de sindicatos, agentes de pastoral, representantes de entidades e assessores.

O exemplo dos companheiros atingidos pela barragem de Itaipu, no Paraná, foi o estopim para a luta dos atingidos de nossa região. Passando o filme *O Expropriado*, muito se pôde aprender com o pessoal paranaense.

No mês de junho de 1982, durante um seminário em Erechim(RS), junto com a questão das barragens, foi discutida a situação da pequena e média produção que com a política do governo estavam ficando cada vez mais pobres.

Também em 1982 um atingido, o Sr. Vicensi, participou de um encontro em Brasília, realizado pela Fetag-RS (Federação dos Trabalhadores na Agri-

As primeiras mobilizações dos movimentos de atingidos visam sempre a obtenção de informações escamoteadas pelo setor elétrico

cultura do Rio Grande do Sul) para discutir a construção de barragens no Brasil. A avaliação do Sr. Vicensi foi de que os atingidos dos outros estados estavam com mais dificuldades de se organizar, por falta de apoio, de informações e de difícil acesso. Na Bacia do Rio Uruguai, os atingidos têm um bom apoio dos sindicatos, CPT e faculdades, o que não acontecia em outros estados do Brasil.

Em 1983 aconteceu um fato importante para a divulgação do problema das barragens na opinião pública do estado e do país. Foi a *Romaria da Terra*, que reuniu, no dia 15 de fevereiro daquele ano, cerca de 30 mil pessoas em Carlos Gomes, município de Viadutos(RS). O tema: "Barragens - água para a vida e não para a morte". Já no dia 16 de fevereiro de 1983, o general Costa Cavalcanti deu entrevista ao jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, afirmando não haver projeto para o aproveitamento energético da Bacia do Rio Uruguai. No mesmo jornal, o presidente da Eletrosul, Thompson Flores, afirmou que as obras de Machadinho começariam em dois anos. Em quem acreditar? Essas afirmações desencontradas mostravam a falta de seriedade e era visível a forma como tentavam enganar os atingidos, tentando desmobilizar o trabalho que vinha sendo feito com muito sacrifício e muito custo.

No início de 1983 houve uma avaliação dos trabalhos realizados pela comissão onde foram constatados, por um lado, alguns acertos como: elaboração de material fazendo com que as informações chegassem a todos com maior agilidade, envolvimento de alguns sindicatos e entidades de apoio, reuniões a nível local, municipal, regional e interes-

tadual, mostrando que os atingidos começavam a ser sujeitos de sua própria história.

E, por outro lado, as deficiências entre elas: não existência de comissões em todos os municípios; atingidos que confiavam mais nas informações da Eletrosul do que nas do movimento, mostrando que a participação ainda estava fraca.

Não às barragens

No mês de setembro/83 foi realizado o I Encontro Estadual sobre Implantação de Barragens na Bacia do Rio Uruguai, no auditório da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, com a presença de aproximadamente 500 pessoas.

Neste encontro, decidiu-se pela não construção das barragens na Bacia do Rio Uruguai e foi aprovada moção pedindo ao ministro das Minas e Energia a destituição do presidente da Eletrosul.

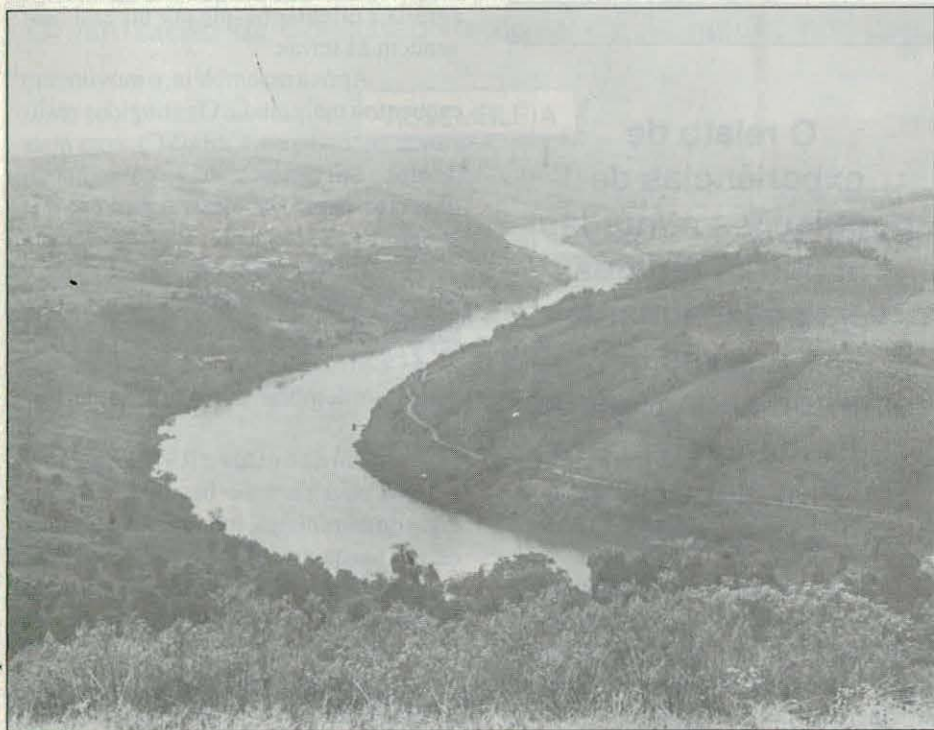
Com o apoio vindo de todos os lados, fortaleceu-se a proposta da comissão de que era preciso e possível barrar a inundação da região.

Em dezembro de 1983 foi realizado o II Encontro Interestadual dos atingidos por barragens, em Palmitos(SC), com a participação de atingidos de 26 municípios e diversas entidades. A decisão foi de reafirmar a luta contra a construção das barragens e a favor da reforma agrária.

As principais razões da luta contra as barragens podem ser agrupadas da seguinte maneira:

a) **Ambientais**: riscos ecológicos e ambientais; poluição dos rios; mudanças bruscas no clima da região; possibilidade de ocorrência de doenças, como é o caso da malária; e possibilidade de terremotos.

b) **Sócio-Culturais**: alagamento de pequenas propriedades rurais; êxodo rural - migração forçada; aumento do desemprego e da violência; destruição da cultura do povo e esfacelamento da vida comunitária; ausência de planos para reassentamento das famílias; total insegurança para a população que vive abaixo das barragens, haja vista a experiência do "dilúvio" já vivida por ocasião das últimas cheias; implantação de grandes projetos contrários aos interesses da popu-



Paisagem do Rio Uruguai
próximo à barragem do Itá

lação; desestímulo às iniciativas das populações na busca de fontes alternativas de energia; isolamento de regiões; e insegurança para a população em geral.

c) **Econômicas:** desaparecimento de terras férteis que estão produzindo alimentos; aumento do endividamento interno e externo; direcionamento do lucro para as multinacionais; diminuição, ao invés de aumento, da área de terras para a produção de alimentos; agravamento da crise econômica de que o país está sendo vítima; empobrecimento dos municípios e da região; favorecimento aos ricos da cidade que implementarão seus sítios de lazer nas margens dos lagos, deixando assim sem terra aqueles que precisam produzir alimentos; dúvidas quanto à vida útil de uma barragem (há informações de que duram em média 30 anos); especulação imobiliária; e exploração dos trabalhadores rurais pelas colonizadoras.

Em março de 1984 a Eletrosul publicou uma cartilha com finalidade de divulgar as vantagens da construção das barragens de Itá e Machadinho, intitulada *A verdade sobre as barragens*, contendo referências aos aspectos sócio-econômicos e informações gerais sobre as indenizações.

A CRAB publicou outra, intitulada *Barragens: as verdades que a Eletrosul não diz*, colocando trechos do material publicado pela Eletrosul e acrescentando outras informações. A cartilha da CRAB foi muito utilizada pelas lideranças do movimento nas reuniões com os atingidos.

A luta começou a se ampliar além da região de Itá e Machadinho. No mês de março foi realizado no município de Alpestre (SC) um encontro regional contra a construção das barragens, promovido em conjunto com atingidos e sindicatos dos trabalhadores rurais. Neste encontro participaram mais de três mil pessoas! Lá definiram "Não às Barragens".

Itapiranga tomou a dianteira da luta em Santa Catarina chamando a Eletrosul para conversar num encontro com mais de 1.800 presentes. Como a empresa não tinha nenhuma proposta concreta de solução para os atingidos, estes decidiram de vez impedir o trabalho da Eletrosul na região. Expulsaram e perseguiram funcionários da empresa. Numa grande concentração começaram a arrancar os marcos que haviam sido fincados nas propriedades a serem atingidas. Após estas reações, a Eletrosul afastou-se da área da

barragem de Itapiranga, cuja construção agora está prevista para o ano 2000.

Com mais de um milhão de assinaturas denunciando os problemas trazidos pela construção das barragens, uma comissão de agricultores levou o abaixo-assinado para Brasília em 1984. Foi entregue ao então ministro de Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, demonstrando a repercussão que a questão estava tendo na região bem como o apoio à luta dos atingidos.

No final deste mesmo ano foi realizado em Porto Alegre o II Encontro Estadual sobre a Implantação de Barragens na Bacia do Rio Uruguai, com o apoio da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Foi pedido o fechamento da Eletrosul e a substituição das hidrelétricas previstas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina por termoeletricas movidas a carvão vegetal. Os representantes dos governadores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina apoiaram a suspensão das obras.

Em função do crescimento do movimento dos atingidos surgiu, autodenominada de *Equipe de Justiça e Trabalho da Barragem de Machadinho*, um grupo cujo objetivo era o de ajudar a Eletrosul a viabilizar a construção da barragem. Esta equipe era formada pelos prefeitos de Viadutos, Guaramá, Maximiliano de Almeida, Marcelino Ramos e Erechim, do Rio Grande do Sul, por diretores de cooperativas; pelo presidente da Associação dos Municípios do Alto Uruguai e pelos donos de algumas rádios da região. Eles buscavam "benefícios" pessoais e para os municípios, tais como pontes, asfaltos, escolas, etc.

A Comissão Regional dos Atingidos divulgou amplamente uma nota de esclarecimento sobre os reais objetivos da equipe a favor das barragens e reafirmando a luta dos atingidos.

Nova estruturação

A organização geral da CRAB passou a ser mais bem estruturada: comissões locais, comissões municipais, comissões regionais e executiva geral.

Esta reestruturação foi feita no início de 1985 para mais bem se adaptar às exigências da luta. Como a Bacia do Rio Uruguai é grande, foi feita uma divisão

em quatro regiões: Região 1: Itá e Machadinho; Região 2: Itapiranga e Iraí; Região 3: Lages; e Região 4: Chapecó.

A partir deste momento, as regionais passaram a encaminhar a maior parte das lutas concretas nas suas regiões. A unidade da luta é garantida através das reuniões da executiva geral do movimento.

No mesmo ano de 1985 os atingidos de Itapiranga (SC), angustiados pela falta de informações, expulsaram os funcionários da Eletrosul da região e alertaram que a insistência de retorno poderia significar conflitos violentos. Até hoje a Eletrosul não voltou à região.

De outro lado, a barragem de Machadinho, que era prioridade, ficou em segundo plano. A empresa passou a desenvolver uma campanha publicitária tentando mostrar a falta de progresso e de energia que poderia ocorrer caso as obras não fossem construídas. E começou uma política de cooptação de dirigentes sindicais, prefeitos, agentes de pastoral, diretores de cooperativas e lideranças dos próprios atingidos. A Eletrosul tentava desconhecer a existência da CRAB, negociando com as lideranças cooptadas. Como esses "representantes" não tinham respaldo, as negociações fracassaram. Com isso, passou a ser reconhecida a força que a CRAB tem diante dos atingidos.

O então governador de Santa Catarina, Esperidião Amim, encaminhou um projeto de lei e formou uma comissão da Assembléia Legislativa do Estado para acompanhar a implantação das barragens. No entanto, este projeto foi analisado e rejeitado pelos agricultores por não ter representatividade popular.

Uma comissão de 33 agricultores, representando as 40 mil famílias atingidas, foi a Brasília falar com o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, para exigir a suspensão definitiva das obras.

A comissão também teve audiência com o ministro da Agricultura, com deputados federais e senadores, os quais assinaram um documento contra a construção das obras considerando o clima de tensão social na região da Bacia do Rio Uruguai.

Nesta audiência foi aceita a proposta da formação de uma comissão para estudos acerca da geração de energia na região Sul, ligada ao Ministério das Minas e Energia.

O relato de experiências de populações atingidas em outras regiões, seja pessoalmente ou através de recursos pedagógicos, é fundamental para a conscientização

Em janeiro de 1986, em Chapecó(SC), realizou-se a I Assembléia Geral dos Atingidos da Bacia do Alto Uruguai, após oito anos de existência do movimento. A organização e o nível de participação haviam aumentado significativamente. Após uma avaliação e revisão das ações em andamento, foram tomadas algumas deliberações, entre elas:

. **A nível de organização:** visitas aos municípios atingidos; concentrações anuais por região; articulação com outros movimentos; reunir entidades de apoio; organizar novas comissões; e ter em cada região pessoas para contatos rápidos.

. **A nível de lutas:** impedir a entrada da Eletrosul nas terras; preparar dias de luta e pressionar políticos em todos os municípios; preparar ações concretas; fazer pressão sobre a imprensa que boicota o movimento e arrancar os últimos marcos.

. **A nível de formação:** maior utilização do filme *O Expropriado*; programar dias de estudo para a base, maior fundamentação bíblica; maior formação política; formação de lideranças; ocupar o boletim com artigos de formação; aumentar a tiragem do dossiê e divulgar a luta nas escolas e em outras entidades.

. **Constituinte:** escolher candidatos que representem os movimentos.

. **Relação com o poder:** não aceitar dinheiro individualmente; exigir posicionamento dos políticos locais; exigir eleições diretas e não temer pressões.

. **Posição quanto à compra de terra pela Eletrosul:** não vender a terra; manifesto de repúdio e divulgação dos que estão vendendo; luta pela reforma

agrária e orientar os que por necessidade vendem as terras.

Após a assembléia, o movimento esquentou mais ainda. Os atingidos realizaram encontro em Caibi(SC), com mais de cinco mil pessoas, tendo como marco uma cruz para simbolizar o protesto dos atingidos.

Na Região 4, dos rios Chapecó e Chapecozinho, os atingidos não ficaram parados, iniciaram uma "limpeza" em suas terras e arrancaram todos os sinais que pudessem lembrar a construção de barragens.

Em Sananduva(RS) na Região 1, o povo saiu de casa bem cedinho, em cima de caminhões, iniciando a caminhada em busca dos últimos marcos. Havia mais de duas mil pessoas quando foi arrancado o último marco e fixado, em seu lugar, uma cruz.

Os atingidos acertaram com o ministro das Minas e Energia, em 1985, a criação de uma comissão de estudos sobre a geração de energia e o projeto das barragens, mas o governo não fez nada disso. Divulgou no *Diário Oficial* a criação de dois grupos de estudos que distorciam a proposta apresentada pelo movimento dos atingidos.

A direção do movimento decidiu fazer assembléias com toda a população atingida, para decidir se participava ou não dos grupos de trabalho e quais as reivindicações dos atingidos.

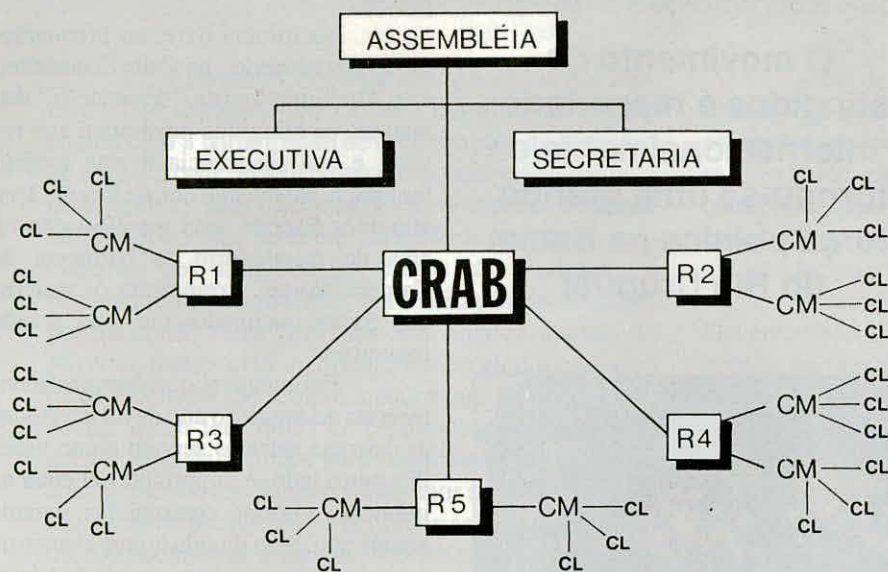
Foi preparado um texto - "Verdade sobre a Comissão de Estudos" - contendo uma análise da portaria do governo para que os atingidos discutissem e se posicionassem. A decisão final foi a de participar na comissão de estudos. Definiram-se as propostas que seriam defendidas e os nomes dos atingidos que iam fazer parte da comissão.

O trabalho de levantamento e discussão demorou até o mês de junho de 1986. Ao todo foram necessários três assembléias regionais, quando foi tirado um documento reafirmando o "NÃO ÀS BARRAGENS!!!"

Mas, caso as barragens fossem construídas, os atingidos reivindicavam uma pauta com 39 itens, destacando-se:

. Assentamento dos sem terra atingidos (arrendatários, meeiros, parceiros, agregados, etc.), com as mesmas condições que eles possuem hoje em lotes de terra de no mínimo 15 hectares.

Organização da Comissão Regional de Atingidos por Barragens



ORGANOGRAMA DO
MOVIMENTO DOS
ATINGIDOS PELAS
BARRAGENS

R1 – Itá e Machadinho
R2 – Itapiranga e Iraí
R3 – Lages e Vacaria
R4 – Chapecó e Chapecozinho
R5 – Garabi, Rencador

CRAB: Comissão Regional dos Atingidos Por Barragens
CL: Comissões Locais
CM: Comissões Municipais

A Eletrosul é quem deve assumir a responsabilidade de todas as questões que dizem respeito aos atingidos.

Indenizar ou reassentar todos os atingidos pela barragem antes do início das obras.

O preço das terras, benfeitorias e o restante da infra-estrutura existente deverá ser feito pelos atingidos.

A Eletrosul deve recolocar ou indenizar toda a infra-estrutura existente nas comunidades (igrejas, pavilhões, canchas de bocha, futebol, luz, etc.). A comunidade é quem decide se opta por indenização ou recolocação.

Que a Eletrosul, imediatamente, demarque as terras indígenas.

Terra por terra em RS e SC, sendo esta própria para o cultivo agrícola e fértil, com condições imediatas de produção.

Todos os professores e demais profissionais que tiverem que abandonar suas funções em decorrência da construção das barragens deverão ter seus empregos garantidos.

Para negociar este documento foi marcada uma reunião com o presidente da Eletrosul. Após várias tentativas frustradas, ele confirmou a reunião com os atingidos, só que dois dias antes ele desmarcou. Mesmo assim reuniram-se mais

de mil agricultores no município de Getúlio Vargas(RS). Após sérias discussões os atingidos decidiram caminhar pelas ruas do município e depois trancaram a rodovia RS-153, que liga o município de Erechim a Passo Fundo.

O ano de 1987 começou com a estruturação de mais uma região. Foi a Região 5, composta pelas três barragens binacionais: Garabi, Rencador e São Pedro.

Avanços na organização

No carnaval de 1987, os agricultores de Aratiba(RS) que estavam sendo atingidos pela linha de transmissão de e-

nergia, prenderam caminhões e oito funcionários da Eletrosul. A solução foi o pagamento das indenizações no mesmo dia, por volta da meia noite, inclusive com o deslocamento de muitos policiais para o local.

A situação agravou-se quando o governo federal desapropriou uma área de 2.684ha para iniciar a barragem de Itá. A CRAB recebeu um documento onde a Eletrosul dizia que não tinha tempo para pensar numa política de tratamento aos atingidos.

No dia 20 de julho de 1987, em Paim Filho (RS), os atingidos retiveram mais um funcionário da Eletrosul. Seis dias depois, em Viadutos (RS), mais dois funcionários foram retidos. Em Itá, os atingidos paralisaram as obras da nova cidade por um dia e em Erechim (RS) foi realizada uma grande manifestação com cinco mil pessoas, na sede da Eletrosul.

Nas outras regiões, o ano de 1987 não apresentou grandes manifestações. Aproveitou-se para reuniões, formações de lideranças e estruturação das comissões municipais.

Após meses de muita luta, com os trabalhos paralisados e de várias reuniões entre a Eletrosul e a CRAB, foi conquistada uma grande vitória: o documento do acordo entre atingidos e a Eletrosul.



Arquivo CRAB

Em 6 de novembro de 1987 líderes da CRAB foram a Brasília e de lá trouxeram a assinatura do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, concordando com o documento. Os atingidos de Itá e Machadinho haviam conquistado o plano de reassentamento.

Nos dias 21 e 22 de março de 1988, em meio a cantos, palavras de ordem, abraços e alegria, é hasteada a bandeira do movimento, um símbolo de luta para todos os atingidos. Assim inicia-se a III Assembléia Geral dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai. Nesta assembléia os atingidos decidem que deve ser criada uma Comissão Nacional de Atingidos pelas Barragens (ver boxe).

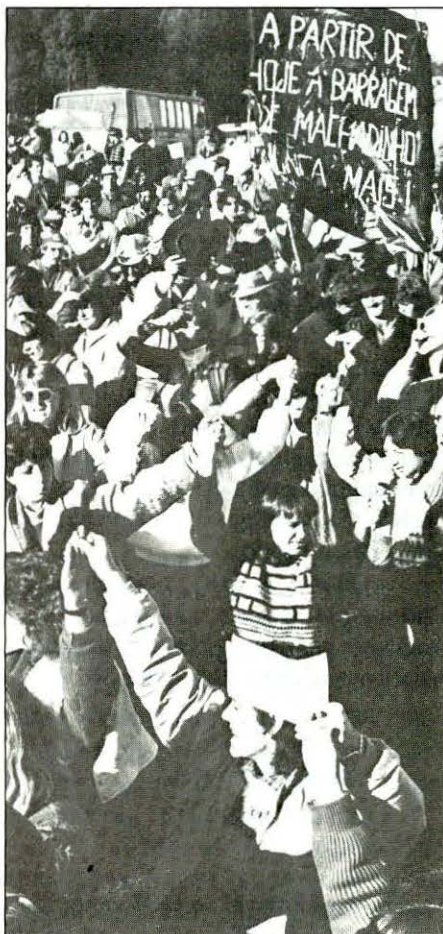
O documento do acordo entre os atingidos e a Eletrosul determinava que as negociações na barragem de Machadinho deveriam começar em junho de 1987. Mas em uma reunião com a CRAB, a Eletrosul argumentou não ter recursos financeiros para o ano de 1988.

Em assembléia realizada em Erechim (RS), com mais de dois mil agricultores e várias entidades, ficou decidida uma grande campanha exigindo suspensão definitiva da barragem de Machadinho, cujo *slogan* foi: "Barragem de Machadinho Nunca Mais". Após a assembléia, caminharam até o escritório da Eletrosul onde queimaram o cronograma de construção da obra e o acordo feito entre atingidos e a Eletrosul. Foram queimados alguns marcose colocou-se uma placa com o *slogan* em frente à empresa.

Outro fato importante de 1988 foi a participação da CRAB nos Seminários Internacionais em São Francisco, Califórnia (EUA), e em Berlim (Alemanha Ocidental), sobre a construção de grandes barragens. Foi aproveitada a ocasião para contatar com diversas entidades internacionais, inclusive com o Banco Mundial, onde abriu-se um canal direto para denúncias e divulgação da luta dos atingidos.

Com o cancelamento da barragem de Machadinho, a Eletrosul, derrotada, recomeçou os trabalhos da barragem de Campos Novos/Região 3. A CRAB realizou reuniões nas comunidades, colocando a falta de seriedade demonstrada na barragem de Machadinho. Os atingidos da região de Campos Novos decidiram dar um prazo de 60 dias para a Eletrosul sair da área e não voltar mais por tempo indeterminado.

O movimento de atingidos é respeitado internacionalmente e tornou-se uma grande força política na Bacia do Rio Uruguai



Arquivo CRAB

A Região 5 é a região das três barragens binacionais, na divisa com a Argentina (São Pedro, Garabi e Roncador). Com a construção destas barragens serão alagados mais de 200 mil hectares de terras férteis, expulsando cerca de 120 mil pessoas. Desaparecerão também muitas riquezas naturais que acompanham o curso do rio Uruguai, como é o exemplo de Saltos Jucumã e do Roncador e o Parque do Turvo, uma das últimas reservas tropicais do Sul do Brasil.

No dia 12 de outubro de 1988, Dia de Luta Contra as Barragens, foi re-

alizada uma concentração no município de Porto Lucena (RS) com cerca de 4.500 pessoas.

Na tribuna livre, no pronunciamento das entidades, no Culto Eucemônico e no Ato Simbólico de "arrançamento" dos marcos, os atingidos mostraram sua revolta e sua resistência a este projeto faraônico. No mesmo dia, na Região 3, os atingidos fizeram uma manifestação na área do reservatório da barragem de Campos Novos. Arrancaram os marcos, que foram queimados em uma grande fogueira.

Foi inegável que derrotas aconteceram ao longo do ano de 88 mas todas as derrotas sofridas servem como lição. Por outro lado, é importante salientar as inúmeras vitórias conseguidas durante aquele ano. Sem dúvida houve avanço na organização, o que é uma condição básica para conquista dos objetivos do movimento. Nas cinco regiões as lutas foram intensas. Os atingidos de Itá deram passos firmes rumo ao reassentamento, conquistando e garantindo a terra nas mãos de quem nela trabalha. As lutas dos atingidos chegaram ao movimento ecológico internacional, e o movimento foi reconhecido como uma grande força política na Bacia do Rio Uruguai.

Cada uma das cinco regiões traçaram um planejamento de atividades preparatórias com reuniões nas comunidades, encontros e cursos para lideranças, mobilizações de entidades e políticos.

De 18 a 20 de março de 1989 realizou-se a IV Assembléia Geral do Movimento, com a presença de 150 atingidos da Bacia do Rio Uruguai, representantes de Itaipu e Xingu, Movimento dos Sem-Terra, dirigentes sindicais, vereadores, padres, pastores e assessoria do movimento.

Ficou definido que o movimento é contrário ao Plano 2010 da Eletrobrás, que prevê a construção de cerca de 165 grandes barragens no Brasil. O movimento incentiva a busca de alternativas diante da geração de energia através de grandes hidrelétricas.

Hoje um fator novo é o trabalho das mulheres agricultoras e atingidas que vem se intensificando. Em toda a Bacia do Rio Uruguai a participação das mulheres tem sido expressiva nas lutas mais locais: "arrançamento" de marcos, manifestações,

Encontro Nacional dos Atingidos

O I Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens foi realizado em Goiânia em abril de 1989 e contou com a participação de organizações de atingidos de todo o Brasil. Verificou-se que o setor elétrico ignora os atingidos e suas organizações na decisão de construir hidrelétricas. Não se sente obrigado a prestar esclarecimentos aos atingidos (os planos são sigilosos); o pagamento de indenizações e a realização dos reassentamentos não estão previstos nos estudos iniciais do governo; o setor elétrico divulga que os efeitos causados pelas barragens são sempre menores que os reais, só indeniza quem tem título de propriedade; paga indenizações injustas, demora para pagar as indenizações se considerarmos que durante vários anos a população ficou impedida de plantar, fazer benfeitorias, etc; o setor elétrico desconsidera a relação dos povos indígenas com seus territórios; o setor elétrico, nos reassentamentos, ignora a vontade dos atingidos na escolha do novo local, as relações comunitárias dividindo a população, a necessidade de terras suficientes para produzir como antigamente e de infra-estrutura.

Além de todas estas consequências denunciadas, os atingidos tiveram a oportunidade de analisar a questão energética nacional comprovando que poucas empresas se beneficiam destas obras, quando planejam, quando constroem, quando vendem os equipamentos e também quando usam esta energia. As grandes empresas têm grandes lucros e toda a sociedade paga.

Os atingidos decidiram enfrentar o Plano 2010 do Governo Federal que prevê a construção de cerca de 165 grandes barragens em todo o Brasil, e o objetivo principal é impedir que ele se realize. Para isto os atingidos resolveram fortalecer o trabalho de base; fortalecer a troca de experiências e o intercâmbio de informações entre as regiões; pressionar as autoridades e o governo; organizar um grupo de estudo a nível nacional.

Para dar continuidade ao trabalho, em todo o Brasil, foi tirado um grupo de coordenação nacional provisório até o próximo encontro nacional que deverá ser realizado em 1991. Fazem parte dessa coordenação: um trabalhador do Sul, um do Norte, um do Nordeste e um dirigente do Departamento Rural da CUT Nacional.

abaixo-assinados, o que vem demonstrando a grande força da mulher.

Na barragem do Itá, as negociações, hoje, estão paralisadas. A CRAB fez uma fiscalização do trabalho da Eletrosul no cumprimento do acordo: 60% das indenizações deveriam estar feitas até outubro de 89. No entanto havia apenas 23% e as indenizações estavam paradas. Segundo a Eletrosul, por falta de recursos. Isso fez com que a população atingida ficasse descontente, pois o trabalho de negociações estava muito devagar, e sabe-se que a Eletrosul vive entrando em outras regiões fazendo pesquisas e levantamentos, o que implica em grandes gastos.

A Eletrosul tende hoje a colocar que as conquistas que a população teve através de sua organização são como um presente dado pela estatal, apesar de sabermos até mesmo através de funcionários que estas indenizações justas só vêm ocorrendo graças à organização da população. É a primeira vez na história que uma população atingida se sai razoavelmente bem.

Nas outras regiões a organização continua firme. Na Região 4, de Chapecó e Chapecozinho (SC), os atingidos participam na formulação das leis orgânicas

dos municípios sobre a questão energética e meio ambiente.

Na Região 2, Itapiranga e Iraí, tem-se realizado festivais de canção e poesia dos atingidos por barragens. A realização destes festivais é um importante instrumento de resgate da cultura e de identificação popular na luta dos agricultores atingidos por barragens.

Na Região 5, barragens binacionais, os atingidos realizaram um ato público no ano passado, em Porto Xavier (RS), com mais de cinco mil pessoas.

Na barragem de Machadinho, no dia 6 de agosto de 1989, os atingidos comemoraram o I Aniversário de Luta pelo Cancelamento da Barragem de Machadinho. A Eletrosul até agora não tentou entrar na área para trabalhar e os atingidos dizem que não se responsabilizarão pelo que acontecer se a Eletrosul quiser trabalhar na obra.

Muitas foram as conquistas e a própria Eletrosul admitiu que "a imposição de imigração compulsória, em razão de um projeto do governo, não foi aceita."

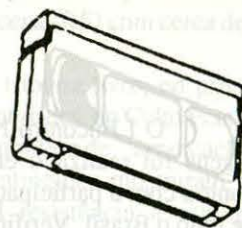
Noutro momento, a Eletrosul admitiu também que "a coisa mais importante que aprendeu neste processo foi respeitar a população atingida, principalmente a população do Uruguai, que é

organizada, inteligente e tem capacidade de participação."

Este reconhecimento da própria empresa, bem como o reconhecimento do trabalho da CRAB em outras partes do Brasil, nos mostra que acertamos em muitos pontos. Porém, não podemos sentar em cima do que foi conseguido e perder o trem da história. Muitos são os desafios a enfrentar: o maior deles, sem dúvida, é exigir uma política energética que sirva aos interesses do povo trabalhador brasileiro.

Uma lição aprendemos: é melhor enfrentar as empresas, os funcionários, até a polícia, defendendo nossos direitos antes das obras, do que querer solucionar os problemas depois que as obras estiverem prontas. O interesse dos grandes é a obra, o lucro. O interesse dos pequenos é a defesa dos seus direitos, o fim da exploração.

O QUE VER: VÍDEOS



BALBINA, DESTRUIÇÃO E MORTE

Produção: Câmera 4 – Comunicação e Arte Ltda.
Direção: Jaime Sautchuk
DF/1988/21'/Cor/U-Matic/Pal-M/Documentário

Vídeo-documentário sobre o desastre provocado pela hidrelétrica de Balbina, construída no rio Uatumã, a 176 quilômetros de Manaus, no Amazonas. A obra é polêmica, por representar enorme descaso pelo dinheiro público e impiedosa agressão à natureza. O lago da barragem vai inundar mais de 2.500 km² para produzir apenas 250 mil kw de energia elétrica por hora. É como se fosse perfurado um poço de petróleo para acender uma lamparina.

— Vencedor do 10º Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

BARRAGEM

Realização: TV Viva
PE/1985/9'/Cor/U-Matic/NTSC/Documentário

Primeira edição de uma série que abordou a construção da barragem de Itaparica, no sub-médio São Francisco, região das mais férteis e produtivas do sertão pernambucano e baiano, que inundou as terras de 7 mil famílias. A economia e a cultura da região.

BARRAGEM: A OCUPAÇÃO

Realização: TV Viva
PE/1986/36'/Cor/U-Matic/NTSC/Documentário

A ocupação e paralização das obras da barragem de Itaparica por cerca de mil trabalhadores rurais da região do sub-médio São Francisco, que reivindicam o início do seu reassentamento em terras que ficaram à margem do lago formado. Vídeo realizado em conjunto com a Fetape em projeto financiado pela Fundação Ford.

— Primeiro Prêmio do Juri Oficial e do Juri Popular no Festival da Terra – Unicamp/Mirad, 1987.

BARRAGEM II

Realização: TV Viva
PE/1986/32'/Cor/U-Matic/NTSC/Documentário

Documentário no sub-médio São Francisco, região atingida pelo lago da barragem de Itaparica. Depoimentos das comunidades negra e índia, que habitam e cultivam as ilhas do São Francisco, de posseiros, meeiros e sindicalistas sobre a luta pelo reassentamento. A manifestação realizada por 7 mil trabalhadores rurais dentro da área de construção da barragem.

DAQUI NÓS NUM SAI

Produção: Renato Bulcão
Direção: Joatan Vilela Berbel
SP/1987/28'/Reportagem

A construção de grandes barragens no oeste paulista levou a CESP a se preocupar com o reassentamento de camponeses. Antonio Callado apresenta e comenta este programa que anuncia uma das possibilidades de fazer Reforma Agrária no Brasil.

POR QUE SO TATAUÍ?

Direção: Siri Azevedo
BA/28'/Cor/Documentário

Avaliação do projeto TATAUÍ – projeto de irrigação em Sobradinho, através de depoimentos de vários segmentos da sociedade e do depoimento de uma jovem moradora do local.

Melhor Filme Documentário, XX Festival do Cinema Brasileiro de Brasília.

Melhor Roteiro, XVI Jornada de Curta-Metragem da Bahia, Salvador, BA.

SETE QUEDAS

Direção: Sylvio Back
PR/1980/10'/Cor/Documentário

Um dos últimos testemunhos visuais das – hoje represadas por Itaipu – corredeiras do rio Paraná, as então conhecidas mundialmente “Sete Quedas”. Libelo ecológico contra a agressão à natureza em nome do “progresso”.

NÃO HOUVE TEMPO SEQUER PARA LÁGRIMAS

Direção: Siri Azevedo
BA/17'/Cor/Documentário

Os problemas da cidade e a reação das pessoas, provocados pela mudança da sede do município de Remanso, em função da construção da barragem de Sobradinho.

— Melhor filme, Juri Popular, XIV Jornada de Curta-Metragem da Bahia, Salvador

— Melhor Trabalho em Pesquisa Antropológica, Paulo Emílio Sales Gomes, XVI Jornada de Curta Metragem da Bahia

— Menção honrosa, I Festival do Cinema Brasileiro de Fortaleza

COMO RETIRAR VÍDEOS

- Na Grande São Paulo, pessoalmente.
- No interior de São Paulo e outros Estados, pedidos pelo telefone ou pelo Correio.
- Há uma ficha de cadastro a ser preenchida.
- Todos os vídeos estão em VHS (NTSC ou PAL-M). Fica vedada a exibição em circuitos comerciais.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE VÍDEO POPULAR

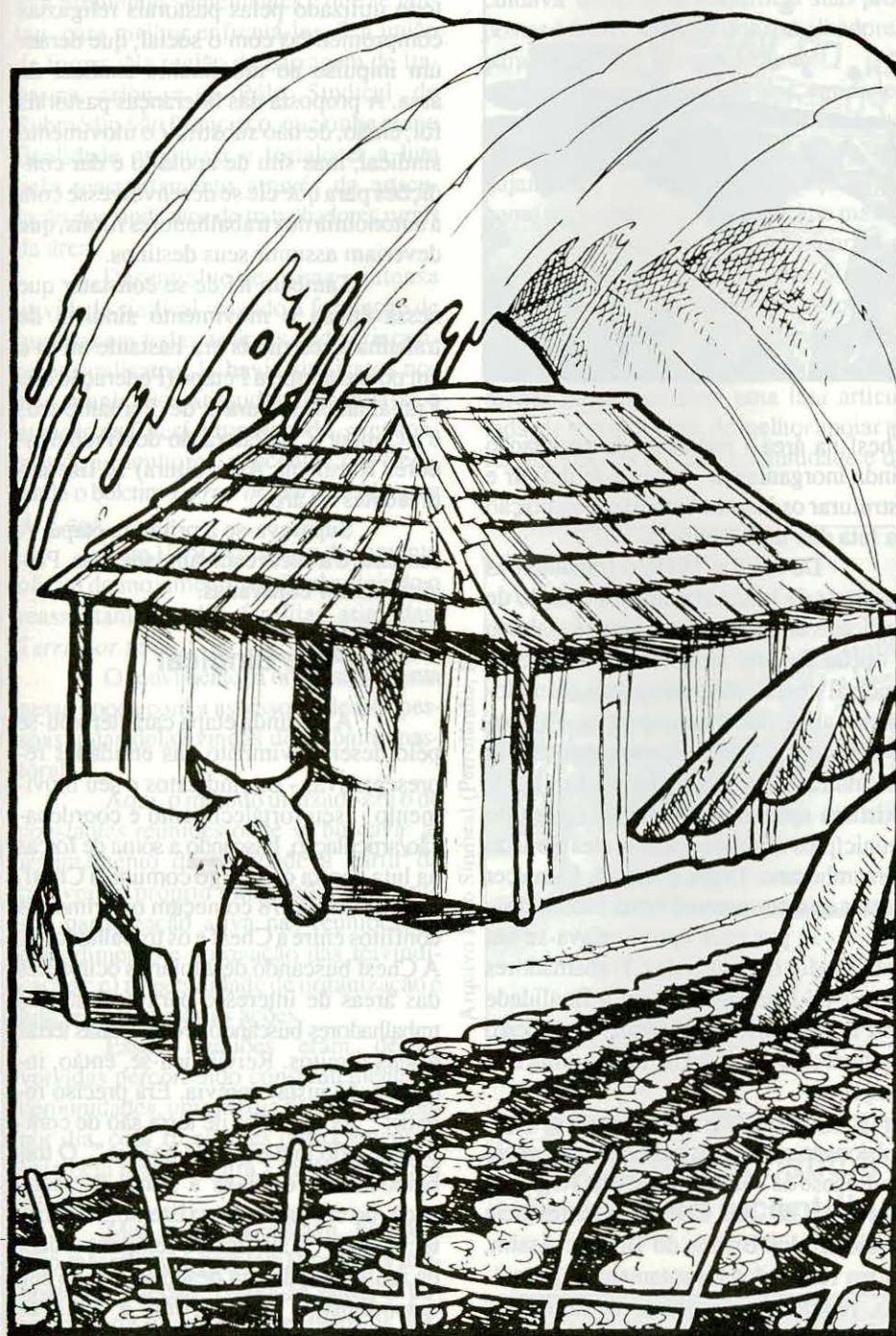
Rua Treze de Maio, 489 – Bela Vista
01327 São Paulo – SP

Tels.: (011) 284-0586 / 288-9684

Atendimento: de 2ª a 6ª feira, das 9 às 18 horas.

O sertão virou mar: a luta em Itaparica

Celso Pereira de Souza*



A luta pelo reassentamento dos trabalhadores rurais atingidos pela barragem de Itaparica foi uma grande luta. Foi não, é. A barragem de Itaparica foi construída pela Cia. Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), sociedade de economia mista federal, para instalar a usina hidrelétrica Luiz Gonzaga (Itaparica). A barragem tem um comprimento de 4km e o lago formado pelo represamento do rio São Francisco mede 828km². A barragem fica situada no submédio São Francisco, entre Juazeiro da Bahia e Paulo Afonso(BA), na divisa Pernambuco/Bahia, nos municípios de Petrolândia(PE) e Glória(BA). Destina-se à produção de energia.

Uma obra de tamanha magnitude, implantada sem o povo atingido ser ouvido, como era próprio dos governos ditatoriais, trouxe grandes problemas sociais, culturais, sofrimento e dor. No momento em que esse pedaço do **sertão virou mar** foram desalojadas de suas terras mais de 5 mil famílias de trabalhadores rurais, além de inundar totalmente três cidades e um povoado (Petrolândia e Itacuruba em Pernambuco), Rodelas e Barra do Tarrachil na Bahia, o que fez com que fossem afetadas aproximadamente 120 mil pessoas, direta ou indiretamente.

A luta é, pois, pelo reassentamento das 5 mil famílias de trabalhadores rurais atingidos pela barragem de Itaparica, que foram desalojados de suas terras, as melhores terras, propícias à agricultura irrigada, perdendo suas moradias, sofrendo a desagregação social. Assim, a luta que se iniciou pelos idos de 1976 e que teve seu ápice em 1986, continua hoje para que se realize concretamente o reassentamento com todo o sistema irrigado, repondo, assim, ainda que com perdas, as condições de vida anteriores à inundação provocada pelo "progresso".

A primeira etapa da luta iniciada em 1973 consistiu no esforço de conscientização e estruturação dos instrumentos de luta dos atingidos, prioritariamente os trabalhadores rurais.

*Advogado, ex-assessor do Pólo Sindical do Submédio São Francisco e assessor da Diocese de Paulo Afonso(BA)

“A barragem está sendo construída, a água nos atingirá: precisamos nos organizar para que não se repita aqui Sobradinho e Moxotó”



O primeiro trabalho foi despertar a consciência das comunidades atingidas para o dilúvio que viria. Foi fazer as comunidades conhecerem qual era o projeto da barragem, suas dimensões e conseqüências. Ainda nessa época nada havia estruturado. Havia tão-somente trabalhos de pastorais da Igreja Católica, os primeiros. A preocupação era alertar o povo e as comunidades para o grande drama que viveriam.

A população desta região já tinha conhecimento do grande problema causado pelas grandes barragens, já que estava na área de influência onde ocorreram as tragédias de Sobradinho, a 350km, e de Moxotó, a 30km (muitas famílias que fugiram da inundação de Moxotó também foram atingidas por Itaparica). Assim, o chão onde caiu a pregação era propício a ouvir o anúncio. Nos idos de 1973, membros da Igreja percorreram as comunidades, aproveitando as liturgias e reuniões pastorais para anunciar: “a barragem está sendo construída - começou em 1974 -, a água nos atingirá, precisamos nos organizar para que não se repita Sobradinho e Moxotó.”

A partir das primeiras reações à pregação e às primeiras investidas da

Chesf na área - respostas da população ainda inorganizada - buscou-se definir e estruturar os instrumentos de sustentação da luta dos trabalhadores.

De 1974 a 1978, o trabalho das pastorais da Igreja apoiando a criação de sindicatos de trabalhadores rurais fortaleceu a opção de luta através do movimento sindical de trabalhadores rurais. A maioria dos atingidos era camponesa. Passou-se a investir no fortalecimento e/ou criação de sindicatos em toda a região. Em 1976, existiam apenas três sindicatos nos oito municípios atingidos, todos eles do lado pernambucano. Urgia, portanto, fortalecer e criar o instrumento de luta escolhido.

Já por essa época criava-se em Petrolândia o Centro dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia, com a finalidade de ir incentivando e apoiando o movimento sindical da área, além de buscar uma luta conjunta.

Até 1978, o movimento era impulsionado mais pelas pastorais, com apoio da diocese de Paulo Afonso e da Regional Nordeste II da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Assim, foram realizados levantamentos, pesquisas, reuniões e encontros de atingidos, visando conhecer a realidade, as conse-

qüências da barragem e a defesa dos direitos dos trabalhadores. Buscava-se, então, através dessas atividades, a formação de quadros, com treinamentos sobre sindicalismo, conhecimento da realidade e a organização da luta. Também nesse período criaram-se os sindicatos de trabalhadores rurais na Bahia e fortaleceram-se sindicatos já existentes, inclusive com mudança de diretorias não comprometidas com a luta e muito comprometidas com os poderes locais, que não se confrontavam com a Chesf.

Nessa etapa prevaleceu o método utilizado pelas pastorais religiosas comprometidas com o social, que deram um impulso ao movimento sindical da área. A proposta das lideranças pastorais foi, então, de não substituir o movimento sindical, mas sim de apoiá-lo e dar condições para que ele se desenvolvesse com a autonomia dos trabalhadores rurais, que deveriam assumir seus destinos.

Também há de se constatar que nessa época o movimento sindical de trabalhadores rurais era bastante ativo e em pouco tempo a Fetape (Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco) e a Contag (Confederação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura) se fizeram presentes na área.

Superava-se a primeira etapa. A semente e a sorte estavam lançadas. Precisivam ser cultivadas.

Pólo Sindical

A segunda etapa caracterizou-se pelo desenvolvimento das entidades representativas - os sindicatos e seu movimento -, seu fortalecimento e coordenação/articulação, buscando a soma de forças na luta contra o inimigo comum, a Chesf.

Em 1978 começam os primeiros conflitos entre a Chesf e os trabalhadores. A Chesf buscando desalojar os ocupantes das áreas de interesse para a obra e os trabalhadores buscando proteger suas terras e seus direitos. Reivindica-se, então, indenização justa e prévia. Era preciso repetir: “As questões de terra são de competência do juiz e não da polícia”. O trabalho desenvolvia-se a partir da realidade, do concreto, do existente, do acontecimento. Os sindicatos sempre partiam da realidade, da sua descoberta e do seu entendimento para definir a linha de atuação de trabalho.

O ano de 1979 foi rico na estruturação da luta, na sua ampliação e articulação. O movimento sindical de trabalhadores rurais a nível nacional definia os chamados "Encontros do Vale", que reuniam os sindicatos e as federações estaduais existentes ao longo do rio São Francisco, desde Minas até Alagoas e Sergipe. Aí debatiam-se os problemas comuns e buscava-se uma articulação das lutas.

Frutos dessas reuniões, surgiram os Pólos Sindicais. Caracterizam-se pela reunião de sindicatos de uma região que tem problemas semelhantes e que se juntam para melhor enfrentá-los. É a união de forças. Na região da barragem de Itaparica criou-se o Pólo Sindical do Submédio São Francisco, que tinha como finalidade organizar e fortalecer a luta pelo reassentamento através da articulação dos sindicatos de trabalhadores rurais da área.

Desenvolve-se uma intensa atividade sindical visando a formação de quadros em todas as áreas onde criaram-se os sindicatos. Já havia sindicatos nos oito municípios atingidos. Discutia-se a atuação da Chesf, promovendo-se encontros de agricultores, concentrações e editando o boletim *Terra Por Terra na Margem do Lago*.

É de 1979 o primeiro documento oficial do movimento sindical exigindo o reassentamento das famílias atingidas: *Terra por terra*.

O movimento já organizado conta nessa época com a assessoria de três pessoas, duas delas vindas do trabalho pastoral.

Aqui, o método utilizado era o de constantes reuniões onde se buscava: a) levantamento da realidade a partir da palavra do próprio trabalhador mediante sua participação ativa nas reuniões; b) entendimento e aprovação das reivindicações; c) a necessidade de organização e luta; e d) planejar as ações.

Essas reuniões eram desenvolvidas percorrendo constantemente as comunidades, uma média de três reuniões por dia, com freqüentes deslocamentos: uma pela manhã, outra à tarde e a última à noite.

Mas isso não bastava. Era preciso massificar a problemática e sua proposta de solução. Usava-se então o boletim, onde foram documentados os pas-

sos dados, as reivindicações e apoios, o que era importante para animar a luta. Outra forma de massificação utilizada eram as concentrações, em datas significativas ou momentos importantes, quando se reuniam de duas mil a cinco mil pessoas, nas maiores, quando eram aprovados os planos, as metas, as reivindicações.

Assim o movimento, ao mesmo tempo que cuidava da estruturação e formação da base e das lideranças, mediante reuniões comunidade por comunidade, mediante encontros de treinamentos, cuidava também de massificar suas propostas e trazer a massa dos trabalhadores para a luta pelo reassentamento.

O fortalecimento das entidades representativas passava pelo fortalecimento das lutas do povo atingido e seu engajamento, quer como liderança, quer como participante ativo, quer como massa.

No caso concreto de Itaparica, a estruturação em forma de Pólo Sindical com a reunião dos oito sindicatos dos municípios atingidos foi de fundamental importância, pois essa formação deu condições de desenvolver uma luta articulada, de somar forças, de melhor apoiar as reivindicações de cada comunidade e de

fornecer uma infra-estrutura de apoio e um conjunto de assessoria em várias áreas.

Já em 1981 contava o Pólo Sindical com três assessores educacionais e sindicais, dois assessores jurídicos e posteriormente a assessoria de um agrônomo. Também essa organização e o apoio contínuo de entidades não-governamentais possibilitaram liberar trabalhadores de sua base de produção agrícola para se dedicar inteiramente ao trabalho do movimento sindical, o que a própria realidade exigia, dada a dimensão do problema enfrentado.

Neste aspecto é importante ressaltar que educativamente os assessores sempre se recusaram a assumir o papel destinado aos dirigentes sindicais. O princípio era e é de que eles são os donos da história.

A prática da luta de Itaparica levou à formação desses dirigentes sindicais.

Permeando todo esse processo de formação e de luta estão os casos concretos, os enfrentamentos com as autoridades, com a polícia e com o Judiciário.

Sem dúvida alguma, numa luta é importante saber avaliar o momento do enfrentamento, avaliando suas forças, as



Arquivo Polo Sindical (Petrópolis, PE)

A proposta das lideranças religiosas das pastorais foi a de não substituir o movimento sindical, mas apoiá-lo e contribuir para a sua autonomia

do inimigo, o momento conjuntural e seus objetivos. O cultivo das vitórias e sua divulgação são uma forma de educação popular, pois mostra que o povo unido e organizado pode ser dono de seu destino. É um estímulo aos que estão na luta e de adesão aos que não participam dela.

Em 1980 os trabalhadores organizados pararam as máquinas da Chesf em vários locais. No início da obra houve paralisação por mais de quarenta dias até que se conseguisse o pagamento de justa e prévia indenização. Agora, interdita-se uma estrada e se “planta uma roça no asfalto” para obrigar a Chesf a assumir o compromisso de reassentamento de uma comunidade atingida pelo início das obras, com a instalação do canteiro de obras. Ocorrem enfrentamentos com os poderes locais: os prefeitos são subservientes à Chesf e temem a organização dos trabalhadores como ameaça ao poder político exercido na base de favores, corrupção e benefícios pessoais.

Ao longo dos anos de 1981 e 1982 desenvolvem-se atividades de fortalecimento do movimento sindical, inclusive com participação em congressos nacionais. É no lado baiano que acontecem os maiores confrontos, com paralisação de máquinas da Chesf por longos períodos, negociações e promessas de soluções. Os trabalhadores indicam terras onde podem ser reassentados. A Chesf promete “estudar”. A paralisação de máquinas visa impedir a destruição de roças dos trabalhadores.

No final de 1982 e início de 1983 ocorre um grande conflito entre a Chesf, com apoio do Poder Judiciário, e os trabalhadores. Paralisam as máquinas que trabalhavam em jazida de areia e pedras porque afetavam suas vidas, a saúde das crianças e as roças. Os trabalhadores acampam no canteiro de obras das jazidas e impedem o trabalho. A Chesf convoca a polícia. Os trabalhadores resistem. Organizam-se além da comunidade diretamente atingida, formam rodízio de tal forma que cada sindicato se responsabiliza pela resistência, cada um em um dia da semana. Buscam negociações.

Marcada a audiência com a Chesf em Recife (PE), quando a direção desloca-se para negociação, a polícia invade o acampamento e o destrói, desmobilizando os trabalhadores e garantindo, nas

O cultivo das vitórias e sua divulgação são uma forma de educação popular, pois mostram que o povo unido e organizado pode ser dono do seu destino

armas, o trabalho nas jazidas. Apesar da aparente derrota, os trabalhadores atingidos conquistam nas negociações posteriores o direito a um reassentamento provisório. Até então, dois reassentamentos foram conquistados pela luta: o Riacho Salgado, realizado em Canafistula (AL), e o de Caruru, realizado em Barboza Ferraz (BA), este último provisório, mas com toda a infra-estrutura de um definitivo.

Os embates ocorriam não só no campo, mas também a nível administrativo, com audiências com autoridades governamentais, desde os diretores da Chesf até governadores de estados, secretários e ministros, sempre na busca de solução, de apoio e definição política do reassentamento. Pressionavam, ainda, o Congresso Nacional, participando de sessões especiais e enviando documentos reivindicatórios.

Com o enfrentamento do final de 1982 e início de 1983 a Chesf sentiu que não poderia mais desprezar as reivindicações do movimento sindical e sua organização. Decidiu negociar.

Apoio técnico

É importante ressaltar que o nível de negociação exigia um conhecimento técnico e propostas alternativas também com base técnica. Daí o desenvolvimento pelo movimento sindical de encontros específicos com técnicos comprometidos com a luta dos trabalhadores para elaboração de propostas alternativas ao tecnicismo burocrático. Aliava-se o conhecimento técnico com o saber popular dos trabalhadores.

Outro dado importante no desenvolvimento da luta de Itaparica foi a va-

lorização do conhecimento do povo e a crítica a esse saber nos momentos em que era necessária. Esse conhecimento técnico é que fez evoluir a luta do “Terra por Terra na Margem do Lago” para “Terra por Terra”, onde houvesse áreas com capacidade para agricultura irrigada, - o que é fundamental no Nordeste -, desde que na mesma região.

Grande parte das terras das margens do lago são imprestáveis para agricultura irrigada intensiva. Desse esforço, o movimento sindical produziu um documento, aprovado por assembleias de trabalhadores, chamado “Diretrizes Básicas para o Reassentamento”, onde os trabalhadores colocavam todas as necessidades para sua vida futura em novas terras. Foi o documento base nas negociações com a Chesf e na proposta de alternativas técnicas viáveis.

Aos poucos os trabalhadores e seus dirigentes foram sentindo que a Chesf os enrolava. As decisões políticas e administrativas tardavam. Durante certo período a barragem sofreu lentidão nas obras por dificuldades financeiras e políticas. Isso deu tempo aos trabalhadores. Mas quando sentiram que a decisão da construção em ritmo acelerado era real, trataram de exigir da Chesf a decisão política sobre o reassentamento.

De nada valeram advertências por escrito. Sem efeito advertências emitidas em concentrações com mais de 5 mil trabalhadores. Na última, realizada no canteiro de obras, os trabalhadores decidiram partir para o “tudo ou nada”.

Assim, em dezembro de 1986, decidiram paralisar as obras de construção da barragem, já em estágio avançado. Decidiram que a ação seria a tomada das obras à meia-noite do dia primeiro de dezembro de 1986. Chegou a madrugada com uma intensa chuva. Parecia um dilúvio. Impediu a mobilização dos trabalhadores. Reúnem-se diretores e assessores. O esquema estava quebrado. O que fazer? Prosseguir? Recuar? O policiamento estava na obra? Impossível recuar. “Vamos invadir à luz do dia”. “É o nosso direito e o futuro é que está em jogo”. E assim foi.

O canteiro de obras foi tomado e paralisado a obra. No início eram apenas bravos 800 trabalhadores e seus assessores e dirigentes sindicais. Os trabalhadores da construção civil apoiaram

com palmas e gestos de estímulo. A polícia fora imobilizada pela ação firme e não violenta dos trabalhadores. Foi uma semana de obra parada, toda documentada em vídeo pela TV Viva, ligada ao Centro Luís Freire, de Olinda, até que em negociação com representantes da Eletrobrás e Chesf obteve-se a decisão política de se efetivar o reassentamento, com prazos, atos e ações definidas em documento final (ver boxe).

O reassentamento estava garantido. A decisão política na lei e na marra fora conquistada.

Liberado o canteiro de obras com o acordo final, passou-se à construção frenética de agrovilas nas terras aprovadas pelos trabalhadores adquiridas pela Chesf.

Passaram-se às negociações sobre o valor das terras e benfeitorias, garantia-se o reassentamento de todos os trabalhadores da área inundada: proprietários, posseiros, meeiros, diaristas, empregados, enfim, de todos que trabalhassem e vivessem da terra.

Em fevereiro de 1988 inicia-se o enchimento do lago. Os trabalhadores mudam-se para suas novas terras em agrovilas. Falta a instalação da irrigação. Existem problemas de saúde, de escolas. Estão desintegrados socialmente. É preciso começar de novo. Nova vida, nova terra, novo meio. Sem margem de rio, no meio da caatinga, à espera da água para irrigação. Novas lutas, lutas continuadas, novas esperanças...

Pedagogia

O começo foi empírico. Valeu o compromisso e a dedicação daqueles que se propuseram a alertar o povo. Os métodos foram os utilizados pelas pastorais e os vindos do púlpito.

Depois, à medida que foram se organizando, os sindicatos iam fazendo seus treinamentos e reuniões.

Com o fortalecimento dos órgãos de representação, com a criação do Pólo Sindical e com a necessidade decorrente do desenvolvimento de uma luta forte e organizada, passou-se a desenvolver um trabalho mais estruturado com a preocupação da educação política e da eficiência para atingir objetivos.

As ações passaram a ser planejadas. Reuniões de comunidade por

Vídeo-Barragem

A ocupação do canteiro de obras da barragem de Itaparica, em 1986, foi documentada pela equipe da TV Viva, ligada ao Centro Luís Freire, de Olinda(PE). O documentário trata da paralisação das obras por mais de mil trabalhadores rurais da região do Submédio São Francisco, reivindicando o seu reassentamento.

A presença da polícia, o diálogo com dirigentes da Chesf e do Ministério das Minas e Energia, as negociações e o acordo assinado entre trabalhadores e representantes do Ministério foram registrados. Barragens - A ocupação é o título do vídeo que resultou desse trabalho de seis dias da equipe da TV Viva na região.

O endereço da TV Viva é Centro Luiz Freire - Rua São Bento, 344, Ribeira, CEP 53110, Olinda(PE), tel. 429-4109.



comunidade elegiam representantes para um encontro dos trabalhadores rurais. Com a análise da realidade, balanço das forças a nível local, regional e nacional, partia-se para a fixação de metas e de um plano de ação para alcançá-las.

Na formação de quadros, a preocupação era de capacitar os trabalhadores a assumirem suas lutas. Buscava-se através de reuniões e encontros estimular ao máximo a capacidade dos participantes para enxergar a sua realidade, dizer o que viam e o que sentiam, descobrir juntos as soluções e os caminhos, enfim, fazer com que juntos fossem os autores de suas histórias.

Outro aspecto importante e que rendeu frutos foi a valorização do saber da própria comunidade. Seus valores, atitudes, comportamentos, conhecimentos. A partir da valorização do saber popular, avançando na análise mais ampla, buscando ampliar e aproveitar o conhecimento que tinha. Foi particularmente frutífera essa valorização em episódios como a busca de terras - a escolha de terras, o aproveitamento do conhecimento que possuíam do comportamento da terra irrigada - e na elaboração das diretrizes básicas. Muitas reuniões foram feitas buscando, a partir do conhecimento que tinham, entender as forças locais na luta do reassentamento: o que ajudava, o que dificultava e quais as alternativas de superação e de busca de vida melhor.

Assim, propiciava aos trabalhadores sua participação ativa na proposta das soluções alternativas e uma compreensão da grandiosidade da luta através de uma sempre presente análise de conjuntura local, estadual e nacional a cada passo da luta.

A compreensão das dificuldades é de que só seriam superadas com uma luta muito grande e uma pressão e apoio também fortes, inclusive visando ter elementos que ajudassem em momentos de repressão. O Pólo Sindical ampliou ao máximo possível o leque de apoios, a articulação com entidades nacionais e internacionais, veículos de denúncias e de apoio à luta específica. Era a soma de forças.

A organização dos sindicatos e sua articulação através do Pólo Sindical deu condições para uma unidade de luta e de pressão sobre a Chesf que foram fundamentais. Por outro lado, a infra-estrutura de apoio propiciada por essa união garantiu a canalização de recursos, a continuidade das ações, o fornecimento de meios e a contratação de uma assessoria permanente (composta em determinados momentos por até oito assessores). Além disso, deu condições de liberação para diretores mais engajados poderem se dedicar à contínua visita e contato em seus municípios e a nível de articulação.

Da assessoria, foi exigido um trabalho exclusivo, permanente, com-

prometido até as raízes com a luta que se desenvolvia.

O crescimento da visão dos problemas concretos levou a uma educação política. As necessidades eram grandes. A compreensão de que a luta não se esgotava no nível sindical levou os trabalhadores a assumirem a luta política partidária e, assim, passaram a participar ativamente da vida política dos municípios, tanto que hoje há na área quatro vereadores eleitos pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

O reassentamento das 5 mil famílias de trabalhadores rurais, pela sua grandiosidade, pelos problemas que envolve, pelas dificuldades de soluções, pela proposta de envolver o maior número de trabalhadores na solução desse problema, muitas vezes se sobrepunha ao aspecto educacional. Mas sempre se voltava à prática, ainda que sufocados, de buscar a solução a partir da realidade e dos conhecimentos do trabalhador atingido, a partir da participação efetiva dele em todos os momentos. Assim, alternavam-se continuamente: prática-teoria-prática. Não havia soluções preestabelecidas. A luta, a análise do seu momento histórico e dos envolvimento é que levavam à elaboração dos vários planos de ação e de luta.

Assim, lutaram os trabalhadores rurais atingidos pela barragem de Itaparica. Conquistaram novas terras, novas moradias, novos espaços, onde estão construindo novas realidades.

Essa luta, sem dúvida, além da conquista da terra e moradia, produziu frutos de educação popular, de educação política, retratada no assumir de seus próprios destinos. A proposta é uma educação libertadora para que o trabalhador seja o sujeito de sua história e aponte os caminhos e rumos de uma nova sociedade, mais justa, mais solidária e mais fraterna.

Mas a luta dos atingidos pela barragem de Itaparica não terminou. Continuam a lutar pela implantação do sistema de irrigação, pois não dá para sobreviver na caatinga sem água. Essa implantação está atrasada. Não estão solucionados, ainda, os problemas ligados à escola, à saúde, ao transporte. Não está ainda definido como será o sistema produtivo, a comercialização dos produtos, a administração dos projetos de irrigação, etc...

Como se vê, a prática educacional a partir da realidade vivida pelo

trabalhador, da valorização de seu saber, da análise mais ampla e crítica aprofundando esse saber, da elaboração por eles das soluções de seus problemas, terá que continuar, sob pena de ser desprezada uma experiência profundamente comprometida, vivida, emocionante, envolvente e... vitoriosa. ■



Arquivo Pólo Sindical (Petrópolis, PE)

**Foi importante unir o
saber popular ao saber
técnico. Essa união
permitiu evoluir de
“Terra por Terra na
margem do lago” para
“Terra por Terra”**

Revista **proposta** Experiências em Educação Popular



Faça sua assinatura e
receba em seu endereço a
cada três meses durante o
ano inteiro exemplares de
nossa revista com
informações sobre
educação popular.



Assinatura anual:

() Cr\$ 1.200,00

Número avulso:

() Cr\$ 350,00

Nome.....
Endereço.....
Bairro.....
CEP..... Estado.....
Tel.
Cidade.....

Envio anexo vale postal ()

Cheque nominal à FASE ()



Se preferir faça sua
assinatura pelo telefone
(021) 285-2998, ramal 405
Adelir Pires Rodrigues

Para ampliar o cadastro de assinantes, mande
o nome e endereço de três amigos (ou
instituições) que receberão grátis um
exemplar de **proposta**.

(Tire xerox deste anúncio ou escreva carta à
FASE)

A questão da irrigação

Fevereiro de 1988. Os atingidos mudam-se para agrovilas. Cada um deles receberia uma área de sequeiro e um lote irrigado, dentro de um dos projetos de irrigação previstos. Evidentemente, esses projetos não representam muita coisa além de plantas no papel.

Nestas condições, os reassentados nas agrovilas, que dispõem então de uma casa nova mas de péssima qualidade e de um salário pago pela Chesf (até a efetivação dos projetos), não passam de "acampados de luxo", na expressão de Horácio Martins de Carvalho, comparando a sua situação com a dos acampados de beira de estradas ou de fazendas do Movimento dos Sem-Terra no Sul.

Descenso provocado pelas conquistas anteriores, miragem do dinheiro obtido das indenizações e dos salários que rolam "fácil", em contraste com a situação anterior, ociosidade na espera da irrigação, tudo se conjuga num quadro de passividade, impotência e desordem que pode levar à desagregação familiar e social do mundo dos atingidos e à desagregação política do movimento.

Em agosto de 1988, o Pólo Sindical e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrolândia, junto

com dirigentes de trabalhadores mais reassentados organizam um censo de gestão de projetos de irrigação. Para o observador, três coisas ficam patentes:

1) a implantação dos projetos não será para amanhã. É preciso, portanto, fazer algo já para evitar a ameaça de desagregação e manter viva a luta pela irrigação;

2) o saber acumulado pelos trabalhadores rurais como pequenos produtores ribeirinhos do São Francisco não é de muita serventia frente aos projetos de irrigação. É necessário, portanto, um grande investimento em formação (o próprio curso, aliás, é um primeiro passo neste sentido); e

3) aparece uma certa dissociação entre o curso, visto aparentemente por parte da assessoria e dos dirigentes como técnico, e o processo educativo.

Educação de fato é vista mais como educação política, educação à participação, à luta, ao enfrentamento. E de fato, essa educação política, explicitada neste artigo, foi e está sendo fundamental, pois garante as conquistas do movimento. Porém, há de se perguntar nesse novo momento se pode permanecer por muito tempo essa separação entre o econômico e o político, o técnico e o educativo.

Atingidos, "acampados de luxo",

são categorias transitórias - mas os trabalhadores rurais permanecem "pequenos produtores", mesmo se estão dando um salto no escuro, do tradicional ao novo, da beira do rio ao perímetro irrigado. O sistema agroindustrial dominante quer vê-los saltar para o moderno, para a integração agroindustrial. E os que não conseguirem dar esse pulo desaparecerão sem que o sistema se importe. O novo processo educativo que está sendo exigido é ajudar todos a dar esse pulo, mas não nas condições idealizadas: modernização, integração, subordinação... e no final submissão política e social, desaparecimento dos trabalhadores rurais como os sujeitos coletivos em que conseguiram se transformar como atingidos.

Neste sentido, não poderia se dizer que "reassentamento... se sobrepunha ao aspecto educacional" e que "a prática de buscar a solução a partir da realidade e dos conhecimentos do trabalhador atingido" era ainda o elemento central do processo educativo. Ao afirmar isso, o autor salienta com razão que as soluções para os reassentados passam por eles e que as conquistas dependem deles. Mas o enorme desafio que apresenta o reassentamento em projeto de irrigação não encontra solução na luta estritamente política. Ou melhor dito, a sua luta política passa pelo enfrentamento da questão econômica.

Gestão da água e da energia, formas associativas, introdução de novos produtos, comercialização, agroindústrias ... são os novos espaços de luta e de educação. Se não há "soluções preestabelecidas", há conhecimentos e experiências acumulados que podem e devem ajudar os assentados a produzir um novo saber, novas práticas e construir sua identidade de produtores - irrigantes - cidadãos. (Jean-Pierre Leroy - assessor da FASE)

Mesmo sem irrigação, trabalhadores fazem esforço para produzir



A luta dos atingidos na fala das lideranças

Temos aqui três exemplos de construção de barragens em território brasileiro e o depoimento, por parte das lideranças dos movimentos de atingidos, dos transtornos e da luta pela garantia de direitos elementares.

Eraldo José de Souza é dirigente do Pólo Sindical do Submédio São Francisco e vereador na cidade de Petrolândia, em Pernambuco. Dois anos após a inundação na barragem de Itaparica, as famílias, que antes trabalhavam em terras agricultáveis, estão reassentadas em agrovilas em condições precárias. As casas estão rachadas e em alguns pontos os moradores preferiram abandoná-las e ir para outros lugares. O sistema de saúde, transporte e educação não atende às necessidades da população reassentada. Nos locais onde foram construídas as agrovilas, só é possível a produção agrícola através do uso de irrigação. E nada do que

foi acordado foi feito até agora.

Edivaldo Pereira de Souza é membro da CUT do Baixo Amazonas e como tal participa da Comissão dos Atingidos pelas Barragens do rio Trombetas. Ele também é membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná, no Pará. A barragem de Cachoeira Porteira, no rio Trombetas, vai atingir a região de Oriximiná, e está sendo encarada como uma das prioridades do governo Collor. A construtora Andrade Gutierrez, que parece estar de olho neste empreendimento, já abriu mais de cem clareiras na região e vendeu a madeira extraída para a Mineração Rio do Norte. Mas depois do seminário promovido no final de 89 pela Comissão dos Atingidos pelas Barragens do rio Trombetas, a Mineração Rio do Norte não mais comprou madeira da Andrade Gutierrez. Atualmente, o projeto da barragem está na Secretaria Esta-

dual de Saúde de Belém, para julgamento do Relatório de Impacto no Meio Ambiente (Rima). O prazo para o veredicto já passou, mas o julgamento ainda está parado. A Comissão dos Atingidos entregou à Eletronorte, durante o seminário, um documento com as reivindicações caso o projeto venha a ser aprovado. E estão programando dez encontros entre as 90 comunidades do município de Oriximiná.

Já a história da luta contra as barragens na bacia do rio Uruguai começou em Erechim, Rio Grande do Sul, onde se formou a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), e desembocou na formação da Comissão Nacional dos Atingidos por Barragens. Hoje, a CRAB é uma estrutura de organização diversificada com muitas batalhas ganhas na guerra contra a desapropriação por inundações. Luiz Dalla Costa, que é membro da CRAB, participou de todo o processo de organização dessas lutas.

Luiz, Eraldo e Edivaldo nos contam desde como souberam que suas terras iriam ser inundadas, as dificuldades de organização e o apoio que tiveram, até a conscientização de que seus problemas são parte de uma luta maior, por um novo modelo de desenvolvimento em nosso país.

As entrevistas com Eraldo José de Souza e Edivaldo Pereira de Souza foram feitas por Jean-Pierre Leroy, assessor da FASE. A entrevista com Luiz Dalla Costa foi feita por Maria Estela Moraes. O recorte e a organização do material é da jornalista Consuelo Pamplona.

A notícia

Edivaldo Pereira de Souza, (CUT do Baixo Amazonas, Pará) - No começo não conseguíamos saber o que a Engerio queria com os trabalhos de levantamento e pesquisa. Só obtínhamos respostas superficiais. Só ficamos sabendo que iria ser construída uma "cachoeira" quando um rapaz se recusou a dar entrevista até receber explicações. Depois, durante uma reunião da Comissão de Direitos Humanos de Oriximiná, um técnico da Mineração Rio do Norte contou que a empresa já estava em fase final de pesquisa. Já para saber a reação da população, se seria mansa... Até aí não tínhamos tido



Arquivo Polo Sindical (Petrolândia, PE)

nenhuma informação oficial sobre construção de hidrelétrica.

Luiz Dalla Costa (CRAB) - Alguns professores aqui da faculdade descobriram o projeto de construção da barragem e começaram a discutir com lideranças. Inicialmente o trabalho foi puxado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Com o passar do tempo é que a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) passou a ser de fato a organização dos atingidos. E a Igreja, de articuladora, passou a ter um papel de apoio.

Experiências anteriores

Eraldo José de Souza (Pólo Sindical do Submédio São Francisco) - Nós tínhamos o exemplo de Moxotó, da barragem de Sobradinho, na Bahia. Em função do drama e do desastre que aconteceu com os trabalhadores rurais dessas regiões é que nos organizamos e passamos a alertar sobre a vinda dessa grande barragem que era a barragem de Itaparica. Os trabalhadores de Moxotó e Sobradinho tiveram a terra inundada, e como a direção do sindicato não funcionava, eles perderam tudo e estão até hoje sem ter aonde trabalhar.

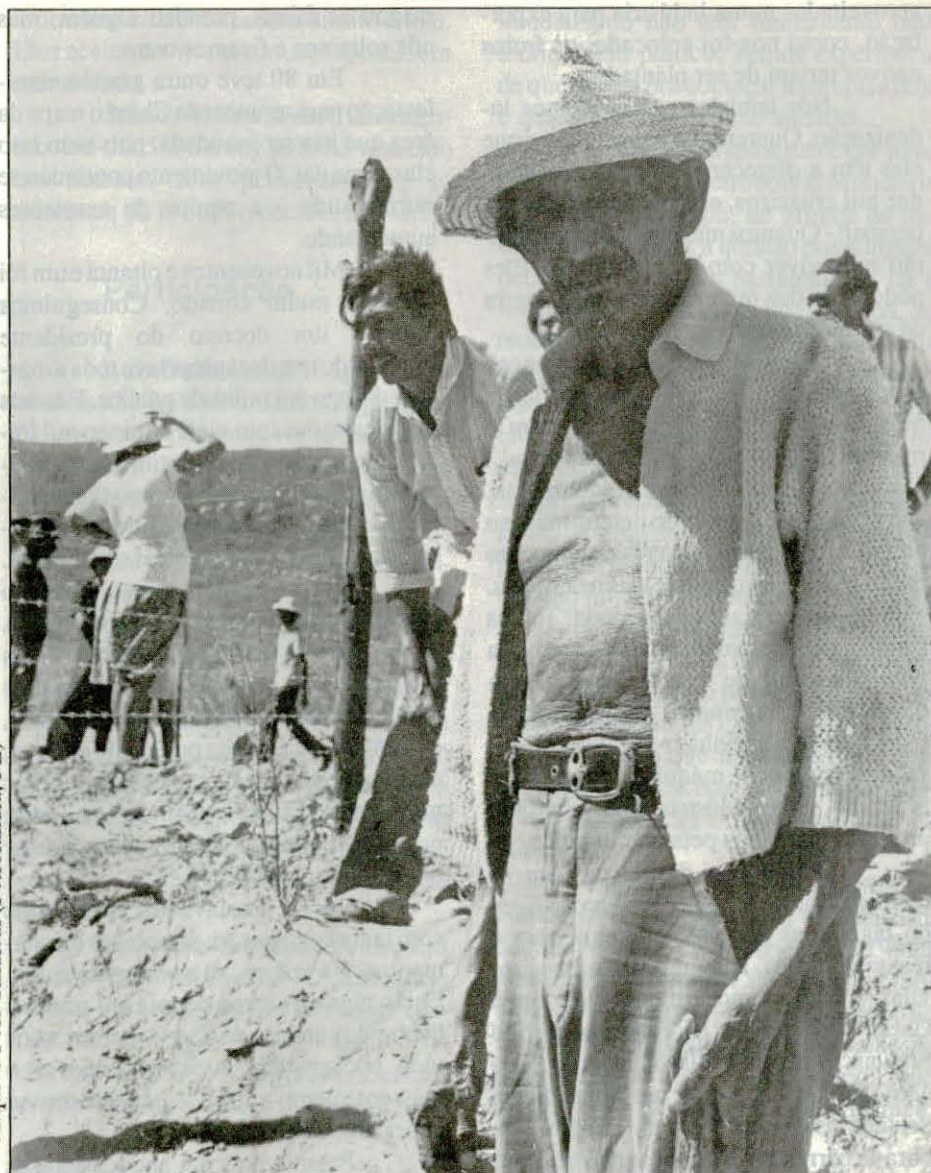
Luiz Dalla Costa - Tivemos o exemplo de Itaipu e também de Itaparica, onde as coisas não deram muito certo. Do pessoal de Itaipu, por exemplo, muitos foram parar no Acre. Em Itaparica, o pessoal só ganhou terra depois que a barragem já estava pronta. E foram para lá sem a irrigação. Isso deu todo o tipo de problema.

Edivaldo P. de Souza - Quando o Governo Federal criou a Reserva Biológica de Trombetas, mais de 60 famílias foram expulsas de uma hora para outra. Tiveram de pegar as trouxas e armar acampamento na beira do rio, com indenizações que nem sequer cobriam as plantações. Então nós pensamos: se o IBDF, que defende a vida e a natureza fez um trabalho desses, imagina como será a Eletronorte!

A posição dos camponeses

Edivaldo P. de Souza - Não somos contra as barragens nem contra o pro-

Arquivo Polo Sindical (Petrolândia, PE)



gresso. Mas desde que venha contribuir com o bem-estar da população local. Essa barragem de Cachoeira Porteira não vai servir a nenhum município da região. Durante dez anos servirá energia elétrica diretamente a Manaus (AM). Depois, segundo o Rima (Relatório de Impacto de Meio Ambiente) haverá uma discussão para ver se a energia poderá ser estendida ao resto dos municípios da região. Se expulsarem o pessoal sem ter onde assentar, ou abrir uma estrada e colocar todo mundo lá pra morrer de fome, sem uma proposta de saúde, educação, então somos contra.

Luiz Dalla Costa - Energia é necessária. Mas é importante saber para quê e para quem. A de Tucuruí, por exemplo, está produzindo cerca de 8 milhões de quilowatts e metade dessa energia está sendo vendida para três

empresas multinacionais a um terço do custo. O megawatt custa 38 dólares, e é vendido entre 10 a 16 dólares. Isso dá um prejuízo ao Brasil, em forma de subsídios para essas empresas, de 1 bilhão de dólares por ano.

Propostas e contrapropostas

Edivaldo P. de Souza - A Eletronorte propôs um assentamento extrativista. Questionamos. A castanha, que tem bastante, está na reserva biológica. Não tem sentido um assentamento deste tipo. Nós propomos um assentamento agrícola. Na região tem cupuaçu, açaí, maracujá. Mas é tudo muito pouco, e dentro da floresta. Para que pudessem ser

aproveitados numa indústria para exportação, como nos foi colocado, os frutos nativos teriam de ser plantados.

Nós também não queremos indenização. Queremos é saber o valor que eles têm a oferecer. Se eles oferecerem dez mil cruzeiros, então vamos falar pro pessoal: - Quantos meses vocês conseguirão sobreviver com esse dinheiro? Eles podem dar dez mil cruzeiros, mas a terra dá a vida de vocês.

Luiz Dalla Costa - No começo propúnhamos a troca de terra por terra. Mas na prática conseguimos também o reassentamento para os "sem-terra". Tivemos dificuldades com a indenização. Queríamos que o atingido determinasse o preço da terra e também o reassentamento para a população que hoje está acampada. Mas isso não conseguimos ainda. Temos também uma proposta ainda não aprovada pela Eletrosul: de que a porcentagem destinada ao pagamento da propriedade (para os que não tinham terra) seja utilizada na compra de máquinas ou na instalação de uma indústria que beneficie produtos plantados pela comunidade.

Eraldo José de Souza - Em 79 reivindicávamos terra por terra na margem do lago. Mas depois evoluímos para o reassentamento. Reivindicamos as agrovilas, e encontramos dificuldades com a Chesf (Companhia Hidrelétrica de São Francisco) nas cláusulas do acordo. Eles não queriam dar terra para quem havia deixado as plantações para trabalhar na obra da barragem. E também não queriam aceitar quem já havia sido indenizado e depois voltou. Começaram a excluir muitos trabalhadores. Reivindicamos também um salário de subsistência para que os trabalhadores não morressem de fome enquanto não tivessem condições de produzir.

Lutas e organização

Eraldo José de Souza - Em 1979, a Chesf derrubou seis casas de trabalhadores sem pagar nada. Como os trabalhadores não aceitaram o valor da proposta, a Chesf conseguiu, do juiz de Petrolândia (PE), uma liminar para derrubar as casas. E fizeram isso. Respondemos com uma grande manifestação. A polícia

rasgou as faixas, prendeu alguém, mas nós soltamos e fizemos o ato.

Em 80 teve outra grande manifestação para arrancar da Chesf o mapa da área que iria ser inundada, pois nem isso ela queria dar. O movimento continuou se estruturando e a equipe de assessores aumentando.

Mil novecentos e oitenta e um foi um ano muito corrido. Conseguimos reverter um decreto do presidente Figueiredo que desapropriava toda a margem do lago por utilidade pública. Fizemos manifestações com mais de cinco mil trabalhadores, um abaixo-assinado, a comissão foi a Brasília e conseguimos esta vitória. Eu sei que nessa história toda passamos a ter um pólo sindical organizado.

Em 82 a Chesf estava retirando cascalho para colocar na barragem. A poeira causava tanto prejuízo às verduras e à saúde das crianças que resolvemos paralisar esse trabalho. Durante 15 dias, enfrentando a ação da polícia de choque, acampamos no local para não deixar tirar mais nada. Cinco trabalhadores foram presos. No final conseguimos negociar um assentamento provisório.

Em 85 já estávamos apavorados com tanta negociação, promessas e documentos. Na prática, só a barragem subia. Então jogamos cerca de seis mil pessoas dentro do canteiro de obras e paralisamos tudo por um dia. Avisamos que se o reassentamento não se concretizasse poderíamos voltar e parar tudo.

Passou mais um ano e as coisas não andavam. E a barragem a todo vapor. Até que no dia 15 de outubro de 1986 decidimos, com os 104 representantes de área, parar aquela barragem. Iria ser no dia 30 de novembro à meia-noite, porque tínhamos a ação da polícia. Passamos a

nos organizar. Arranjamos carne, feijão, milho e arroz. Levamos um caminhão com depósito de água, madeira e ripa para armar as barracas. E um caminhão com lenha. A lenha tinha dois objetivos: além de servir para cozinhar deveria servir também para o caso de nos defendermos de uma ação da polícia, já que não tínhamos armas de fogo. E panfletamos os operários da construção para que não houvesse um confronto entre trabalhador e trabalhador.

No dia 30 de novembro de 86 juntamos todas as coisas, homem, mulher e menino e encostamos para Petrolândia (PE). Mas parecia que até Nosso Senhor estava contra os trabalhadores, porque caiu o maior pé d'água na região. Atolou carro por todo lado e na hora certa o pessoal não chegou. Decidimos que não valia a pena entrar com um pinguinho de gente. Paramos uma parte do pessoal em Petrolândia e voltamos às áreas para buscar mais gente e entrar de dia, já despreocupados do que pudesse acontecer. Nessa altura a polícia já estava informada e mobilizada.

Às três horas da tarde do dia 1º de dezembro de 86 descemos todos organizados para a obra. Éramos umas 800 pessoas. Conseguimos chegar no portão e a polícia estava lá. A primeira coisa que eles falaram foi que fôssemos em um grupo de quatro falar com a direção. Queriam descobrir quem eram as lideranças. Então nós dissemos que todo mundo era liderança, e demos 15 minutos para a direção da Chesf vir falar com a gente. Eles demoraram e sentimos que estavam nos enrolando. Enquanto isso ia chegando mais polícia. Até a polícia de Paulo Afonso, na Bahia, que legalmente não poderia estar lá... Aí nós gritamos "Vamos entrar", e entramos por cima da polícia, corrente e tudo.

Era uma segunda-feira. À noite a polícia tentou desmobilizar o acampamento. Não conseguiram. Ficamos a terça-feira e até aquele momento a Chesf não estava nem aí para o que estava acontecendo. Pensavam que nós estávamos ali só pra sofrer. Decidimos que na quarta paráramos a obra.

Na quarta-feira de manhã a polícia chamou novamente as lideranças do sindicato. Fizeram um belo discurso de intimidação. Com isso conseguiram atrasar nossa investida. Mas reunimos as lide-

**Energia é importante
para quê e para quem?
Metade da energia de
Tucuruí é vendida para
três empresas
multinacionais a um
terço do custo**

ranças e refizemos o esquema em poucos minutos. Anunciamos pelo microfone do acampamento que às três da tarde faríamos uma assembléia para informar sobre o "papo" com a polícia. Depois passamos a orientação para que se almoçasse rápido e às cinco pras três se dirigissem cantando para o local. Quando todo mundo estivesse junto, a gente ia gritar e partir pra obra sem a polícia perceber.

As cozinheiras foram rápidas. Às cinco pras três a música foi ligada. Os trabalhadores foram se levantando das barracas e quando foi três em ponto a gente gritou e partiu em busca da obra.

Vinte minutos depois já estava tudo parado. Os operários, em vez de reagirem, se juntaram à gente cantando... E aí, a polícia acordou. Mas nós já estávamos com a obra sob controle.

A polícia veio desmobilizar. E desta vez um pouco violenta. O capitão perdeu o controle... Mas nessas alturas a gente já estava com o som instalado e a única saída que achamos, inclusive eu, que estava com o microfone na mão, foi de gritar para os trabalhadores que enfrentassem e resistissem ao que acontecesse. Então, fizeram um cordão e a polícia não conseguiu entrar. O capitão tentou discursar, mas os companheiros começaram a cantar e não ouviram.

Quando foi na quinta-feira a diretoria da Chesf desceu todinha de avião e convocou uma reunião. Mas a gente exigiu que eles primeiro retirassem a polícia de perto do pessoal. Por quê? Porque já tínhamos a experiência de 82, quando as lideranças foram negociar em Recife e eles empurraram a polícia pra cima dos trabalhadores.

A diretoria tentou nos convencer de que o prejuízo, dois milhões de cruzados por dia, era muito grande. Mostramos que prejuízo maior era o dos trabalhadores que estavam perdendo toda a sua sobrevivência que era a casa, a terra, o meio de subsistência. Eles ficaram muito *brabos* e a gente se levantou e disse que só negociava com um representante do ministro.

Na sexta-feira chegou o representante do ministro das Minas e Energia. Negociamos um *bocado*, mas chegamos a um impasse na proposta de lote para solteiro maior de 18 anos.

Voltamos para o acampamento com uma batata quente nas mãos. Acabamos cedendo e só os solteiros que

morassem sozinhos teriam direito a lote. Eles aceitaram nossa contraproposta sem retirar nada.

Saímos da obra no dia 6 de dezembro. No dia 5 o Sarney já tinha assinado um decreto. Eles pensavam que só sairíamos de lá com o decreto assinado.

Participação

Luiz Dalla Costa - Lógico que a história não foi assim: íamos lá pedir na Eletrosul e ela boazinha vinha e nos atendia tudo bonitinho. Tivemos oito ou nove anos de luta e até que paralisar as obras.

Aqui na região sempre fomos muito organizados, com lideranças comunitárias. Temos sindicato e organização na Igreja. Mas a estrutura dos atingidos é através da CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens), que é autônoma. Não tem vínculo nem com a Igreja nem com o sindicato. Muitas vezes, o trabalho da Igreja e do sindicato ajudou a formar as comissões de atingidos. Mas em outras vezes, foi o trabalho das comissões que fortaleceu ou criou sindicatos onde não tinha.

Temos muitas reuniões e isso tem um aspecto interessante. O agricultor, quando vai uma primeira vez numa reunião, não consegue decidir muita coisa. Mas depois quando volta, já bravo, critica a visão imediatista. E isso é bom porque o

imediatismo não tem fundamento nem teórico nem prático. Temos experiência de que não dá pra começar uma coisa hoje e querer que ela termine amanhã...

Em 86 resolvemos participar junto com a Eletrosul, Eletrobrás e Ministério das Minas e Energia, de grupos de trabalho para resolver a questão dos atingidos pela construção das barragens de Itá e Machadinho. Mas não adiantou nada. Só recebíamos respostas vazias, nenhuma solução para os problemas e enquanto isso a Eletrosul ia tocando a obra e tentando comprar algumas propriedades no canteiro de obras de Itá. Exigimos a presença do presidente da Eletrosul e nada. Então os atingidos fizeram manifestações, protestos, bloquearam estradas... e foi se criando um clima contrário à Eletrosul.

Em outubro de 86 a única coisa boa que conseguimos foi que o presidente da Eletrosul, cercado por agricultores num clube de Erechim (RS), assinasse um documento dizendo que nenhuma obra seria construída dentro dos rios sem que houvesse indenização e reassentamento da população.

Em julho de 87, numa assembléia com seis mil pessoas, foi tomada a decisão de que os atingidos não mais permitiriam a entrada de qualquer funcionário da Eletrosul para demarcação de terras. E um grupo de agricultores começou a prender operários e funcionários, que construíam a nova cidade de Itá, no meio

Em Oriximiná (PA), população diz não à barragem



Arquivo STR de Oriximiná (PA)

do mato. Alguns até passaram a noite retidos. No dia seguinte os agricultores entregaram o funcionário no escritório da Eletrosul em Erechim. Isso repercutiu muito e criou um certo medo nos próprios funcionários da empresa sobre o que pudesse acontecer caso não fosse apontada uma solução para os atingidos.

A partir daí a situação começou a se inverter. Agora era a Eletrosul que estava com pressa para resolver a questão social. Eles estavam gastando dinheiro, pagando aos funcionários sem que estes pudessem trabalhar. Aí começaram as primeiras reuniões pra valer.

Agora nós estamos vivendo um momento de canalizar toda essa luta para uma organização mais lapidada. A idéia é começar a ter aqui no Brasil toda uma política discutida pelos atingidos por barragens. Uma política que sirva de base para todas as regiões. Que as conquistas de uma área sejam garantidas em forma de lei a outros atingidos em outras áreas.

Edivaldo Pereira de Souza - Um companheiro da CUT de São Paulo mandou pra gente o Relatório de Impacto no Meio Ambiente da barragem de Cachoeira Porteira. Depois disso preparamos um documento para um congresso em Alenquer (PA). Distribuímos este documento para certas entidades, mandamos 650 cópias para o congresso da CUT em Belém e distribuímos aqui no Baixo Amazonas.

Teve também um encontro das comunidades negras do Alto Trombetas, remanescentes dos quilombos. Foi um encontro muito bom, com 1.500 pessoas. Lá serão cerca de 600 famílias atingidas pela barragem. Eles formaram uma associação e estão participando da comissão. Mas tem outros, que foram saindo de suas terras e formando favelas na vila de Cachoeira Porteira. Estes estão muito interessados na construção da hidrelétrica. Eles estão trabalhando na estrada perimetral, sempre dependendo do trabalho das empresas. Eles estão influenciados pelo pessoal da Eletronorte, da Andrade Gutierrez e dos grandes comerciantes de Oriximiná. Teremos um grande trabalho para conscientizá-los de que isso não é bom.

Teve um encontro em Oriximiná no dia 25 de julho de 89, que é o dia dos trabalhadores rurais. Fizemos um debate sério com duzentas e poucas pessoas. Teve a participação do assessor da CUT

O reassentamento é a opção que se tem mostrado mais vantajosa, porque beneficia os "sem-terra"



Arquivo Polo Sindical (Petrolândia, PE)

estadual, o Paulo Roberto, que também é jornalista, o presidente da CUT, Rudimar e o Padre José. Deste debate foi criada a Comissão dos Atingidos pela Barragem do Trombetas. Um representante de cada categoria e um de cada município.

Estamos querendo fazer um trabalho de conscientização. E estamos querendo saber quando as obras irão começar, qual a localização das barragens, dos canteiros, alojamentos. Queremos saber disso para esclarecer a população. Dizer até onde o rio vai subir, quem vai ter que se mudar, quantas pessoas serão transferidas e como e quando essas pessoas serão levadas. Primeiro a gente tem que fazer todo esse levantamento para dar mais suporte à discussão. É em cima disso que a comissão está trabalhando.

Assim que a gente tiver clareza do que vai acontecer e puder passar isso pra massa, temos esperança de que a gente vai impedir a construção dessa barragem.

Apoio

Eraldo José de Souza - Em todos os momentos temos reivindicado à Comissão Pastoral da Terra um apoio político, de participação nos atos e divulgação. Agora, financeiramente, nada. Mas o bispo de Floresta (PE), que é a nossa diocese, é reacionário. Lá tem lugar para hospedagem, mas só fica o pessoal da Chesf ou a polícia. Quando nós queremos fazer reuniões, nem pagando é possível ficar lá. Já no lado da Bahia é diferente. Temos o apoio de D. José Rodrigues, lá de Juazeiro (BA). Chegou até a nos apoiar materialmente, emprestando alguns carros.

Fizemos também contato com sindicatos e associações, em Recife e Salvador. O Crea, entidade dos engenheiros de Pernambuco que fiscaliza as obras, tem-nos ajudado bastante: cederam a estrutura de telex pra gente, tem divulgado notas... O sindicato dos engenheiros, a CUT, o sindicato dos eletricitários

e a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Salvador também têm nos apoiado. A Contag, sempre que solicitada, comparece nos atos.

Em termos de partido político pra nós só existe o PT. O PMDB na região de Petrolândia e Floresta é formado pelos piores do PDS que tinha. O PSB, partido que é até respeitado, no caso de Petrolândia (PE), concorreu às eleições junto com o PDS, que é o pior partido pra nós. E o PDT, que se diz de esquerda, concorre eleições com pessoas que foram do PDS-2 (aqui tinha dois PDS).

O nosso ponto mais fraco é a parte de informação pela imprensa. A gente convidava e eles não apareciam. Uma vez, fizemos um grande ato e quando a imprensa chegou já tinha acabado tudo. Ou então, eles entrevistavam a gente mas não ia nem um minuto na televisão ou no Jornal Nacional. Mas a comitiva da Chesf eles botavam. Sentimos que a imprensa foi nossa adversária, não divulgou a luta, o que poderia ter nos ajudado muito. Temos compensado essa parte negativa recorrendo às entidades. E aí, a imprensa tem estourado mais fora do país, depois é que termina chegando aqui.

Luiz Dalla Costa - A Igreja nunca se colocou contra a organização dos atingidos. Mesmo os que não têm uma visão progressista nunca se colocaram contra as propostas e reivindicações. Eles têm uma posição mais assim, de negociação, menos forte que a nossa. Mas sempre ao lado dos atingidos. Com os líderes sindicais é importante destacar o auxílio à organização, fornecendo estrutura, casa e pessoal para ajudar nas reuniões.

Depois de nove anos de luta com a Eletrosul conseguimos que cada atingido tenha três opções. A primeira é a indenização em dinheiro e com preço determinado por pesquisa de mercado. A segunda é a troca de terra por terra, (opção meio abandonada, porque tanto a indenização como a terceira opção, que é o reassentamento, têm-se mostrado mais vantajosas).

O reassentamento é a opção mais importante porque beneficia os "sem-terra". Eles vão pagar pela terra, mas com um prazo de vinte anos, e somente com uma porcentagem do lucro da safra. E além da terra, conseguimos que a Eletrosul construa casa e galpão com chiqueiro, estrebaria, armazém e depósito para os

implementos. Antes de aceitar o local, analisamos a qualidade do solo. E o mais importante, a construção da barragem só começa quando todos tiverem sido indenizados ou reassentados.

Eraldo José de Souza - Hoje temos 118 agrovilas com trabalhadores recebendo salário enquanto não têm condições para produzir. Mas falta o essencial para a grande vitória, que é a irrigação.

É um grande desafio fazer com que esses projetos dêem certo. Será um primeiro passo para a reforma agrária. Aqui, o trabalhador vai ter 25 hectares de terra, uma casa e uma estrutura de irrigação. Terá condições para produzir. Será uma reforma agrária concreta, e não como essa que o Incra faz, de botar o trabalhador na terra seca e fim de papo.

A luta política

Eraldo José de Souza - Estamos preocupados com novas formas de organização, para que o trabalhador passe a

ver o outro lado da moeda. Queremos que o trabalhador compreenda que não é só lutar pela terra. É necessário saber ter a terra. Saber produzir, se unir mais um com o outro, porque a produção é um grande desafio.

Temos que pensar na questão político-partidária, que é quem impõe as coisas para a gente. Precisamos ocupar os espaços na estrutura política para dar mais suporte aos nossos projetos de irrigação, educação e da luta política do dia-a-dia.

Precisamos continuar essa luta com uma visão de classe. Mudar esse sistema. O sistema ideal para o trabalhador é o socialista. Só que construído na prática, no dia-a-dia, e não no papel e no discurso, que é o que a gente vê muito.

JORNAL MAIORIA FALANTE

PEDIDO DE ASSINATURA (6 exemplares) **Cr\$ 360,00**

Nº Avulso - **Cr\$ 60,00**

UM SERVIÇO DE COMBATE AO RACISMO E À DISCRIMINAÇÃO.

Nome _____
Endereço _____
Cidade _____ UF _____ CEP _____
Profissão _____ Idade _____ Tel.: _____

- ☐ Remeto cheque à Jornal Maioria Falante do Banco _____ cheque nº _____
☐ Remeto recibo de depósito efetuado para Jornal MAIORIA FALANTE,
Banco Bradesco, Ag. 0468/5 Conta nº 122.460-3

DATA _____

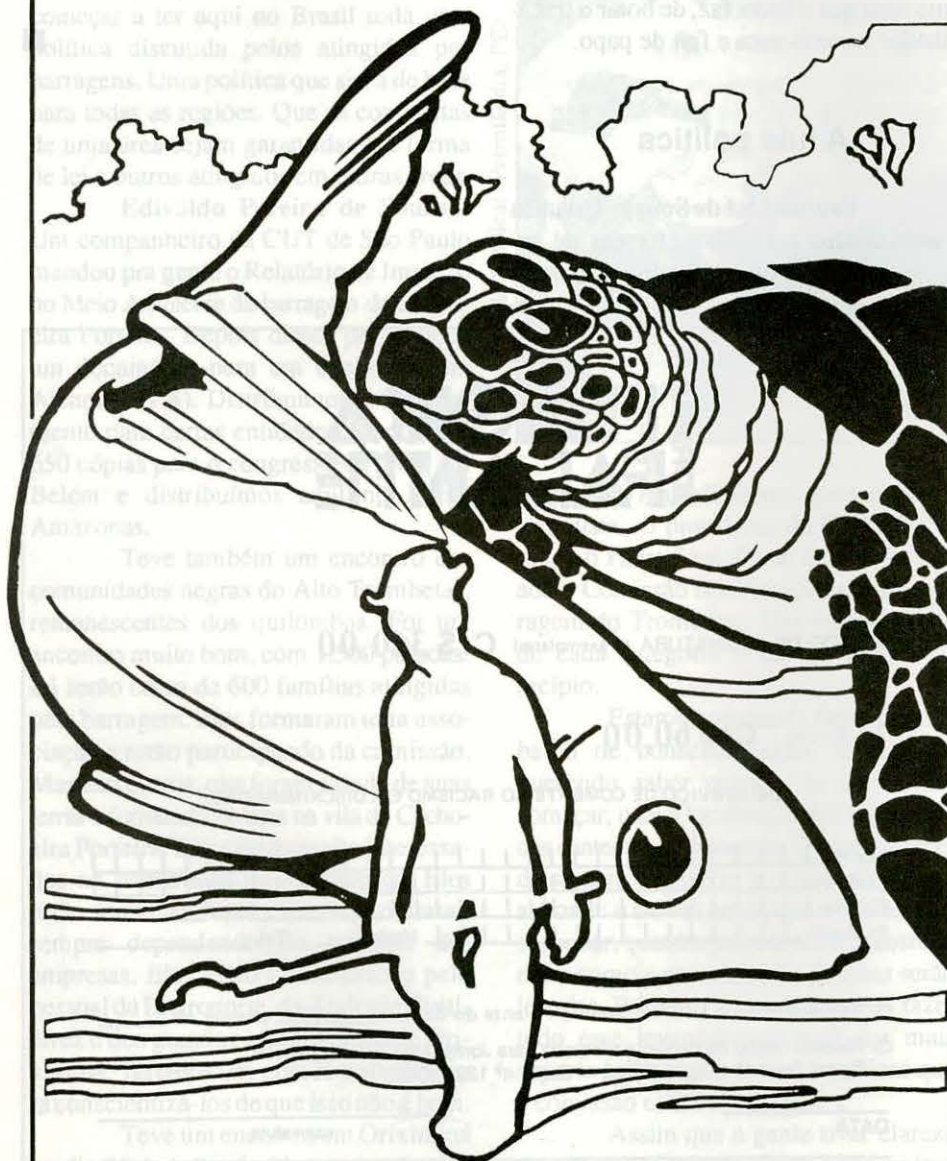
assinatura _____

Rua da Lapa nº 200 s/808 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP 20021 - Tel: (021)252-2302

Meio ambiente

Edivaldo Pereira de Souza - Para que criar uma hidrelétrica no rio Trombetas, dentro de uma área biológica onde tem tabuleiro de tartaruga, criação de tartaruga, criação de peixes...? Pela prática da Eletronorte e da Mineração Rio do Norte, temos receio de que tudo fique poluído.

A natureza é a vida do próprio trabalhador. Nós da CUT e do sindicato entendemos hoje que não é só a luta pela defesa dos salários ou do preço do produto que plantamos. Mas a defesa do meio ambiente. Queremos que todo projeto do governo, principalmente esses grandes que acabam com a flora e a fauna, seja discutido com a classe trabalhadora. Sem as matas, os peixes e os rios nós, trabalhadores, não poderemos sobreviver. Então, a defesa do meio ambiente é uma responsabilidade de todos nós.



AMORIM

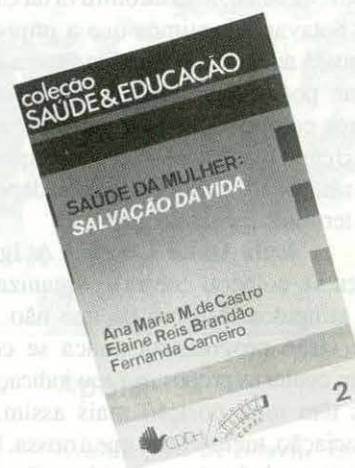
CDDH

Centro de Defesa dos Direitos Humanos

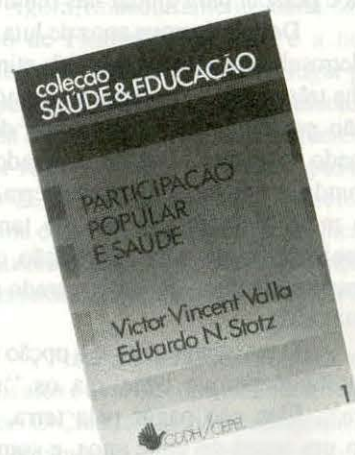
C. Postal 90581 — CEP: 25600
Petrópolis - RJ — TEL.: (0242) 422462

Entidade de assessoria e apoio ao Movimento Popular, cumpre há 10 anos seu compromisso de "servir à vida, em busca de uma sociedade, em que todos possam viver em dignidade e solidariedade."

O CDDH publica em coedição com CEPEL — Centro de Estudos e Pesquisa da Leopoldina a coleção Saúde e Educação.



nº 1 — Saúde da Mulher Salvação da Vida



nº 2 — Participação Popular e Saúde

Os índios e a luta contra as barragens

Leinad Santos e
Lúcia Andrade*

O objetivo deste artigo é dar início a uma reflexão sobre a mobilização dos povos indígenas ante os projetos do setor elétrico, a partir da análise de sua atuação em 1989. A Constituição Federal, promulgada em outubro de 1988, reconheceu aos índios uma prerrogativa a que nenhuma outra categoria de atingidos por barragens tem direito, ao estabelecer que as comunidades precisam ser oficialmente consultadas. Assim, o Artigo 231, em seu parágrafo 3º, determina que "o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos

os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei" (grifo nosso).

A participação oficial do restante da população brasileira dá-se através da discussão do Relatório de Impacto Ambiental (Rima). A elaboração deste estudo é obrigatória na instalação de obras cau-

sadoras de significativa degradação do meio ambiente (Constituição Federal, Art. 225, & 1º, IV), como é o caso dos empreendimentos hidrelétricos. A legislação ambiental prevê a manifestação da população sobre o Rima através de comentários escritos e a participação em audiências públicas (Paulo Affonso Leme Machado, *Direito Ambiental Brasileiro*, Ed. Revista dos Tribunais, 1989).

Desde a promulgação da nova Carta Constitucional não houve ainda ocasião para que as prerrogativas das



comunidades indígenas se efetivassem; um reflexo, sem dúvida, da crise financeira do setor elétrico que se encontra sem condições de iniciar novas obras. O ano de 1989, no entanto, mostrou que os povos indígenas estão dispostos a deixar clara sua opinião sobre as obras programadas antes mesmo da consulta oficial do Congresso. Foi assim que ocorreu com os Kaiapó, que organizaram, no início do ano passado, o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, na cidade da Altamira (Pará).

O Encontro de Altamira

Nos dias 20 a 24 de fevereiro de 1989, os índios ocuparam o cenário nacional e internacional, manifestando seu repúdio à construção das hidrelétricas do Xingu - um projeto da Eletronorte que prevê a implantação de seis barramentos no rio Xingu (Kararaô, Babaquara, Ipixuna, Cokraimoro e Jarina) e um no seu principal afluente, o Irixi. Este complexo hidrelétrico provocaria a inundação de 18.000 km² de florestas tropicais, atingindo o território dos povos Juruna, Xipiaia-Curuaia, Arara, Asurini, Araweté, Parakanã e Kaiapó. Para maiores informações sobre o projeto, cf. Santos, L. & Andrade, L. (Orgs.). *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*, Comissão Pró-Índio de São Paulo, SP, 1988.

Os estudos para a implantação do empreendimento iniciaram-se em 1975 e durante os mais de dez anos de pesquisa que se seguiram, o setor elétrico não se preocupou em consultar, ou mesmo informar, os povos da região do que lhes aconteceria. Assim foi por seus próprios meios que os Kaiapó tomaram conhecimento do projeto e idealizaram o Encontro de Altamira.

A idéia básica do evento era chamar a atenção da opinião pública para a ameaça que se desenhava e exigir do

Os índios souberam usar sua identidade étnica, apreciada facilmente pelos não-índios, para sensibilizar a opinião pública e conseguir apoio político

governo brasileiro esclarecimentos formais. Segundo o entendimento dos índios era necessária uma intervenção urgente antes que o projeto se tornasse mais um fato consumado; afinal, dez anos já haviam passado e o governo não dera qualquer sinal de pretender consultá-los. Os Kaiapó mostraram-se extremamente competentes em concretizar seu objetivo, isto é, transformar o encontro em um fato político marcante, conseguindo mobilizar a imprensa nacional e internacional de forma nunca vista. Como Renato Pereira observou em seu artigo "Poder Kaiapó" (Ciência Hoje, Vol. 9, nº 51, março de 1989: 78-79), o encontro foi concebido dentro de uma estratégia de mídia perfeita. Os organizadores do evento conseguiram reunir temas de forte ressonância simbólica e apelo jornalístico (Amazônia, Xingu, Índios), tendo como contraponto a ameaça de mais um projeto governamental (Pereira, 1989:78). Todos os detalhes foram estrategicamente estabelecidos, desde a escolha do local do encontro - a pequena cidade de Altamira, carregada de simbolismo por encontrar-se em plena Amazônia e próxima ao local previsto para a construção das hidrelétricas - até o comportamento no ginásio de esportes onde se realizou a reunião. Os Kaiapó entravam no local sempre em grupo, ornamentados, dançando e cantando com suas bordunas, numa demonstração de força e exotismo, ideal para as câmeras de tevê e máquinas fotográficas.

Os Kaiapó souberam usar sua identidade étnica - aquela dimensão que pode ser apreciada facilmente pelos não-índios - para sensibilizar a opinião pública e conseguir apoio político. Como coloca

Pereira, tal comportamento "aciona, entre a elite educada dos centros urbanos (histórica aliada da 'causa indígena'), sentimentos guardados com carinho no inconsciente coletivo: ali estão 'índios de verdade', descendentes dos fundadores da nacionalidade, legítimos guardiões das matas brasileiras. Os Kaiapó aprenderam a manipular as representações que esta parcela da sociedade ocidental construiu sobre 'o Índio' e explorar o seu alcance político (op. cit.)."

Junto aos quatrocentos anfitriões Kaiapó, participaram do evento representantes de quarenta povos indígenas das mais diversas regiões do país. Estiveram presentes também membros de organizações não-governamentais brasileiras e internacionais, assim como sete deputados federais. Foram convidados ainda representantes do governo, inclusive o então presidente José Sarney. A Eletronorte enviou ao evento o engenheiro José Antônio Muniz Lopes, célebre por ter-se tornado vítima do facão de Tuíra, e Fernando César Mesquita, naquela ocasião presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, compareceu na qualidade de representante do governo Sarney.

A presença da Eletronorte no encontro parece integrar uma estratégia maior da empresa, que vem procurando construir junto à opinião pública uma imagem de democracia, transparência e preocupação com o meio ambiente, ainda distante da realidade de suas ações. A participação da concessionária concretizou-se na palestra do engenheiro Muniz Lopes e na divulgação de material explicativo. Em seu discurso o representante da Eletronorte defendeu a importância do empreendimento e anunciou a decisão da empresa de não mais utilizar palavras indígenas para nomear hidrelétricas e assim modificar o nome da UHE Kararaô para Belo Monte. O projeto permaneceria exatamente o mesmo, sem chances para discussão de alternativas, mas o nome seria mudado - uma atitude que revela bem a "democracia" do setor elétrico.

O material divulgado pela Eletronorte no encontro data de outubro de 1988. Foi preparado pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A. (CNEC), firma de consultoria responsável pelo estudo de viabilidade da UHE Kararaô. A empresa teve o cuidado de adequar o documento ao clima do encontro, carim-

* Pesquisadoras da Comissão Pró-Índio de São Paulo.

Este artigo integra as atividades de pesquisa do programa "Acompanhamento dos Empreendimentos Hidrelétricos e os Povos Indígenas", da Comissão Pró-Índio de São Paulo, financiado pela Fundação Ford.

bando cada uma de suas 28 páginas com a frase "Proposta para Debate". O estudo intitulado "Usina Hidrelétrica Kararaô. Efeitos e Programas Ambientais: Síntese", foi distribuído prioritariamente à imprensa. Seu objetivo, segundo os autores, era "apresentar à comunidade aspectos importantes da Usina Hidrelétrica Kararaô: suas características principais, as interferências de natureza sócio-econômica e ambiental, bem como os programas propostos para assegurar uma qualidade ambiental adequada na região influenciada pelo empreendimento".

As considerações sobre os programas de recuperação ambiental, no entanto, são tão genéricas que é difícil saber de fato o que a Eletronorte pretende implantar. No que diz respeito aos povos indígenas, a empresa apresenta um "Programa de Regulamentação e Recomposição das Áreas Indígenas", onde menciona apenas a necessidade de "estudos para a proposição de medidas", ou ainda a intenção de preservar a saúde, garantir a manutenção dos territórios e realizar reassentamento da população atingida, sem esclarecer, entretanto, como isto vai ser conseguido. Vale ressaltar que o documento cita, como "parceiros institucionais" da Eletronorte na realização de tal programa, o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e a CPI (Comissão Pró-Índio), sem dar-se ao trabalho de consultar antecipadamente tais entidades. Para uma análise da política ambiental do setor elétrico, cf. Viveiros de Castro, E. & Andrade, L. "Hidrelétricas do Xingu: O Estado Contra as Sociedades Indígenas, in: Santos, L. & Andrade, L. *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*, Comissão Pró-Índio de São Paulo-SP-1988).

Outra organização que teve participação significativa, embora paralela ao encontro, foi a UDR (União Democrática Ruralista) de Altamira. Antes mesmo da realização do evento, a UDR com apoio de comerciantes locais e da prefeitura fundou o Moprok (Movimento Pró-Kararaô) e recolheu na cidade assinaturas para um abaixo-assinado favorável ao projeto hidrelétrico, entregue ao presidente da Eletronorte, Miguel Rodrigues Nunes, em maio de 1989, com 12 mil assinaturas.

No primeiro dia do encontro (29/02), o Moprok organizou manifestação para expressar seu apoio ao empreendi-

mento. Cerca de 5.000 pessoas, em carros e caminhões, desfilaram pela cidade, numa passeata aberta por homens montados em cavalos, que carregavam faixas, com as palavras de ordem do movimento.

As faixas, que abriam a passeata, indicavam e quantificavam a produção agrícola da região. Com este recurso, somado aos cavaleiros com seus chapéus de vaqueiros, o Moprok procurava transmitir a imagem de um movimento rural, ligado à terra e à produção, cujos membros contribuem efetivamente para a economia do país - numa clara contraposição às comunidades indígenas, que vivem praticamente à margem da economia de mercado. Escamoteando, por outro lado, que o Moprok era formado, em grande parte, por membros do setor terciário.

O Moprok ainda utilizou a produção agrícola para justificar a implantação da hidrelétrica, a necessidade do progresso. É impossível negar que os agricultores da região, especialmente os pequenos proprietários que se encontram nas áreas de mais difícil acesso, necessitem de melhores condições para escoar e comercializar sua produção. O que é estranho, porém, é que o atendimento a tais necessidades - assim como às das escolas, dos hospitais e do saneamento básico - esteja associado, ou melhor **condicionado** à construção do projeto.

O raciocínio do Moprok, que é o mesmo do setor elétrico, traz embutida uma chantagem com a população, pois os seus direitos de cidadãos passam a depender da aceitação do projeto governamental. A implantação da hidrelétrica torna-se o único caminho para o atendimento a esses direitos que se transformam em "benefícios" do projeto. Assim, no documento distribuído durante o evento, a empresa finaliza o texto com considerações sobre o futuro da região. No caso da não-construção da usina, a Eletronorte prevê que "a região apresentará condições semelhantes às verificadas hoje", ou seja, um quadro sinistro de "precariedade de apoio às atividades econômicas, particularmente energia elétrica", "decadência de atividades extrativas tradicionais", "exploração econômica predatória dos recursos naturais, sem controle das condições ambientais", "aumento do nível de desemprego", "déficit no atendimento da saúde, edu-

cação, saneamento e transporte público" (Eletronorte/CNEC, 1988:27). Ou seja, não há alternativa para a região, nem mesmo no que tange a demanda de energia elétrica, que poderia ser suprida com a construção de uma linha de transmissão da UHE Tucuruí; mas está só virá, como afirmam os técnicos da Eletronorte, se a UHE Kararaô for implantada.

Assim, o discurso da "inserção regional", empregado pelo setor elétrico nos últimos anos, que procura transmitir uma imagem democrática de preocupação com as necessidades locais, de fato traz embutida a "lógica da chantagem" - especialmente necessária em casos como o da UHE Kararaô, um projeto cujo objetivo não é atender a demanda de Altamira, mas os mercados do Nordeste e do Sudeste do país.

Os membros do Moprok não se esqueceram nem mesmo do discurso ecológico, em sua passeata, que trazia faixas com dizeres como: "Kararaô também é ecologia, com progresso e energia", "Somos pela ecologia com progresso e energia", "Saúdamos os ecologistas, mas precisamos de progresso e energia", "A ecologia não pode impedir o progresso de nossa cidade". Estas palavras de ordem procuravam transmitir a mensagem de que é possível harmonizar ecologia com a construção de hidrelétricas. Como colocou Copobianco, em sua análise sobre a questão, o Moprok, ao invés de aprofundar a discussão, buscou um meio termo inusitado: "a usina ecológica" ("O Movimento Ecológico e o Exercício da Cidadania"; in: "Ecologia e Meio Ambiente", revista *São Paulo em perspectiva*, vol. 3, nº 4, outubro/dezembro, 1989: 13-17). Cabe observar ainda que, apesar desta tentativa de unir as duas preocupações, estava muito claro que um dos pólos era prioritário para o Moprok. A preservação ambiental é considerada viável desde que não comprometa o progresso; como diz explicitamente a faixa: "A ecologia não pode impedir o progresso de nossa cidade".

A manifestação do Moprok recebeu grande destaque na imprensa. Na ocasião, chegou-se a questionar os números apresentados pelos jornais: de 5.000 a 15.000 pessoas, exagerado na opinião de muitos que assistiram à passeata.

Altamira foi palco ainda de outra manifestação: um ato público contra a

barragem, que, no entanto, não mereceu a mesma cobertura da mídia. Realizado num dos bairros mais pobres de Altamira, a Vila Brasília, o ato reuniu 4.000 participantes, tendo sido promovido por organizações do movimento popular da região, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira, a União dos Estudantes de Altamira e a Comissão Pastoral da Terra.

Se a manifestação da população de Altamira contra a usina teve pouca repercussão na mídia ainda outro acontecimento importante - a fundação da Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu (Cracohx) - passou completamente despercebido. A criação desta Comissão foi decidida no I Encontro Regional dos Trabalhadores Atingidos pelo Projeto Hidrelétrico do Xingu, realizado nos dias 17 e 18 de fevereiro de 1989, em Altamira, o qual contou com a participação de representantes de dezenove entidades paraenses, além da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), do Rio Grande do Sul, e da Comissão Pró-Índio de São Paulo. Embora tenha ocorrido na mesma época do Encontro dos Povos Indígenas, esta reunião seguia uma lógica própria, integrando o programa de preparação para o Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, realizado, em abril de 1989, pelo Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT-Nacional e pela CRAB.

A Cracohx foi criada com o objetivo de atuar localmente, articulando a luta dos atingidos. Tendo à frente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira a Comissão assume um caráter sindical, congregando ainda o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medicilândia, mas abrindo espaço na sua coordenação também para a Associação dos Moradores do Bairro de Vila Brasília, a Associação dos Trabalhadores Organizados de Vila Vitória e a CPT de Altamira. Hoje, a Cracohx já tem um ano de existência e, em todo esse período, seus membros trabalharam ativamente, visitando as diversas comunidades da região para discutir a questão.

Foram exibidos vídeos, divulgadas cartilhas e organizados debates nos travessões da Transamazônica, nos lotes ribeirinhos da Volta Grande, nos garimpos e nas vilas rurais. A Cracohx esteve presente também em encontros e assem-

bléias da região para divulgar entre os diversos setores organizados o projeto hidrelétrico e a problemática dos atingidos. O fruto desse trabalho pode ser verificado, por exemplo, no movimento dos trabalhadores da Transamazônica, que inclui na sua pauta de reivindicações o linhão de Tucuruí, exigindo que ele seja destinado à eletrificação rural. Esta reivindicação é uma peça estratégica importante, pois é uma forma de escapar à mencionada chantagem do setor elétrico, exigindo que a instalação dessa infraestrutura deixe de estar condicionada à UHE Kararaô. Esta reivindicação toca ainda numa questão de fundo, pois traz em si um questionamento das prioridades

sentantes dos povos Curuaia, Asuriní do Xingu e Arara. Embora significativa, esta participação ainda está longe de refletir uma aliança estruturada entre os índios e não-índios ameaçados pela hidrelétrica. Talvez a principal dificuldade enfrentada pela Cracohx em sua tentativa de construir essa articulação esteja no fato de os povos indígenas daquela região não se encontrarem estruturados em entidades, nem tampouco manterem qualquer relação com o movimento indígena organizado; há, assim, uma dificuldade em encontrar interlocutores.

Esta realidade dos povos indígenas do Xingu parece, à primeira vista, contraditória à imagem de força e organização

Fevereiro de 1989:
encontro em Altamira



Altair Paixão/CEDI

do setor elétrico, norteadas para o atendimento dos grandes mercados consumidores em detrimento, por exemplo, da demanda da população rural. Ao que parece, o movimento dos atingidos de Altamira já percebeu que participação democrática é mais do que discutir indenizações ou reassentamentos; é ter voz presente no momento de traçar as **prioridades** e os programas de longo prazo.

No desenvolvimento de seu trabalho, a Cracohx tem procurado ainda articular-se com as comunidades indígenas da região, notadamente aquela população que reside na cidade de Altamira. Assim, no II Encontro estiveram presentes repre-

transmitida durante o encontro de fevereiro. Talvez este seja o grande paradoxo do evento: apesar de ele ter alcançado sucesso absoluto na sua proposta de criar um fato político, seu saldo para a organização interna do movimento indígena foi relativamente pequeno.

O encontro foi um evento basicamente para os de fora, isto é, concebido numa estratégia para sensibilizar a opinião pública. Esta concepção estava presente na organização interna da reunião, constituída unicamente de sessões plenárias e discursos públicos, não havendo na programação oficial espaço para uma reflexão mais aprofundada da questão.

De outro lado, a proposta do encontro não contemplava o planejamento de ações futuras, restringindo-se a marcar a rejeição ao projeto. Desta forma, não foi aprovada qualquer proposta para a continuidade da luta.

Assim, se no mês de fevereiro os índios tomaram a frente da luta contra as hidrelétricas do Xingu, após a realização do encontro foi a Cracohx que assumiu esta tarefa. Fica assim para o movimento indígena a questão da continuidade da luta, que terá de ser enfrentada no momento em que a Eletronorte retomar os estudos da UHE Kararaô (atual UHE Belo Monte).

Os Gavião da Montanha e a hidrelétrica de Tucuruí

O ano de 1988 assistiu não apenas ao protesto ante as obras programadas, mas também “à tentativa dos índios para resolver questões pendentes. Assim, no mês de setembro, os Gavião da Montanha retomaram uma antiga luta contra a Eletronorte, ingressando com uma ação na Justiça Federal, em Belém.

A comunidade Gavião da Montanha vem enfrentando as pressões da Eletronorte, desde 1975, quando tiveram início os trabalhos de campo para a implantação da UHE Tucuruí. O território desta comunidade localizava-se na margem direita do rio Tocantins e foi ocupado pelas obras da usina. Cerca de 60% a 70% da área foram invadidos pela Eletronorte, que construiu no local estradas e torres de transmissão, retirou areia para os trabalhos de construção e provocou ainda a inundação parcial do território.

Embora a área da Montanha tivesse sido legalmente concebida aos Gavião em 1945, através de um decreto estadual, a Eletronorte recusou-se durante todos estes anos a reconhecer aquele território como área indígena. Neste processo, contou com a ajuda da Funai, que promoveu, em 1977, a transferência do grupo para a Reserva Indígena Mãe Maria, habitada por outra comunidade Gavião. Na ocasião, os índios foram indenizados unicamente por suas benfeitorias, desconhecendo a Eletronorte o direito dos Ga-

vião à área que ocupavam.

Apesar da remoção compulsória, parte dos Gavião retornou à área da Montanha na tentativa de reocupá-la e, ao mesmo tempo, forçar a Eletronorte a ressarcir a comunidade pelo uso de suas terras. No início de janeiro de 1984, após sete anos de negociações, os Gavião conseguem receber da Eletronorte uma indenização de 50 milhões de cruzeiros. Foram, no entanto, obrigados a abandonar definitivamente seu território.

A ação que a comunidade Gavião da Montanha moveu contra a Eletronorte pede a anulação dos atos da empresa, ou seja, a revisão de todo o processo, sob a argumentação de sua ilegalidade. A ação aponta os seguintes atos nulos da Eletronorte:

- a remoção dos índios foi realizada sem o decreto presidencial de intervenção, imprescindível segundo o Artigo 20, da Lei 6001/73;
- a aquisição das benfeitorias dos

O QUE SÃO AS HIDRELÉTRICAS DO XINGU ?

**O que vai acontecer com o povo
aqui da região ?**



**A articulação entre
índios e não-índios
contra as hidrelétricas
do Xingu está apenas
começando**

Gavião, em 1977, não transfere o direito de posse dos índios à Eletronorte, como a empresa quis fazer valer;

• e, finalmente, considera-se nulo também o negócio jurídico realizado entre os índios e a Eletronorte em 1984, quando estes receberam a mencionada indenização de 50 milhões de cruzeiros. Na ocasião, os Gavião foram levados a assinar uma escritura pública de cessão e transferência de direitos, um procedimento totalmente irregular, uma vez que a Constituição brasileira estabelece que as terras ocupadas pelos índios são intransferíveis e indisponíveis. De outro lado, a Eletronorte omitiu-se ao cumprimento do Artigo 20 da Lei 6001/73, que estabelece que, nestes casos, os índios devem ser transferidos para área equivalente à anterior, inclusive quanto às condições ecológicas. Alegando não existir área semelhante na região, a empresa ofereceu a indenização em espécie. Tal afirmação, porém, carecia de verdade, tanto que os Gavião chegaram a apresentar uma proposta neste sentido, indicando a área que poderia ser utilizada para este fim.

A ação propõe, assim, que sejam declarados nulos os atos que visaram transferir a posse dos índios Gavião sobre a terra indígena para a Eletronorte e que a área em questão seja devolvida à comunidade. Caso isto seja impossível - como de fato o é, pois o território encontra-se ocupado pela obra e parcialmente submergido pelas águas do reservatório - propõe-se a aquisição pela Eletronorte de área de igual tamanho e condições ambientais.

A ação deu entrada na Justiça Federal, em 11 de setembro. A Eletronorte já foi citada e entre março e abril de 1990 deveria responder ao juiz. Este processo é extremamente significativo para a luta dos povos indígenas ante os projetos hidrelétricos, não apenas por exigir o reparo de uma injustiça cometida contra os Gavião da Montanha, mas por questionar a política do setor elétrico ante as comunidades atingidas por seus empreendimentos. As concessionárias de energia vêm se tornando especialistas em criar “programas de apoio aos índios”, instituindo projetos de educação e saúde como forma de indenizá-los pelos prejuízos advindos da construção das usinas. Como já se observou alhures (Viveiros de Castro & Andrade, 1988), o caráter compen-

satório de tais programas é bastante questionável, uma vez que institui uma assistência a que os índios teriam direito de qualquer forma, por lei. Tem-se aqui um processo semelhante ao que ocorre com a população de Altamira, cujos direitos à saúde, educação, só passam a valer caso o projeto seja implantado.

De outro lado, esta política escamoteia o principal prejuízo: a perda do território, ainda que parcial. A ação dos Gavião, ao exigir indenização em terra, retoma o verdadeiro eixo da questão. A integridade do território é essencial para a vida dos povos indígenas e, assim sendo, as perdas provocadas pelos projetos hidrelétricos atingem de maneira irreparável a sua sobrevivência física, assim como sua autonomia sócio-cultural. O que se vê, no caso da instalação das usinas hidrelétricas, é, mais uma vez, a liberação dos territórios indígenas para o avanço do capital.

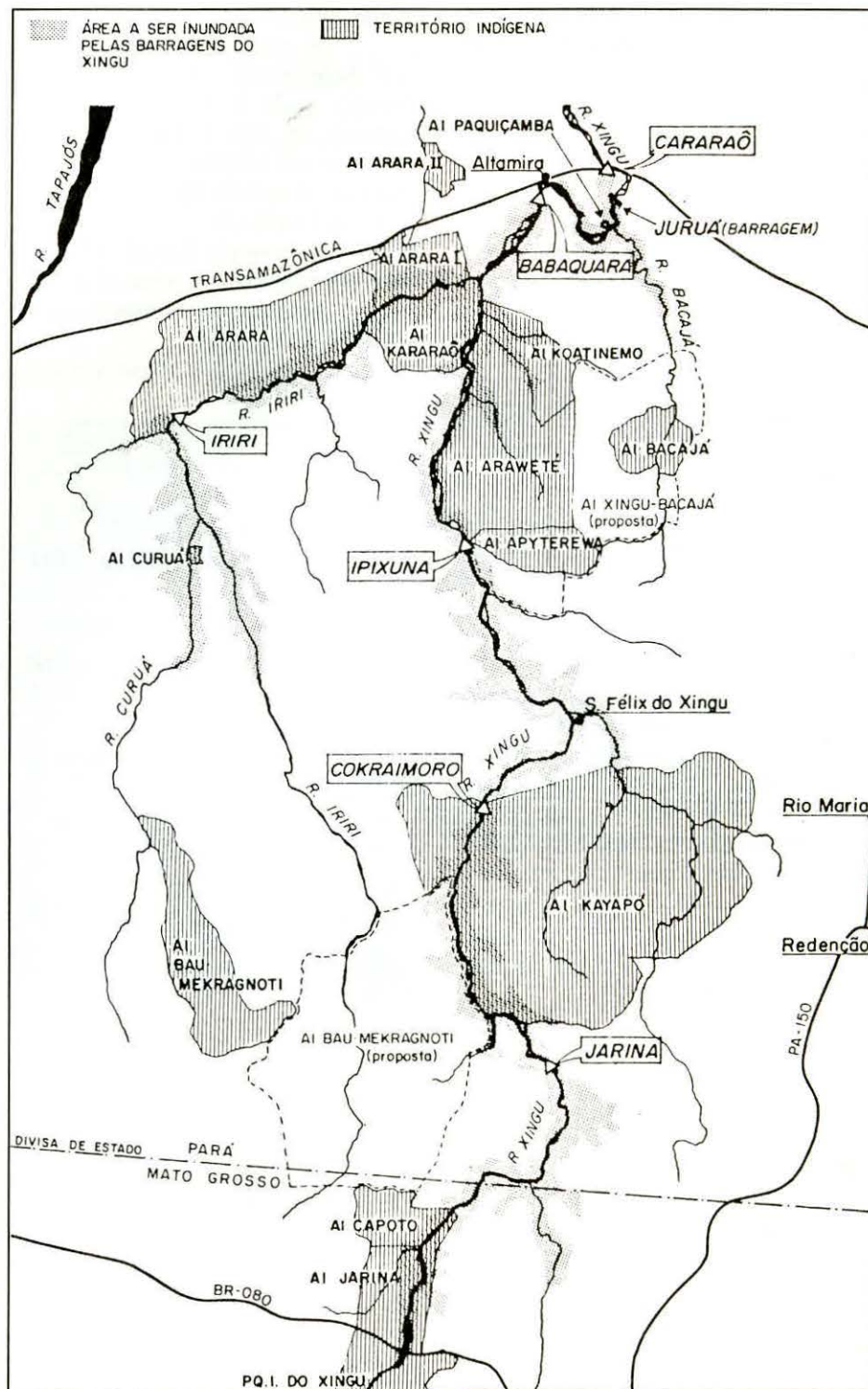
Ao retomar sua antiga luta, os Gavião alertam o setor elétrico de que medidas que se proponham verdadeiramente compensatórias implicam restituição dos territórios e não sua transformação em valores monetários ou programas de assistência.

Hidrelétrica privada

O programa de incentivo à participação da iniciativa privada no setor elétrico, desenvolvido pelo governo federal mais recentemente, trouxe suas primeiras consequências para os povos indígenas já em 1989. A primeira obra do "Programa de Suprimento de Energia Elétrica a Sistemas Isolados pela Iniciativa Privada" é a hidrelétrica Doze de Outubro, que incidirá sobre o território dos índios Nambiquara, localizado no Estado de Mato Grosso, na divisa com Rondônia.

É a primeira vez que um projeto prevê a construção de uma usina dentro dos limites de um território indígena. Não só o canteiro de obras estará localizado no interior da área, mas também a casa de força, o que implicará presença permanente dos operadores da hidrelétrica na reserva. Estão previstas ainda a implantação de estradas de acesso e a inundação de 4,4 ha da área indígena Nambiquara.

A integridade do território é essencial para a vida dos povos indígenas. As perdas provocadas pelas hidrelétricas atingem de maneira irrecuperável a sobrevivência indígena



O empreendimento de responsabilidade do Grupo Góes-Cohabita Construções S/A gerará 12MW, destinados à cidade de Vilhena, em Rondônia. Os estudos para instalação da usina já tiveram início, e o Rima da obra encontra-se na Fundação do Meio Ambiente, em Cuiabá (MT), para a apreciação.

Embora ainda em fase de estudos, o empreendimento já começou a gerar os primeiros efeitos perversos para os Nambiquara. A comunidade teve de conviver durante três meses com a presença de 58 técnicos contratados pela Góes-Cohabita. Estes funcionários, devidamente autorizados pela Funai, realizaram neste período investigações geológicas e levantamentos hidrológicos. Tais estudos implicaram desmatamento da reserva, abertura de picadas, perfurações no solo e ainda permanência dos técnicos no interior da área, abrigados num acampamento próximo do rio Doze de Outubro.

Esta primeira experiência já serviu para que os índios se colocassem contra a realização da obra. Em 8 de novembro, uma delegação de oito Nambiquara esteve em Brasília para protestar contra o projeto e pedir o apoio do Ministério Público, que, a partir da nova Constituição, passou a ter entre as suas atribuições a tarefa de defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas (Art. 129 - V).

Externando claramente sua opinião, os Nambiquara, como os Kaiapó, não esperaram pela consulta oficial para manifestar sua oposição ao projeto e saíram em busca de apoio político. Com esta atitude, os Nambiquara trouxeram à tona uma questão importante, que terá ainda de ser regulamentada em lei: a forma e o momento em que as comunidades indígenas deverão ser consultadas.

Segundo o entendimento da Funai e do setor elétrico, que vigorou nos encaminhamentos relativos à UHE Doze de Outubro, os índios só deverão ser ouvidos na etapa final dos estudos, após, inclusive, a aprovação do Rima; ou seja, quando o projeto for praticamente um fato consumado. Ainda segundo esta visão, para a realização dos estudos de viabilidade, basta a autorização da Funai, sem necessidade de levar o caso ao Congresso.

Esta visão dos órgãos governamentais procura desconhecer o fato de os estudos já implicarem conseqüências ne-

O desafio hoje é a construção de uma posição do movimento indígena ante a política energética que gera todos esses projetos



AMORIM

fastas para as comunidades indígenas, como bem demonstra o caso da UHE Doze de Outubro. De outro lado, tem-se que tais investigações são parte imprescindível do processo de instalação das usinas. Constituem-se na primeira etapa para o aproveitamento dos potenciais energéticos e neste sentido carecem de autorização do Congresso para a sua execução.

Outro ponto importante diz respeito à forma como será realizada a consulta às comunidades indígenas. No caso da UHE Doze de Outubro, a interpretação que parece vigorar é a de que a empresa e a Funai deverão recolher a opinião dos índios e transmiti-la ao Congresso. Esta

interpretação, no entanto, vai contra o que determina a Constituição, pois, ao estabelecer um intermediário, cria, na verdade, um entrave à livre manifestação da vontade dos índios junto aos congressistas. O que demonstraram os Kaiapó ao convidar deputados federais para o Encontro de Altamira foi o interesse e a capacidade de tratar diretamente com o Congresso.

O parágrafo terceiro do Artigo 231 da Constituição Federal, como dissemos, ainda deverá ser regulamentado por lei. O caso da UHE Doze de Outubro vem constituindo-se, porém, no primeiro grande teste à nova Constituição. Até o momento, a interpretação da Funai, que se julga competente para autorizar a realização dos estudos, foi a que vigorou. Veremos agora, em 1990, se o movimento indígena conseguirá reverter a situação. Os Nambiquara, ao procurarem o Ministério Público em dezembro, já deram o primeiro passo neste sentido.

O que se viu em 1989 foi, portanto, a presença pontual das comunidades indígenas, procurando manifestar sua opinião e intervir nos planos do setor elétrico. A mobilização deu-se ainda na fase dos estudos de viabilidade das obras, demonstrando que os índios não estão dispostos a aceitar planos como fatos consumados. No ano passado também foi possível aos Gavião contestar antigos "acordos" impostos pela Eletronorte e retomar um caso considerado encerrado pelo setor elétrico.

O quadro apresentado neste artigo evidencia também que a atuação dos índios deu-se em situações de enfrentamento bastante isoladas umas das outras, tendo sido norteadas por projetos específicos. Assim, o desafio que se coloca hoje para as organizações indígenas é a articulação desta luta. Isto implica, sem dúvida, a construção de uma posição do movimento indígena ante a política energética mais ampla, que gera todos estes projetos. Isto significa sair da perspectiva dos casos isolados e pensar nacionalmente a questão. É este passo que os atingidos não-índios procuram dar, em 1989, com a criação da Comissão Nacional Provisória de Trabalhadores Atingidos por Barragens. Cientes dos limites das ações localizadas, os atingidos procuram agora formas de enfrentar a política maior do setor elétrico e exigir sua revisão.

Lutas de resistência ou lutas por um novo modelo de sociedade?

•
Aurélio Vianna*
Jean-Pierre Leroy**
Ricardo Tavares***

Quando no início da década de 1980 o término do Movimento Justiça e Terra dos expropriados da hidrelétrica de Itaipu se anunciava, parecia que o movimento dos atingidos tinha acabado, por não ter capacidade de se manter ao longo dos anos. O Movimento de Itaipu acabou, mas antes de seu fim já começava o dos atingidos na bacia do rio Uruguai, e depois o dos colonos de Capanema, dos camponeses de Itaparica, dos ribeirinhos de Tucuruí e muitos outros. Assim, apesar da luta dos atingidos ter acabado em uma região, continuou em outras.

O que em Itaipu e Itaparica foi uma resposta a uma situação de fato, passou a se articular antes da construção das barragens, como na bacia do rio Uruguai, em Capanema, nas hidrelétricas do Xingu. Como o tempo de implantação das hidrelétricas é relativamente longo (de 5 a 10 anos a partir dos estudos de viabilidade), resultaram articulações que conseguiram permanecer por muitos anos. Quanto maior o sucesso do movimento, mais tempo de atraso na implantação da hidrelétrica e, já em alguns casos, o cancelamento definitivo da construção.

Os movimentos foram se consolidando em resposta à política agressiva do governo de construção de mais de 160 grandes hidrelétricas até o ano 2010 (o chamado Plano 2010 da Eletrobrás), surgindo em quase todas as principais bacias hidrográficas, levando a um "pipocar" de resistência de camponeses em todo o país.

A permanência no tempo, a generalização do movimento, o inimigo comum identificado nas empresas estatais do setor elétrico (Eletrobrás, Furnas, Eletrosul, Chesf, Eletronorte, Cesp e outras), exigiram uma maior institucionalização do movimento em articulações regionais.

Depois de anos de lutas a Comissão Regional de Atingidos por Barragens - CRAB, o Pólo Sindical do Submédio São Francisco e outros, passaram a ser reconhecidos como interlocutores pelo Estado. E, mais recentemente, a Comissão Nacional Provisória passou a articular os movimentos regionais em um movimento nacional.

Energia e sociedade

O significado político dessa luta não pode ser reduzido à luta de resistência para permanecer na terra ou à obtenção de uma boa indenização que possibilite a compra de terra ou mesmo reassentamento. A luta dos atingidos contém elementos de defesa de um modo de vida e de uma relação econômico-cultural com o espaço ambiental, ancorados na manutenção de valores e relações sociais que não podem ser "realocados". Nos casos concretos em que os movimentos continuam após a construção das hidrelétricas, as exigências são de "reconstrução" de seu modo de vida, ou melhor, de construção de um novo modo de vida, porém mantendo uma relação integrada das famílias e das comunidades com o espaço e o ambiente. Nos reassentamentos se coloca, também, a

* Antropólogo, assessor do Programa Movimento Camponês/Igrejas do CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação).

** Educador, membro do Setor de Pesquisas e Debates (Sepede) da FASE.

*** Editor de proposta e assessor da FASE.



luta pelas condições de produção e reprodução social.

É neste sentido que a luta dos atingidos amplia e coloca num outro patamar a questão da reforma agrária. Pois essa passa a ser entendida não só como luta pela terra mas luta pela manutenção/organização de um espaço rural integrado e harmonioso, em que inclusive são implicados e portanto tornam-se atores da reforma agrária os moradores das vilas e cidades, os comerciantes, os prestadores de serviço, as pequenas indústrias locais, etc.

Se a luta pela reforma agrária em muitos movimentos é articulada politicamente a questões urbanas, desemprego, inchamento das sociedades etc., a luta dos atingidos amplia essa articulação. Ao questionar as grandes barragens, se questionam o padrão de consumo energético e a política econômica urbano-industrial. Que alternativas energéticas estão sendo trabalhadas? Que prioridades são dadas à produção industrial e ao consumo? Não deve se pensar uma sociedade menos consumista, menos devoradora de energia? Esse questionamento feito aos planejadores e pesquisadores, aos sindicatos operários e dos trabalhadores na área de energia, etc., mas também à população urbana em geral os obriga - ou deveria - um repensar o campo brasileiro com outros olhos; não como um terreno "vazio" a retalar pela mineração, barragens, vias de comunicação, etc., em proveito do modelo de desenvolvimento dominante mas como um espaço ocupado por populações com quem precisam dialogar. Ao querer apagar no mapa populações camponesas, as classes dominantes urbano-agroindustriais se vêem confrontadas com a questão da reforma agrária que não se dá mais então no velho embate com o latifúndio. E as classes trabalhadoras se vêem forçadas (por esse ponto comum que é a energia) a se aproximar da reforma agrária.

Processo educativo

No movimento no sudoeste do Paraná, por ter-se desenvolvido numa área onde a Igreja tem uma forte presença e por ter sido um dos primeiros movimentos contra barragens, os agentes de pas-

O modo de vida e a relação com a natureza não são "realocáveis"

toral presentes junto a ele usavam o método oriundo das ações católicas: ver, julgar, agir. Mas a antecedência da observação em relação à ação introduzia um elemento de exterioridade, de suspensão do tempo que não era condizente com a premência da ameaça a exigir ação imediata. Sem falar na separação do ver e do julgar, como se o olhar não fosse dirigido, orientado por alguma hipótese; e do ver e do agir, como se o agir dos atores sociais e dos próprios observadores não fossem elementos centrais da observação.

Por isso, rapidamente estabeleceu-se no processo educativo dos movimentos, a preeminência do agir: "aprendendo no processo. O caminho se faz caminhando...". Este modelo educativo: prática-teoria-prática encontra a sua plena afirmação na experiência de Itaparica. O próprio artigo, porém, leva a relativizar, ou melhor, complexificar esse modelo. Pois enunciar primeiro a prática (a experimentação) poderia levar a negar um conhecimento anterior acumulado e evidentemente transmitido, que explícita ou implicitamente é usado na condução da ação. Poderia acabar, como acabou de fato com frequência, numa sobrevalorização do saber popular como guia único da prática e numa negação do saber intelectual acumulado.

O momento da teoria afirmado nestas condições acaba sendo bastante pobre por surgir de uma prática na qual não se explicitam os elementos teóricos que a sustentam ou por não conseguir articular/integrar teoria e prática, já que se justapõem linearmente a ambas. O artigo sobre Itaparica tenta de fato superar essa dicotomia quando diz que "aliava-se conhecimentos técnicos com o saber popular dos trabalhadores" ou que se valorizava o conhecimento do povo mas se fazia "a crítica a esse saber nos momentos em que era necessário".

Em outras situações concretas, como por exemplo no Alto Uruguai (RS) vislumbra-se todo um processo de trans-

missão de conhecimento e de informações sobre questões tais como a política energética e o meio ambiente, através de dias de estudos e assembleias, seminários, das comunidades até fóruns internacionais, que alimentam a ação, problematizando e instrumentalizando-a.

O processo educativo neste caso não se encerra na prática imediata, empírica dos atingidos. Até porque, ao tentar expropriá-los, os empreendedores de barragens expropriam o seu saber, tanto seu saber social e político (a sua arte de viver e se relacionar no seu espaço tradicional) quanto seu saber técnico de produtores agrícolas, pescadores etc. A "porta de entrada" para o processo de teorização não é esse saber mas a prática social experimentada pelos atingidos justamente num momento de ruptura, de vazio (entre a sua vida anterior de "não-atingido" e uma vida futura de pequenos produtores confirmados no seu território e no seu papel econômico-social, ou reassentados).

Essa prática social, em que se confrontam com várias dimensões do Estado, com o planejamento regional, com a legislação, com a política e o modelo energético, com empreiteiras, etc., os leva a uma elaboração intelectual coletiva.

Isto credencia o movimento como interlocutor indispensável na discussão de definição não só do destino dos atingidos mas do projeto de sociedade procurado pelas forças progressistas do país.

As assessorias

Ao longo desse processo, as assessorias têm um papel relevante. Pois os camponeses se organizam e lutam contra um adversário que planeja em longo prazo (de 5 a 30 anos!), contrata consultorias em todas as áreas, forma a opinião pública na defesa de um tipo de progresso e controla a informação. Controla e esconde pois, mesmo com a garantia constitucional do acesso à informação, informações estratégicas continuam sendo não democratizadas pelo setor elétrico. Em vários casos, o acesso ao Relatório de Impacto Ambiental - Rima - foi negado aos movimentos enquanto deveria ser discutido em audiência pública. Se em outros movimentos a informação técnica não é fundamental, nesta luta contra barragens é imprescindível. Existe uma hidrelétrica

planejada? Quando será construída? Até onde alagará? Para que esta energia? O que será da terra dos camponeses? O clima será alterado? São algumas das questões que o setor elétrico não socializa.

Dá o papel relevante da assessoria. Além disso, a linguagem técnica não permite o entendimento do que realmente está planejado. Como entender o que está sendo dito pelo setor elétrico (cota, eixo de barramento, mitigação de impactos, etc.)? Assim, a assessoria tem destacado papel na informação, levar a (má) notícia do planejamento da construção de uma hidrelétrica, e mais, num momento inicial, efetuar a tradução desta linguagem "técnica" do setor elétrico e, posteriormente, introduzir esta nova linguagem no vocabulário dos camponeses.

Outro momento importante de participação da assessoria se dá na hora em que os movimentos procuram transformar a sua resistência em propostas que afetam por exemplo o plano energético nacional, o planejamento regional, a legislação estatal, as políticas agrícolas. O assessor tem então o papel delicado de introdutor a um universo político-técnico novo para os camponeses e de mediador entre esses dois universos, com suas forças, cultura e racionalidade próprias. É uma tarefa delicada pois implica o risco de dar uma direção subliminar ao movimento. Porém, o exemplo da CRAB mostra que, se o movimento for amadurecido, a assessoria encontra o seu lugar dialogal e a sua contribuição.

Na questão da informação, a participação de técnicos e funcionários do setor elétrico pode também ser importante para os movimentos. Além dos dirigentes das empresas estatais e privadas envolvidas no planejamento e construção de hidrelétricas, muitos funcionários têm acesso às informações "sigilosas". Esses funcionários em alguns casos podem repassar estas informações aos movimentos e assim bloquear o sigilo imposto autoritariamente. Mas, cabe destacar, via de regra, os técnicos e funcionários do setor elétrico participam na implantação dessas políticas sem questionamentos.

A questão do poder

Como se viu, muitos movimentos não alcançaram vitórias, muitas bar-

ragens foram construídas... Mas, em todas as regiões onde surgiram esses movimentos, houve tomada da direção dos sindicatos de trabalhadores rurais "pelegos", a criação de sindicatos, a eleição de vereadores, em síntese, aconteceu o questionamento do poder local. A geografia dessas lutas mudou as relações de poder. Mais que um processo de conscientização, os movimentos institucionalizados provocaram uma ruptura em parte dos mediadores tradicionais (prefeitos, vereadores, etc.), mostrando-se como alternativas mais de mediação, perante o governo federal e mesmo bancos multilaterais. Além disso, o deslocamento compulsório de milhares de camponeses forçou um arranjo político nos locais em que eles chegam, sem o controle das oligarquias tradicionais.

Por outro lado, a nova legislação recentemente aprovada indica que cada município que tiver áreas de terras alagadas por hidrelétricas deverá receber um percentual sobre a venda da energia gerada. Estes royalties pagos aos municípios



Os movimentos organizados provocaram uma ruptura com os mediadores tradicionais

chegam às mãos dos prefeitos que na maioria das vezes "trocam" o bem-estar de seus municípios e o alagamento das áreas mais férteis e produtivas no município por uma maior arrecadação municipal com este percentual. Neste sentido, a necessária autonomia de estados e municípios pode ser, quando não articulada à sociedade civil, uma recriação de oligarquias regionais, numa "prefeituração".

Na sua trajetória do final dos anos 70 até hoje, os movimentos de atingidos por barragem questionaram também o modelo de planejamento centralizado e tecnocrático praticado pelo setor elétrico, tão próprio do regime militar e tão presente ainda hoje. Questionaram e questionam um tipo de planejamento que não leva em consideração os interesses das populações direta e indiretamente afetadas pelas hidrelétricas, tratadas como objeto das macropolíticas do setor elétrico.

Experiências como a de Capanema, no Paraná, por exemplo, passam também pela autonomia federativa dos estados, como território relativamente autônomo para definição das formas de ocupação do espaço. Mais do que isso, mostram que só uma sociedade civil capaz de se articular para defender o seu espaço social vital, pode permitir uma verdadeira autonomia regional.

Num país tão complexo e diverso como o Brasil, a sobrevivência de uma concepção tecnocrática e autocrática de planejamento central trama contra a efetiva democratização. Os movimentos de atingidos por barragens dão uma nova consistência à teia da sociedade civil brasileira, ao caminharem para uma crescente institucionalização e reconhecimento como interlocutores do planejamento energético e do próprio planejamento estratégico do desenvolvimento.

Indicam também que as soluções apresentadas como sendo meramente técnicas, ditadas por uma lógica econômica objetiva e portanto inevitável, são na realidade informadas e orientadas pelos setores dominantes, econômica e politicamente. Os movimentos mostram que outras forças sociais podem, com seu peso, apontar e impor correções às soluções econômicas impostas. Ao desmascarar a pretensa preeminência da lógica econômica e mostrar a sua subordinação

à política, ao poder mostram também que é possível a outras forças sociais, num contexto democrático, impor outros rumos à política econômica sem que por isso o país e a sociedade afundem no caos e no atraso.

O tradicional e o novo

Toda esta novidade apresentada pelos movimentos contra as barragens fundamenta-se basicamente na manutenção de um modo de vida, com destacada presença da Igreja em sua articulação e mobilizações. O dilúvio acontecendo às vésperas do ano 2000 é uma realidade! E, mais que um mito, o absurdo da inundação da caatinga no Nordeste não é menor que a das terras dos colonos do Sul.

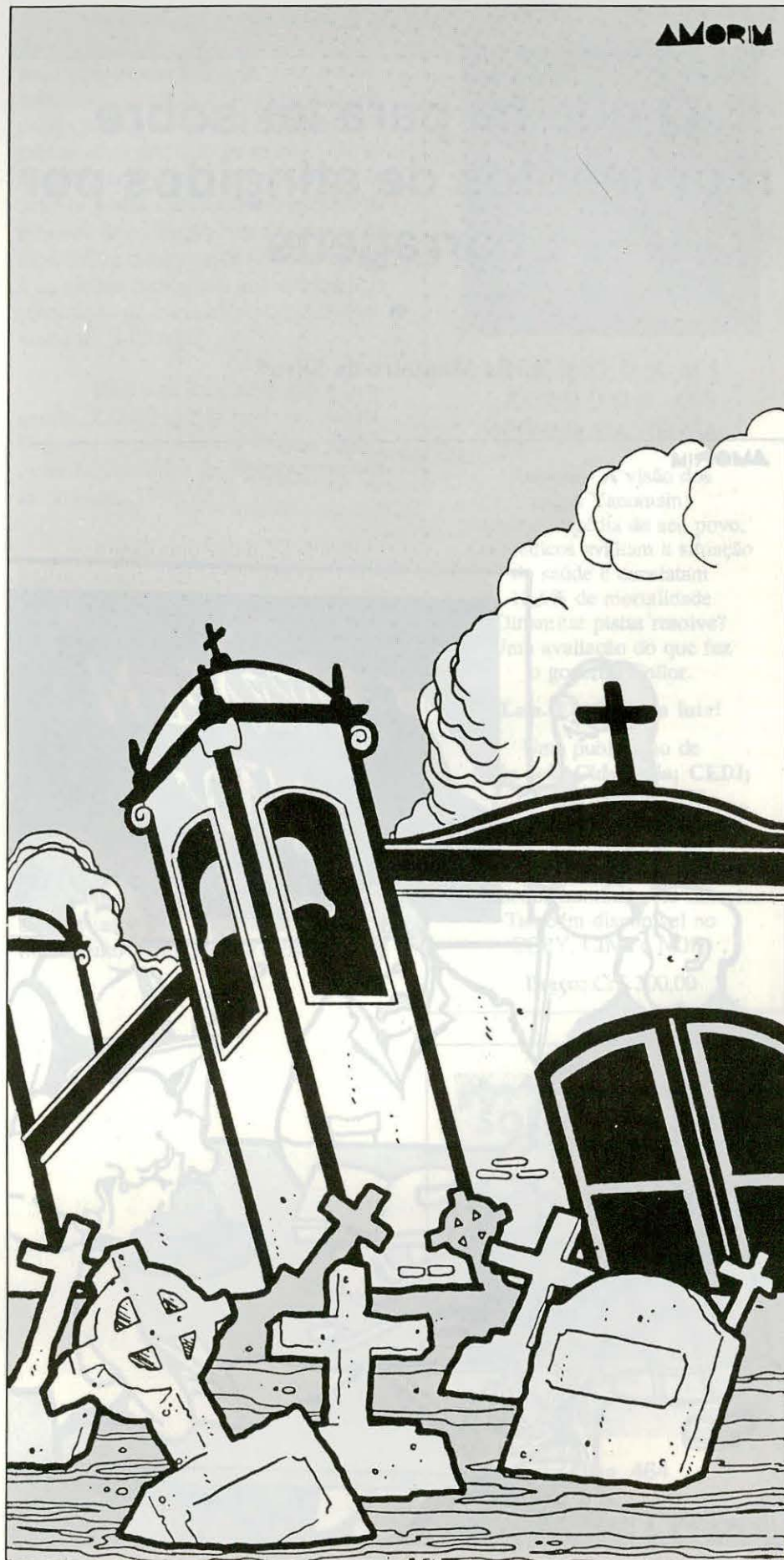
As romarias da terra contra o dilúvio, as missas, a presença constante dos padres e a celebração de missas e cultos perpassam as atividades dos movimentos. Além disso, a organização social preexistente (as "capelas" do Sul, por exemplo) em torno da religiosidade tem sido fundamental na articulação dos movimentos.

Mas, a participação dos religiosos e a importância da religiosidade no movimento não se dão apenas ao nível organizativo, mas também na visão de mundo que orienta os camponeses. A defesa dos cemitérios, dos locais sagrados, mais que um respeito à tradição, é uma forma de manter a visão de mundo que os orienta.

Este movimento camponês é, às vezes, considerado anacrônico por questionar um modelo de desenvolvimento e um certo progresso econômico. Mas questionar a ideologia do progresso e defender a preservação de um modo de vida não é defender o passado, o tradicional. É resgatar valores universais e se encontrar com o futuro, o único possível futuro comum de toda a humanidade, o desenvolvimento econômico que respeite o homem e a natureza.

Assim, neste final de século, mais avançados que os atuais movimentos ecológicos europeus que lutam pela recuperação da natureza já degradada, os atingidos defendem seu modo de vida e um desenvolvimento sem degradação ambiental hoje! ■

AMORIM



O que há para ler sobre movimentos de atingidos por barragens

Leila Monteiro da Silva*



Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares. Aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais. Coordenação Luiz Pinguelli Rosa, Lygia Sigaud e Otávio Mielnik. AIE/COPPE e Editora Marco Zero. 1988, 200 p.

Rua Inácio Pereira da Rocha, 273
- São Paulo - SP / 05432

Este livro sintetiza os resultados de estudos sobre os impactos de grandes projetos energéticos, desenvolvidos na Área Interdisciplinar de Energia da COPPE/UFRJ, com importante participação do Programa de Antropologia Social do Museu Nacional - UFRJ. Os estudos concentram-se na geração de energia elétrica no Brasil - hidrelétrica e nuclear - analisando os aspectos econômicos, tecnológicos, sociais e ambientais dos grandes projetos de geração de energia. Apresenta as características da produção de energia, os efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos e os impactos da Central Nuclear de Angra dos Reis sobre a população local. Traça um paralelo entre grandes projetos hidrelétricos e nucleares, abordando os impactos ambientais e os conflitos sociais provocados por estas usinas.

As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas. Organizado por Leinad Ayer O. Santos e Lúcia M. de Andrade. Comissão Pró-Índio de São Paulo. 1988, 195 p.

Rua Ministro Godoy, 1484 - São Paulo - SP - CEP 05015
Tel: (011) 864-1180

Coletânea de textos de diversos autores que procura discutir a questão das hidrelétricas do Xingu. Assim, ao lado das consequências para os povos indígenas, procura apontar os graves problemas sociais, políticos e ecológicos envolvidos neste projeto. Mostra os efeitos ambientais das barragens do Xingu e as implicações sociais da política do setor elétrico. Traz dados acerca dos empréstimos dos bancos multilaterais de desenvolvimento e das diretrizes da política

*Documentalista do Programa Camponês/Igrejas, do Cedi

dos bancos multilaterais para o meio ambiente e para os povos indígenas. Discute propostas alternativas à política energética brasileira e um histórico dos povos indígenas do médio Xingu e dos povos indígenas da área Xingu-Bacajá.

Hidrelétricas e meio ambiente.

Informações básicas sobre o ambientalismo oficial e o setor elétrico no Brasil. Aurélio Vianna. Cedi - Centro Ecumênico de Documentação e Informação. 1989, 42 p.

Rua Cosme Velho, 98 - Fundos - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22241
Tel.: (021) 205-5197

O objetivo deste texto é subsidiar assessores e líderes dos movimentos de atingidos por barragens na questão ambiental. Neste sentido, apresenta uma breve história do desenvolvimento do setor elétrico no Brasil e da legislação ambiental. Traz, em anexo, a legislação ambiental brasileira relativa aos aproveitamentos hidrelétricos, os endereços dos principais órgãos ambientais do Estado, um pequeno glossário de termos técnicos e ainda, uma listagem com a área do espelho d'água e potência das hidrelétricas do país.

Terra sim, barragens não. I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. CUT/CRAB. 1989, 40 p.

Rua Ouvidor Peleja, 112 - São Paulo - SP - CEP 04128
Tel.: (011) 577-483

Apresenta a situação dos movimentos de trabalhadores atingidos por barragens que participaram do Encontro Nacional, aponta os principais pontos discutidos no encontro e as resoluções finais. Examina os impactos provocados pelas hidrelétricas, a população atingida e suas lutas.

Revista Travessia - ANO II Nº. 6 - JAN/ABR de 1990. CEM - Centro de Estudos Migratórios. 50 p.

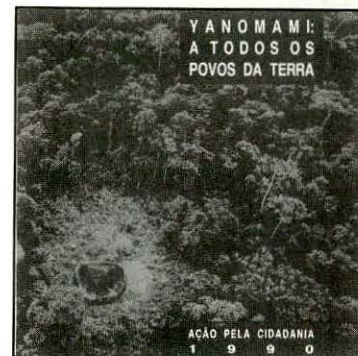
Rua Vasco Pereira, 33 - São Paulo - SP - CEP 04299
Tel.: (011) 287-6227

Traz artigos que analisam projetos hidrelétricos, a política energética brasileira, as condições de vida dos trabalhadores das obras de barragens, os impactos sociais e culturais causados pelo projeto de construção de usinas hidrelétricas na bacia do Rio Uruguai, a relação entre os grandes projetos implantados no processo de ocupação intensiva da região amazônica e o aumento de casos de malária e os efeitos ecológicos provocados pela construção da usina hidrelétrica de Balbina e de Ji-Paraná.

Hidrelétricas, ecologia e progresso. Contribuições para um debate. Organizado por Aurélio Vianna. Cedi - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1990, 68 p.

Rua Cosme Velho, 98 - Fundos - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22241
Tel.: (021) 205-5197

Coletânea de artigos que procura discutir questões relacionadas a hidrelétricas, ecologia e progresso. Neste sentido, analisa a questão da busca de formas alternativas de geração de energia. Apresenta a lógica de decisão de implantação de hidrelétricas pelo setor elétrico e os momentos cruciais do processo decisório. Traz um histórico e analisa a situação do movimento ambientalista. E, por fim, discute aspectos da relação entre o movimento de atingidos e o Estado. ■



YANOMAMI A TODOS OS POVOS DA TERRA

**Xawara - A visão dos
pagés Yanomami
sobre a tragédia de seu povo.**
Os médicos avaliam a situação
de saúde e constataam
12,6% de mortalidade
Dinamitar pistas resolve?
Uma avaliação do que fez
o governo Collor.

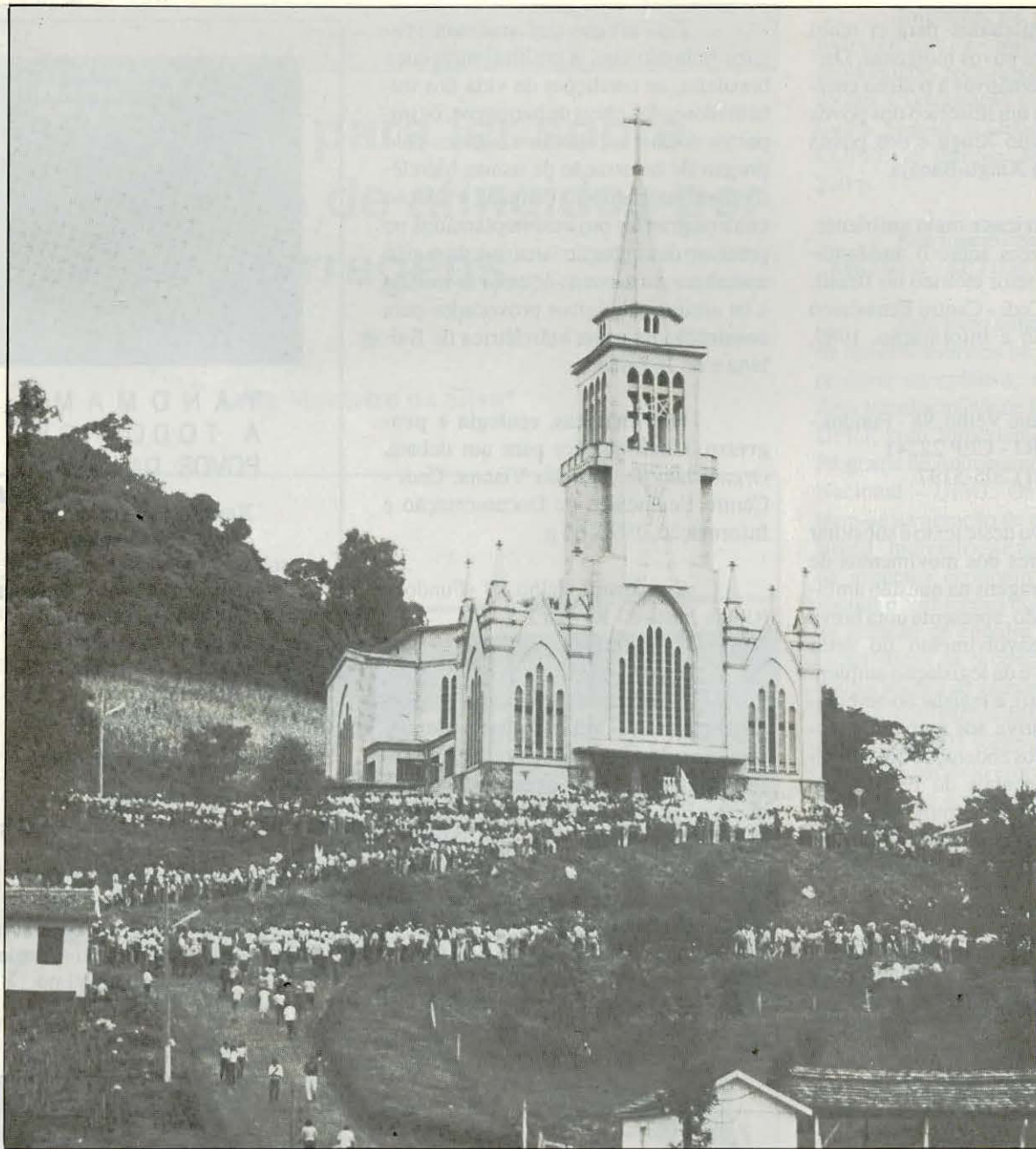
Leia. Entre nessa luta!

Uma publicação de
**Ação pela Cidadania; CEDI;
CCPY; CIMI; NDI**
Pode ser comprada no CEDI
Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP, ou através
de cheque nominal pelo Correio.
Também disponível no
CCPY, CIMI e NDI.

Preço: Cr\$ 300,00



Solo Urbano
Rua Gabriel Piza, 464
CEP 02036
São Paulo - SP



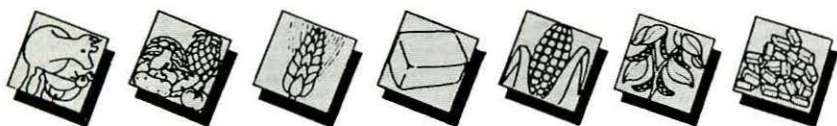
Igrejas como esta têm sido inundadas em várias partes do Brasil. Em torno do templo, muitos movimentos contra as barragens têm se organizado

O Desafio Alimentar Norte-Sul

Bertrand Delpeuch

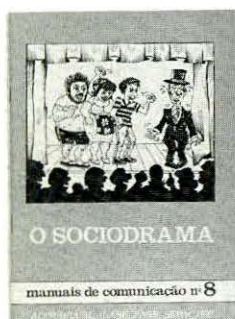
Rio de Janeiro, FASE, co-edição Editora Vozes, 160pp.

O livro trata de questões atuais que interessam a todos para a compreensão das relações entre o primeiro e o terceiro mundos, no campo da importação e exportação de alimentos. No Brasil, cuja soja alimenta o gado da Europa Ocidental, milhões de pessoas são subnutridas. O autor é militante de organizações não-governamentais na França. Ilustrado com gráficos e tabelas.



Cr\$ 720,00

MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO



Cr\$ 200,00



Cr\$ 200,00

co-edição Aler, Ibase, FASE e Sepac

A coleção manuals de comunicação oferece informações e técnicas para aqueles que trabalham na educação popular particularmente na radiodifusão.

FAÇA SEU PEDIDO A

IBASE

Rua Bento Lisboa, 58
22221 - Rio de Janeiro - RJ



(021) 285-2998

A Geografia do Voto no Brasil Eleições 1989

Fernando Cotrim

Uma análise geopolítica do voto nas últimas eleições presidenciais.

13 mapas eleitorais.

13 tabelas com resultados do 1º e 2º turnos.

Cr\$ 1.000,00

Mande um cheque nominal ao **IBASE**, Rua Vicente de Souza, 29 - 22251 - Rio de Janeiro
Ou peça pelo telefone (021)286-0348.

Depois das chuvas: movimento comunitário e projeto habitacional na Baixada Fluminense

São João de Meriti é um município da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, com mais de 600 mil habitantes. Operários, trabalhadores de serviços e pessoas que sobrevivem no mercado informal constituem a grande maioria de sua população. As chuvas de fevereiro e março de 1988 causaram prejuízos incalculáveis à população. Aproximadamente 18 mil pessoas ficaram desabrigadas. 61 casas simplesmente desabaram.

A resposta do poder público ficou muito aquém das necessidades da população. O movimento de moradores decidiu então procurar um projeto autônomo de enfrentamento da questão. A ABM-Federação de Moradores de São João de Meriti, como desdobramento dos acúmulos de suas lutas por saneamento básico e habitação, articulou o Projeto de Reconstrução de Casas, com o apoio da FASE e recursos da cooperação internacional repassados diretamente para os movimentos, sem a mediação do Estado.

É esta experiência inovadora, seus problemas e seus significados para o movimento popular que estarão em debate no próximo número de **proposta**.

A possibilidade de reflexão sobre essa experiência comunitária alternativa de São João de Meriti serve para socializar os seus resultados e levantar questões sobre o caráter educativo dessas iniciativas, sua relação com o movimento associativo e o papel dos técnicos que trabalham neste tipo de projetos.

A revista permite também avançar na discussão sobre a relação entre a sociedade civil (principalmente o movimento popular organizado) e os órgãos do Estado; nas contradições que envolvem um determinado tipo de cooperação internacional (pública ou privada); no processo educativo como modificador de atitudes no sentido do fortalecimento da cidadania coletiva; e por fim na auto-avaliação do próprio movimento.